



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

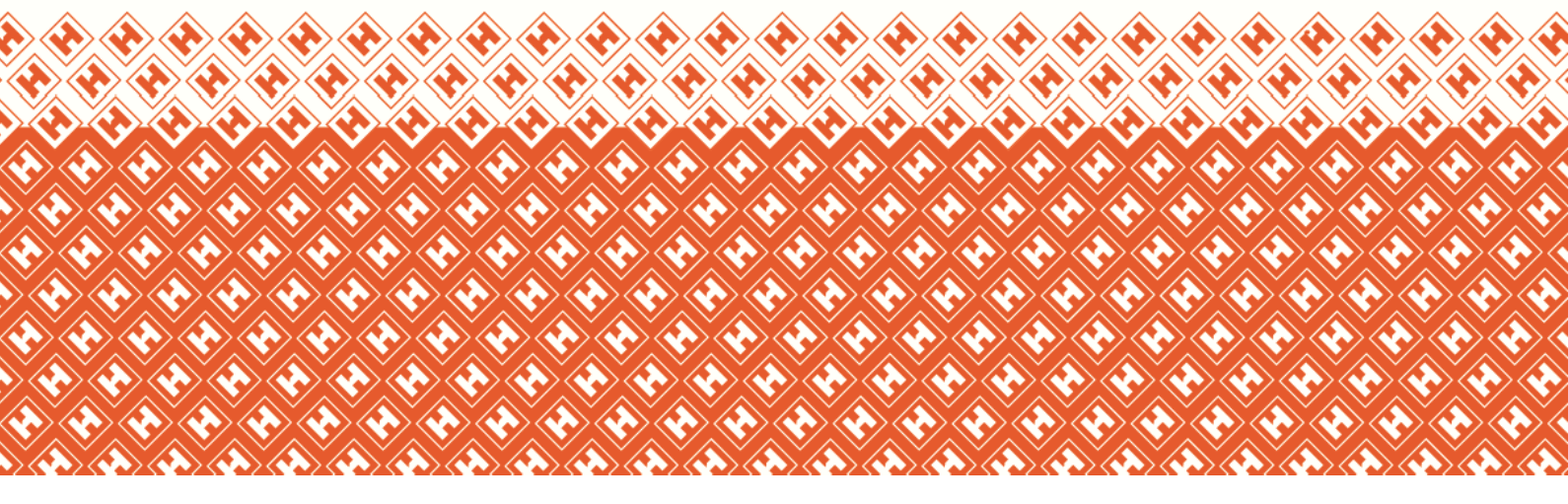
---

ERICA RICELLE COSTA E SILVA

**AQUI TEM NOSSA HISTÓRIA? CAMINHOS PARA UMA  
HISTÓRIA ESCOLAR A PARTIR DA CONSTRUÇÃO  
PARTICIPATIVA DO MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA  
ESTADUAL PROFESSOR GASPAR (MONTE  
ALEGRE/RN)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

09/2025



**AQUI TEM NOSSA HISTÓRIA? CAMINHOS PARA UMA  
HISTÓRIA ESCOLAR A PARTIR DA CONSTRUÇÃO  
PARTICIPATIVA DO MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA  
ESTADUAL PROFESSOR GASPAR (MONTE ALEGRE/RN)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História sob orientação do Prof. Dr. HENRIQUE ALONSO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES PEREIRA.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Natal - RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -  
CCHLA

Silva, Erica Ricelle Costa e.

Aqui tem nossa história? Caminhos para uma história escolar a partir da construção participativa do memorial digital da Escola Estadual Professor Gaspar (Monte Alegre/RN) / Erica Ricelle Costa e Silva. - Natal, 2025.

128 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Mestrado Profissional em Ensino de História. Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Henrique Alonso De Albuquerque Rodrigues Pereira.

1. PROFHISTÓRIA. 2. Ensino de história. 3. Memória escolar. 4. História oral. 5. Educação patrimonial. 6. Memorial digital. I. Pereira, Henrique Alonso De Albuquerque Rodrigues. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:37

ERICA RICELLE COSTA E SILVA

**CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA ESCOLAR? REFLEXÕES PARA A  
CONSTRUÇÃO DO MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA ESTADUAL  
PROFESSOR GASPAR - MONTE ALEGRE/RN**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Henrique Alonso De Albuquerque Rodrigues Pereira (Orientador)

---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo Da Rocha - Examinador Interno

---

Prof. Dr. Antonio Simplicio de Almeida Neto - Examinador Externo

---

Prof. Dra. Juliana Teixeira Souza - Examinador Suplente

NATAL, \_\_\_\_\_, 2025

## DEDICATÓRIA

**Aos meus alunos**, que, mesmo diante de tantas dificuldades, permanecem firmes e mantêm a esperança na educação.

**Aos meus pais**, Sueli Xavier e Otoniel Ananias, que me ensinaram a acreditar em mim, especialmente nos momentos em que eu mesma duvidava.

**Ao meu companheiro**, pelo apoio incondicional em todas as minhas escolhas.

**À minha fé**, que diariamente me sustenta.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à vida e à fé, que me acompanharam em cada passo dessa trajetória, oferecendo força e serenidade mesmo nos momentos de dúvida e dificuldade. Aos que caminharam ao meu lado, oferecendo apoio silencioso, palavras de incentivo e confiança, lembrando-me de que não estamos sozinhos na construção de nossos sonhos. Aos alunos, cuja curiosidade, dedicação e resiliência transformam o ensino em aprendizado mútuo, inspirando-me diariamente a buscar novas formas de ensinar e aprender.

Aos colegas e professores do PROFHISTÓRIA, que juntos galgamos um breve caminho para a construção de uma educação e um ensino de história significativo e transformador.

Aos colegas de trabalho e profissionais da educação, que compartilham saberes, desafios e conquistas, fortalecendo a prática pedagógica da Escola Estadual Professor Gaspar mesmo diante de obstáculos estruturais e institucionais. Aos amigos e familiares, cuja presença, mesmo em silêncio, ofereceu conforto, escuta e estímulo, tornando possível continuar a caminhada com coragem e esperança.

Um agradecimento especial à minha mãe, cuja trajetória como professora foi exemplo e inspiração, espelhando minha própria escolha de profissão e mostrando o valor da dedicação, do cuidado e da educação.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se realizasse, reforçando que a educação é sempre um espaço de transformação, pertencimento e futuro.

## RESUMO

O seguinte trabalho é uma reflexão sobre a construção de um memorial digital participativo da Escola Estadual Professor Gaspar (Monte Alegre/RN) como estratégia de fortalecimento da memória escolar e de pertencimento comunitário. O estudo parte da problematização sobre as narrativas oficiais do município e a pouca menção a trajetória da escola nos materiais didáticos em detrimento de outras escolas, articulando essa crítica à necessidade de fortalecer o sentimento de pertencimento e a experiência democrática no espaço escolar. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa assume abordagem qualitativa, com ênfase em investigação-formação no contexto da própria escola, mobilizando entrevistas semiestruturadas com professores, alunos, ex-alunos e ex-gestores, análise documental do arquivo escolar e levantamento iconográfico. Esses procedimentos permitem reconstruir a trajetória histórica da instituição, evidenciar seus vínculos comunitários e identificar como práticas pedagógicas relacionadas à história local e à memória escolar podem ser integradas ao currículo de História. Como resultado, será proposta de forma detalhada para a criação do memorial digital, concebido simultaneamente como recurso pedagógico, arquivo público acessível e prática de resistência ao apagamento histórico. A proposta organiza etapas de sensibilização, coleta e análise de depoimentos, exploração e digitalização do arquivo escolar, curadoria do acervo e socialização do memorial com a comunidade, explorando o uso de tecnologias digitais e metodologias participativas. Embora não tenha sido possível implementar integralmente o memorial no período letivo previsto, a pesquisa demonstra o potencial da sequência didática para promover aprendizagem histórica crítica, protagonismo estudantil e fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, apontando o memorial digital como um lugar vivo de enunciação do “aqui tem nossa história”.

**Palavras-chave:** Profhistória, Ensino de História. Memória Escolar. História Oral. Educação Patrimonial. Memorial Digital.

## **ABSTRACT**

This paper presents a reflection on the development of a participatory digital memorial for Escola Estadual Professor Gaspar (Monte Alegre/RN) as a strategy to strengthen school memory and community belonging. The study begins by questioning the official narratives of the municipality and the limited mention of the school's trajectory in educational materials compared to other institutions, connecting this critique to the need to foster a sense of belonging and democratic experience within the school environment. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, emphasizing a training-research perspective within the school context. It involves semi-structured interviews with teachers, students, alumni, and former administrators, along with documentary analysis of the school archive and an iconographic survey. These procedures allow for the reconstruction of the institution's historical trajectory, highlight its community ties, and identify how pedagogical practices related to local history and school memory can be integrated into the History curriculum. As a result, the study presents a detailed proposal for the creation of a digital memorial, conceived simultaneously as a pedagogical resource, an accessible public archive, and a form of resistance to historical erasure. The proposal outlines phases of awareness-building, collection and analysis of testimonies, exploration and digitization of the school archive, curatorship of the collection, and community sharing of the memorial, making use of digital technologies and participatory methodologies. Although it was not possible to fully implement the memorial within the planned school term, the research demonstrates the potential of the didactic sequence to foster critical historical learning, student protagonism, and stronger bonds between the school and the local community, positioning the digital memorial as a living space for enunciating "this is where our history lives."

Keywords: Profhistória. History Teaching. School Memory. Oral History. Heritage Education. Digital Memorial.

## LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 1: Localização da sesmaria nº 602 em sobreposição do mapa atual da cidade de Monte Alegre	25
FIGURA 2: A origem do nome Quirambu	
Fotografia da autora do Memorial da praça Pedro Alves	26
FIGURA 3: Primeiras menções em documento oficial do Estado sobre a comunidade de Monte Alegre/RN expostas no memorial da cidade	28
FIGURA 4: Casa escola	29
FIGURA 6: Construção da escola João de Paiva	32
FIGURA 7: Localização da Escola Estadual Professora Gaspar	39
FIGURA 8: Página do livro paradidático que menciona a Escola Professor Gaspar	51

## LISTA DE TABELAS:

TABELA 1: Matrícula e Frequência das escolas do RN (1925)	31
TABELA 2: Escolas Municipais de Monte Alegre – Exercício de 1991	34
TABELA 3: Relação de Escolas da Rede Municipal de Ensino – Monte Alegre	
Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Alegre-RN	37
TABELA 4: Frequência de matrículas na Escola Estadual Professor Gaspar nos últimos 15 anos	41

## LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EEPG – Escola Estadual Professor Gaspar
EEJP – Escola Estadual João de Paiva
EJA – Educação de Jovens e Adultos

FGV – Fundação Getulio Vargas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROFHISTÓRIA – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História

RN – Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MONTE ALEGRE: POR ESSA TERRA TUDO SE FAÇA:</b>	<b>23</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A TERRA DO QUIRAMBU	23
1.2 MONTE ALEGRE E A EDUCAÇÃO FORMAL	29
1.3. A ESCOLA PROFESSOR GASPAR: O CORAÇÃO DE MONTE ALEGRE	38
1.4 NOSSO ALUNADO, OS DESAFIOS DO PROJETO PEDAGÓGICO À POLÍTICA DE PERMANÊNCIA	44
<b>CAPÍTULO 02 - AQUI TEM NOSSA HISTÓRIA?</b>	<b>50</b>
2.1 - ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O LIVRO PARADIDÁTICO SOBRE MONTE ALEGRE E A MENÇÃO DO ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR	50
2.2- REFLEXÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR E A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR	56
2.3 O RESGATE DA HISTÓRIA ESCOLAR COMO PRÁTICA DE VALORIZAÇÃO COMUNITÁRIA	65
<b>CAPÍTULO 3 - EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS E FUNDAMENTAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO MEMORIAL DIGITAL</b>	<b>71</b>
3.1 A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO FUNDAMENTO DA MEMÓRIA ESCOLAR	79
3.2 CAMINHOS PARA O MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR – GUARDANDO MEMÓRIAS ALÉM DAS LEMBRANÇAS.	81
PARTE PREPOSITIVA:	85
COMO FAZER MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR – GUARDANDO MEMÓRIAS ALÉM DA LEMBRANÇA	85
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIA:</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS:</b>	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

A participação democrática na construção da história, sobretudo quando relacionada ao ambiente escolar, revela-se como um campo fértil para a análise do papel da memória coletiva, da identidade e da formação cidadã. Nesse sentido, a Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG), localizada no município de Monte Alegre, no estado do Rio Grande do Norte, emerge como objeto de investigação não apenas por sua trajetória educacional, mas também por sua inserção no tecido sociocultural da comunidade local. O presente trabalho tem como objetivo problematizar e analisar o papel histórico e formativo dessa instituição, destacando suas práticas de ensino de História a partir do uso do livro paradidático “*Estudos regionais: Monte Alegre, cidade da gente*” (MIRANDA et al., 2021).

Nesse sentido, a pesquisa busca refletir, juntamente com comunidade escolar do ensino médio noturno, sobre a história e a valorização da memória da Escola Professor Gaspar, única instituição pública de ensino médio da cidade, no qual será tomada como eixo articulador para o desenvolvimento do produto pedagógico que possibilite ressignificar sua presença histórica e simbólica na constituição da identidade coletiva da comunidade monte-alegrense.

Assim, foi pretendido contribuir para o reconhecimento da Escola Estadual Professor Gaspar não apenas como espaço de ensino formal, mas também como agente ativo na produção e preservação da memória social local, reforçando sua função enquanto elemento formador da cidadania e da consciência histórica dos alunos. Visto que os instrumentos oficiais de memória da cidade não reconhecem esse papel, como também a própria escola vive um processo de desapropriação do seu espaço. E é perceptível que no corpo de alunos há uma falta de sentimento de pertencimento.

A definição do objeto desta pesquisa passou por diferentes reformulações ao longo do processo investigativo. Inicialmente, meu olhar estava voltado para uma problemática recorrente nas escolas de modo geral: a violência. Esse fenômeno, muitas vezes naturalizado no cotidiano escolar, causava-me incômodo tanto como pessoa quanto como professora em sala de aula desde o início da minha atuação. A partir das provocações de meu orientador, fui instigada a repensar a questão da violência de maneira mais delimitada. Esse movimento coincidiu com minha mudança de contexto profissional: deixei de atuar no ensino fundamental, anos finais, em Natal/RN, e passei a lecionar no ensino médio noturno em minha cidade, Monte Alegre, a 35 km de Natal, considerada área metropolitana e essa nova realidade despertou outras inquietações.

Ainda mantendo o foco na temática da violência, realizei uma pesquisa exploratória por meio do Google Forms com os alunos, a fim de compreender como eles percebiam esse problema no ambiente escolar. Para minha surpresa, a violência não foi apontada como questão relevante sob a ótica discente. No entanto, no cotidiano da escola, observavam-se de forma clara dificuldades relacionadas à evasão, à indisciplina e à desmotivação. Percebi, nesse contexto, que os estudantes do turno noturno, em especial, não se sentiam parte da escola, permanecendo distantes da cultura escolar em razão das demandas da vida adulta.

Diante disso, compreendi que a ausência de sentimento de pertencimento poderia ser articulada a um trabalho voltado para a experiência democrática. Durante a qualificação, as provocações da banca reforçaram a percepção de que vivências de democracia no espaço escolar também são geradoras de transformação. Foi a partir desse entendimento que esta pesquisa se consolidou, reconhecendo a escola como espaço privilegiado para estimular práticas democráticas e fortalecer o pertencimento da comunidade escolar.

Entendendo que a escola, como instituição cultural, carrega consigo marcas da sociedade em que está inserida, atuando como repositório e transmissora de valores, tradições e narrativas históricas. Escolano Benito (2017) reforça essa concepção ao tratar a escola como cultura, salientando que ela é depositária de memórias coletivas e experiências formativas que se entrelaçam ao cotidiano social. Essa visão amplia a compreensão da escola não apenas como espaço de instrução, mas como ambiente de vivência democrática e de produção histórica. Nesse processo, a história oral também se apresenta como recurso pedagógico fundamental, permitindo resgatar vozes silenciadas e promover uma narrativa plural, conforme destaca Alberti (2005) em sua análise sobre a experiência do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil).

Dessa forma, esta investigação pretende contribuir para o debate em torno da educação histórica e da construção da memória coletiva, articulando as reflexões de autores como Barca (2001), que evidencia a importância da educação histórica no desenvolvimento da consciência crítica, e Pollak (1989), que discute as tensões entre memória, esquecimento e silêncio. Ao analisar o papel da Escola Estadual Professor Gaspar no município de Monte Alegre, pretende-se compreender como as práticas pedagógicas mediadas por recursos locais de memória podem fortalecer a participação democrática e a valorização da história escolar, articulando saberes, identidades e cidadania.

Essa proposição parte não apenas de uma perspectiva analítica, mas também de uma vivência pessoal e coletiva: fui aluna dessa escola, assim como meus pais e meu irmão, o que reforça a percepção de que a trajetória da instituição está profundamente entrelaçada com a

história de inúmeras famílias monte alegrenses. Diversos professores que hoje atuam no corpo docente da escola também foram seus estudantes em décadas anteriores, configurando um elo geracional que ultrapassa o espaço físico e institucional, e se enraíza no sentimento de pertencimento à comunidade.

Desde a década de 1970, a Escola Professor Gaspar tem se constituído como espaço privilegiado de formação escolar, política e cultural para sucessivas gerações de habitantes de Monte Alegre. Reconhecer e valorizar essa trajetória é fundamental não apenas para fortalecer a identidade local, mas também para consolidar uma educação histórica crítica, inclusiva e comprometida com a construção de memórias coletivas plurais e significativas.

Sendo importante fazer alguns apontamentos para a compreensão da problemática. Primeiramente o município de Monte Alegre, localizado no estado do Rio Grande do Norte, é portador de uma rica história territorial, social e cultural que, no entanto, encontra-se pouco explorada nos currículos escolares formais da educação básica. Essa ausência de articulação entre o ensino de História e o contexto local representa uma lacuna significativa na formação cidadã dos estudantes. Quando se busca pelos bancos de dados digitais sobre produção científica sobre a cidade, temos 158 resultados, destes, não há nenhum que discuta a história da cidade e o ensino, o que uma vez contribui para o distanciamento da juventude em relação à sua própria história, memória e identidade.

A escola, enquanto agente formador, quando ignora as especificidades regionais, reforça narrativas hegemônicas que silenciam experiências locais e particulares, fundamentais para a construção da identidade individual, coletiva e o sentido de pertencimento. Essa problemática se manifesta de forma evidente no caso da Escola Estadual Professor Gaspar, instituição educacional mais antiga em funcionamento no município e, desde 2018, a única escola estadual em atividade, concentrando toda a oferta de ensino médio regular da rede pública local. Apesar de sua importância histórica, simbólica e formativa, a memória institucional dessa escola permanece fragmentada e pouco acessível à comunidade escolar. Os documentos, as histórias orais e os artefatos ligados à sua trajetória encontram-se dispersos, sem sistematização ou uso pedagógico.

No contexto da presente pesquisa, o livro paradidático Monte Alegre: cidade da gente constitui-se como uma importante fonte de análise, na medida em que representa uma tentativa institucional de sistematizar e divulgar aspectos da história e da identidade cultural do município de Monte Alegre-RN. Produzido pela Prefeitura Municipal de Monte Alegre, o material atualmente integra o acervo das escolas da rede pública municipal de ensino, sendo utilizado principalmente nas turmas do ensino fundamental.

Trata-se de um livro de caráter fortemente memorialista, que busca narrar a trajetória do município a partir de diferentes eixos temáticos relacionados ao território, à cultura, à natureza e à vida social local. A obra é dividida em seis unidades: “Lugar de viver”, “História e memória”, “Lugar de memória”, “Educação socioambiental”, “Lazer e turismo” e “Poder e cidadania”. Essa estrutura reflete uma abordagem interdisciplinar, com potencial pedagógico para o trabalho com temáticas da identidade, do pertencimento e da formação cidadã, especialmente quando articulada às práticas de ensino de História.

No entanto, a análise do conteúdo do livro revela uma significativa lacuna no que diz respeito à representação da Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG). Embora, como já mencionado, porém é importante repetir, é a única instituição pública de ensino médio do município e que detem um papel histórico e formativo central na comunidade montealegrense. A escola é mencionada uma única vez ao longo das 140 páginas da obra, localizada na página 40. A referência à EEPG é extremamente breve, restrita a cinco linhas de texto, e acompanhada por duas imagens: uma fotografia da placa de sua fundação e uma vista aérea da edificação escolar. Essa pequena menção, por si só, não caracteriza um esquecimento, mas demonstra uma ausência de interesse a elementos da única escola de 2º grau (a época,) e atualmente, de ensino médio.

O pouco interesse da Escola Professor Gaspar no livro paradigmático, portanto, reforça a necessidade de ressignificação desse espaço no âmbito das práticas pedagógicas e da produção de narrativas históricas mais democráticas e representativas. Nesse sentido, o presente trabalho propõe a superação desse apagamento institucional por meio da construção de um memorial digital participativo, que possibilite reconhecer e preservar a memória escolar como parte indissociável da história do município.

A relevância desta pesquisa reside, portanto, na necessidade de valorizar a memória escolar como instrumento de fortalecimento da identidade local e de democratização do acesso ao conhecimento histórico. Ao propor a criação de um memorial digital participativo da Escola Professor Gaspar, este estudo busca integrar história, memória e tecnologia como eixos articuladores de uma prática pedagógica crítica e contextualizada. Trata-se de uma proposta que encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a importância da valorização da diversidade e da cultura local no processo educativo (BRASIL, 2017), e na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 205 define a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo visar ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania.

No campo específico do ensino de História, a BNCC orienta que os estudantes desenvolvam competências voltadas para: compreender os processos históricos como construções humanas situadas no tempo e no espaço; analisar criticamente narrativas e fontes históricas; reconhecer identidades, memórias e patrimônios culturais como elementos constitutivos da vida social; e interpretar diferentes temporalidades e experiências históricas para construir visões críticas sobre o presente. Nesse sentido, a criação de um memorial digital escolar, mais do que uma atividade de registro documental, constitui-se como prática pedagógica que estimula a aprendizagem histórica, a análise crítica de fontes (orais, escritas, visuais e digitais) e a valorização do patrimônio imaterial, que, neste caso, corresponde à memória da própria comunidade escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), por sua vez, reforçam a centralidade da formação integral, organizada em torno dos eixos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. O memorial digital dialoga com tais eixos ao articular a investigação histórica (ciência), a utilização de recursos digitais (tecnologia) e a valorização da memória coletiva (cultura), possibilitando que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos inseridos em uma comunidade concreta. Além disso, as DCNEM enfatizam a importância da contextualização e da interdisciplinaridade, o que torna a proposta coerente com a exigência de que o conhecimento escolar se conecte com a realidade vivida pelos jovens.

No plano estadual, o Currículo do Ensino Médio Potiguar, alinhado à BNCC, apresenta princípios que dialogam diretamente com a proposta do memorial digital. Entre eles, destacam-se a valorização da identidade e da diversidade cultural local, o protagonismo juvenil e o uso pedagógico das tecnologias digitais. Ao propor a construção coletiva de um memorial digital, a sequência didática atende às orientações curriculares ao estimular a participação ativa dos estudantes na preservação da memória escolar, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos entre escola e comunidade. Além disso, promove a integração entre áreas do conhecimento, uma vez que a atividade mobiliza habilidades relacionadas não apenas às Ciências Humanas, mas também à Linguagens (produção textual, audiovisual e digital) e às Tecnologias da Informação e Comunicação

A fim de ampliar o embasamento teórico e metodológico desta pesquisa, foi realizada uma busca no repositório digital Edu CAPES, com o filtro para o PROFHISTÓRIA, com o objetivo de identificar dissertações que dialogassem com os eixos temáticos centrais da presente investigação: história escolar, história local, história oral, educação patrimonial e produção de material didático. A consulta ao banco de dados seguiu um critério gradual de

refinamento por palavras-chave, de modo a abranger a diversidade de abordagens sobre o ensino de História vinculado às experiências locais e à memória coletiva.

A primeira busca utilizou o descritor “história escolar”, o que resultou em aproximadamente 300 trabalhos. Essa escolha se justifica por tratar-se do conceito central da presente dissertação, que visa à valorização da memória da Escola Estadual Professor Gaspar como agente formador da identidade local e como objeto de análise histórica e pedagógica. Em um segundo momento, a busca foi refinada para “história escolar e história oral” e, posteriormente, “história local”, resultando em 275 trabalhos. A escolha dessas expressões remete diretamente à proposta metodológica deste estudo, que utiliza a história oral como ferramenta de investigação e construção coletiva da memória escolar, como propõem Alberti (2005) e Halbwachs (2006). Em seguida, a palavra-chave “educação patrimonial” foi aplicada, reduzindo o número de trabalhos para 19 dissertações — um recorte mais específico e alinhado com a ideia de memória como patrimônio simbólico e educativo, conforme os aportes de Chuva (2009) e Santos (2010). Por fim, a expressão “produção de material didático” foi utilizada para identificar experiências voltadas à criação de recursos pedagógicos com base em contextos locais e participativo, elemento fundamental da proposta do memorial digital que se desenvolve neste estudo.

Dentre os trabalhos encontrados, destacam-se algumas dissertações que se aproximam fortemente da abordagem adotada nesta pesquisa. O trabalho “Educação patrimonial e EJA: uma perspectiva crítica para o ensino de História do CEJA de Itaperuna/RJ” (TEIXEIRA, 2020) apresenta uma proposta de ensino pautada na valorização do patrimônio local como meio de inserção crítica dos alunos na história de sua comunidade. A dissertação contribui para a presente pesquisa ao evidenciar a potência formativa da memória coletiva como recurso pedagógico, sobretudo quando associada à escuta e à participação dos sujeitos. Tal perspectiva encontra sintonia com o memorial proposto nesta dissertação, ao articular memória escolar, educação patrimonial e cidadania.

Outro trabalho de relevante convergência é “Educar pela pesquisa: uma abordagem a partir da aplicação da história oral no ensino de História” (OLIVEIRA, 2022), que propõe a história oral como método de construção do conhecimento histórico com os alunos. A dissertação reforça a necessidade de valorizar as narrativas dos sujeitos ordinários como fontes legítimas para a escrita da história, princípio também mobilizado neste estudo ao resgatar relatos de professores, ex-alunos e moradores sobre a Escola Professor Gaspar. A valorização da subjetividade e da escuta, como destacam Alberti (2005) e Freire (1996), constitui-se aqui não como complemento, mas como eixo metodológico central da proposta.

Em consonância, o trabalho “Parnamirim: a história local como ferramenta didática para o ensino fundamental II” (GUIMARÃES, 2022) demonstra como a história da cidade pode ser integrada ao currículo escolar, potencializando o interesse e o envolvimento dos estudantes com o conhecimento histórico. A dissertação contribui ao reforçar o argumento de que o ensino de História deve partir da realidade concreta dos sujeitos e considerar as múltiplas territorialidades envolvidas no processo educativo.

Também merece destaque a dissertação “Na minha aldeia eu sou história: o ensino de história local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí” (SANTOS, 2022), que investiga como o ensino da história local pode contribuir para a construção da identidade dos alunos. Assim como no presente estudo, o trabalho evidencia que o reconhecimento do território e da memória coletiva fortalece o sentimento de pertencimento, tornando o ensino de História mais significativo e emancipador.

Por outro lado, trabalhos como “Se a minha cidade falasse: material didático sobre monumentos na cidade de Sorriso/MT” (NUNES, 2022), embora compartilhem da preocupação com a educação patrimonial, centram-se exclusivamente em monumentos históricos e em sua relação com o espaço urbano. Nesse sentido, divergem parcialmente da proposta aqui apresentada, que foca na memória escolar e na instituição educativa como espaço de produção histórica. A dissertação de Rosani Nunes, embora relevante para pensar o uso de material didático local, ainda carece de uma abordagem mais integrada à história oral e às práticas escolares cotidianas.

A análise do conjunto dos trabalhos revela, portanto, três grandes contribuições para a presente pesquisa: o fortalecimento do uso da história oral como metodologia formativa e investigativa; a centralidade da história local como recurso pedagógico para a construção da identidade dos estudantes; e a valorização da memória escolar como patrimônio educativo e instrumento de cidadania. Ao mesmo tempo, é possível identificar lacunas ainda pouco exploradas, como a integração entre memória institucional escolar e materiais didáticos existentes (como o livro Monte Alegre: cidade da gente). Essa articulação entre fontes, práticas e sujeitos constitui uma originalidade da presente dissertação e reforça sua contribuição ao campo do Ensino de História.

A valorização da história local e da memória escolar como estratégias pedagógicas parte do pressuposto de que o ensino de História deve ir além da repetição de conteúdos consagrados nos livros didáticos, e propõe a inserção da escola e dos sujeitos que a compõem como objetos de estudo histórico. Segundo Jörn Rüsen (2001), a consciência histórica é fundamental para que os sujeitos possam se reconhecer no tempo e compreender sua

existência em relação ao passado, presente e futuro. Ao incorporar a memória escolar no ensino, aproxima-se da concepção de Maurice Halbwachs (2006), que entende a memória coletiva como construção social e dinâmica, vinculada aos grupos e às instituições que a produzem e a preservam.

No entanto, a memória, como destaca Michael Pollak (1992), é também espaço de disputa e de silenciamentos, sendo atravessada por relações de poder que determinam o que é lembrado e o que é esquecido. Ao analisar os processos sociais de constituição da memória, Pollak chama atenção para os “esquecimentos organizados” — práticas que ocultam determinadas experiências, vozes e trajetórias em nome da construção de identidades dominantes e homogêneas. No caso da Escola Estadual Professor Gaspar, seu apagamento nos registros oficiais da história local, como observado no livro paradigmático *Monte Alegre: cidade da gente* e no Memorial *Aqui Tem Nossa História*, evidencia um silenciamento institucional que precisa ser problematizado. Nesse sentido, recuperar a trajetória dessa escola e de seus sujeitos não é apenas um ato de resgate histórico, mas também de reparação simbólica e inclusão de memórias marginalizadas na esfera pública.

Nesse processo, a História Oral apresenta-se como uma metodologia central para o resgate e a valorização das memórias da comunidade escolar. A escuta atenta de professores, alunos, ex-alunos e funcionários permite não apenas reconstruir trajetórias individuais e coletivas, mas também reconhecer formas alternativas de registro do passado, muitas vezes ausentes nos documentos oficiais. Como destaca Verena Alberti (2005), a História Oral contribui para democratizar o fazer historiográfico, na medida em que amplia as vozes consideradas legítimas na produção de conhecimento histórico. Ao valorizar os relatos orais como fontes históricas válidas, o trabalho fortalece uma perspectiva de ensino que reconhece o saber da experiência e a pluralidade de narrativas sobre o passado.

Além disso, a proposta também se insere no campo da História Pública, ao propor a construção de um memorial digital acessível à comunidade escolar e à população em geral. Segundo Hilda Kean (2010), a História Pública implica o compromisso com uma produção histórica que dialogue com públicos amplos, fora dos limites acadêmicos tradicionais, articulando-se com as demandas sociais por memória, justiça e identidade. Nesse sentido, o memorial digital da Escola Professor Gaspar constitui-se como uma forma de devolutiva social do conhecimento histórico, promovendo a circulação pública de memórias locais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da identidade coletiva da comunidade montealegrense.

A centralidade da participação discente na produção do conhecimento histórico busca assumir um viés participativo e emancipador, reconhecendo o protagonismo dos alunos na construção de narrativas sobre o espaço que habitam e frequentam. Paulo Freire (1996) é referência fundamental nesse sentido, ao defender uma pedagogia dialógica, crítica e enraizada na realidade concreta dos educandos. A escuta dos estudantes e a valorização de suas vivências reforçam a ideia de que o conhecimento histórico é uma construção coletiva e situada, e não uma verdade única a ser transmitida.

Por fim, a democratização do ensino de História a partir da tecnologia e da interdisciplinaridade se evidencia na proposta de criação de um memorial digital, que dialoga com as possibilidades contemporâneas de produção e divulgação de conhecimento histórico. Isabel Barca (2001) e Circe Bittencourt (1993) já apontavam para a importância de desenvolver competências críticas e analíticas nos estudantes, inclusive por meio de múltiplas linguagens e suportes. Nesse contexto, as mídias digitais surgem como ferramentas pedagógicas potentes, conforme destacam Moran (2015) e Kenski (2012), ao ampliar o acesso ao conhecimento e fomentar práticas interativas e inclusivas. Além disso, ao mobilizar elementos da educação patrimonial, a proposta se alinha aos estudos de Chuva (2009) e Santos (2010), que destacam a importância de preservar e trabalhar o patrimônio como parte do processo formativo dos sujeitos.

Metodologicamente, a pesquisa se estrutura como uma investigação de abordagem qualitativa, com base na pesquisa-ação, conforme proposta por Thiollent (2011), visando à articulação entre teoria e prática no ambiente escolar.

Nesse sentido, o produto pedagógico deste trabalho de construir a sequência didática para a produção de um memorial digital participativo da Escola Estadual Professor Gaspar, concebido como ferramenta didática para o ensino de História e instrumento de resgate da memória local. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) investigar a trajetória histórica da referida escola enquanto espaço formador e de memória; (b) fomentar práticas pedagógicas que integrem o conteúdo histórico local ao currículo escolar; (c) estimular o protagonismo dos estudantes na valorização da história de sua escola e de sua cidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade escolar (professores, ex-alunos, alunos e ex-gestores), análise documental e pesquisa iconográfica. Propondo a construção de um memorial digital de forma colaborativa, em oficinas pedagógicas com estudantes, utilizando ferramentas de curadoria digital, mídias interativas e acessibilidade. Assim, o presente trabalho busca contribuir para

uma proposta educativa que seja, simultaneamente, crítica, emancipadora e comprometida com a valorização da história de Monte Alegre e de seus sujeitos sociais.

A escrita da dissertação estrutura-se a partir de uma abordagem crítica, reflexiva e participativa sobre a relação entre ensino de História, memória coletiva, identidade local e práticas pedagógicas emancipadoras. Com base no Ensino de História como prática social e cidadã, o trabalho propõe-se a problematizar o silenciamento da história institucional da Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG), buscando resgatá-la como elemento formador da identidade do município de Monte Alegre-RN.

Nesse sentido, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro parte da compreensão do espaço histórico, geográfico e político em que a escola está inserida, tanto no passado recente quanto na atualidade. Em seguida, considera-se necessário problematizar o material didático, suas narrativas e silenciamentos, com destaque para o lugar da Escola Estadual Professor Gaspar nas representações oficiais. Por fim, apresenta-se a reflexão sobre práticas pedagógicas no ensino de História e o produto pedagógico elaborado, concebido como resultado das discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa. Assim, cada etapa do trabalho busca articular fundamentos teóricos e empíricos que sustentam a análise histórica e pedagógica sobre a escola, o território e os sujeitos envolvidos no processo educativo.

No primeiro capítulo tem como objetivo contextualizar historicamente o município de Monte Alegre, desde os primeiros registros oficiais de ocupação territorial até sua configuração administrativa e educacional contemporânea. Destacando o papel das escolas rudimentares e a ampliação da rede pública de ensino nos séculos XX e XXI. Este recorte evidencia o papel estruturante da educação para o desenvolvimento social e cultural da cidade, apoiando-se em fontes como relatórios oficiais, legislações educacionais e registros escolares. “A Escola Professor Gaspar: o coração de Monte Alegre”, enfoca a trajetória da EEPG como a principal instituição pública de ensino médio do município, reunindo elementos históricos, simbólicos e educacionais, dessa forma, aborda a fundação, vínculos comunitários e marcos institucionais. Como também os desafios para a educação montealegrense, apontando questões político-pedagógicas, estrutura física, evasão escolar, carência de políticas públicas e a exclusividade da EEPG como instituição estadual ativa.

O segundo capítulo analisa os modos como a história de Monte Alegre e da Escola Professor Gaspar são (ou não são) representadas nos discursos institucionais. O título “Aqui tem nossa história?” opera como uma provocação à ausência, ou à presença superficial, da escola nos registros oficiais da memória coletiva. A seção se inicia com uma análise crítica do livro paradidático “Monte Alegre: cidade da gente”, com foco na forma e na frequência com

que a EEPG é mencionada, problematizando sua invisibilização no discurso histórico autorizado. Discutindo a percepção dos discentes sobre sua importância e o vínculo entre o a escola e a sua história, baseando-se em entrevistas e observações participativa.

Por fim, “O resgate da história da escola como processo de pertencimento e construção democrática” articula os dados empíricos à noção de consciência histórica (Rüsen, 2001) e memória coletiva (Halbwachs, 2006), mostrando como a reconstrução da trajetória da escola contribui para o fortalecimento do sentimento de identidade e pertencimento entre os estudantes. A subseção “Quem faz parte da história do Professor Gaspar?” dá voz a diferentes sujeitos históricos (professores, alunos, ex-alunos, gestores) como forma de democratizar a narrativa histórica.

A opção por apresentar no terceiro capítulo, a proposta do memorial digital participativo da Escola Estadual Professor Gaspar como produto pedagógico da pesquisa justifica-se pela necessidade de articular memória, história e práticas educativas em um mesmo espaço formativo, nesse sentido será apresentada uma sequência didática para a elaboração deste memorial. Ao ser concebido como ferramenta de ensino, arquivo público digital e prática de valorização da memória institucional. O memorial se configura não apenas como um recurso didático, mas também como uma estratégia de democratização do conhecimento histórico, possibilitando que diferentes sujeitos escolares sejam protagonistas na construção e preservação de suas narrativas.

Como não houve possibilidade do desenvolvimento do memorial diante do contexto estrutural e pedagógico da escola, apresento nesta dissertação a proposta de desenvolvimento para a criação do memorial. Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado não se configura como uma pesquisa exaurida ou definitiva, pelo contrário, deve ser compreendido como um primeiro movimento no sentido de provocar e abrir caminhos para a discussão acerca da história escolar do município de Monte Alegre. Trata-se de um esforço inicial de sistematização e problematização que, ao mesmo tempo em que levanta questionamentos e aponta lacunas, também sugere possibilidades de continuidade.

Assim, o estudo busca cumprir uma dupla função: por um lado, dar visibilidade à importância da Escola Estadual Professor Gaspar no tecido social e cultural da cidade; por outro, lançar bases para que futuros projetos, de caráter acadêmico ou pedagógico, possam aprofundar os debates aqui iniciados. Dessa forma, longe de encerrar a reflexão, este trabalho pretende contribuir para a consolidação de uma agenda de pesquisa que valorize a memória escolar como patrimônio coletivo e como instrumento formativo das próximas gerações de monte-alegrenses.

## **CAPÍTULO 1 - MONTE ALEGRE: POR ESSA TERRA TUDO SE FAÇA:**

### **1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A TERRA DO QUIRAMBU**

O primeiro capítulo tem como objetivo contextualizar historicamente o município de Monte Alegre, desde os primeiros registros oficiais de ocupação territorial até sua configuração administrativa e educacional contemporânea. Destacando o papel das escolas rudimentares e a ampliação da rede pública de ensino nos séculos XX e XXI. Este recorte evidencia o papel estruturante da educação para o desenvolvimento social e cultural da cidade.

Buscando destacar a trajetória da EEPG, hoje como a principal instituição pública de ensino médio do município, reunindo elementos históricos, simbólicos e educacionais, dessa forma, aborda a fundação, vínculos comunitários e marcos institucionais. Elucidando também, sobre os desafios para a educação montealegrense, apontando questões político-pedagógicas, estrutura física, evasão escolar, carência de políticas públicas e a exclusividade da EEPG como instituição estadual ativa.

Nesse sentido, sobre o município de Monte Alegre, localizado no estado do Rio Grande do Norte, teve sua emancipação política concretizada em 25 de novembro de 1953, por meio da promulgação da Lei nº 929. Até então, a localidade integrava o território de São José de Mipibu, do qual se desmembrou para constituir-se como município autônomo. Esse processo de emancipação refletiu o desejo da população local de obter maior autonomia administrativa e política, favorecendo o desenvolvimento econômico e social da região.

Com uma extensão territorial de 211,3 quilômetros quadrados, Monte Alegre abriga uma população estimada em 23.031 habitantes, conforme os dados do censo demográfico de 2022. A densidade populacional gira em torno de 108 habitantes por quilômetro quadrado, o que evidencia uma distribuição relativamente equilibrada da população em seu território. Segundo a pesquisa da comissão executiva do Plano Nacional de Saneamento, de 2018, cerca de 55% da população está localizada na zona rural, dentre as trinta comunidades registradas. O município é vizinho das cidades de São José de Mipibu, Brejinho, Vera Cruz, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada e Macaíba, formando uma região com forte intercâmbio social, comercial e cultural.

Monte Alegre está situado a aproximadamente 49 quilômetros da capital potiguar, Natal, em direção ao nordeste. Sua posição geográfica privilegiada favorece o acesso tanto à capital quanto a outros centros urbanos do estado, o que contribui para a circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Localizado a uma altitude de 409 metros acima do nível do

mar, o município apresenta clima agradável e terreno propício para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Suas coordenadas geográficas são: latitude 5°52'60" Sul e longitude 36°18'00" Oeste.

A economia de Monte Alegre tem como base principal a agricultura e a pecuária, atividades que historicamente moldaram a identidade econômica e cultural do município. A produção agrícola é diversificada, com destaque para o cultivo de frutas, hortaliças e outras culturas típicas da região. A pecuária, por sua vez, é voltada tanto para o corte quanto para a produção de leite, atendendo ao mercado local e regional. Além disso, nos últimos anos, o município vem experimentando um crescimento em setores como o comércio e os serviços, impulsionado pela melhoria da infraestrutura urbana e pela valorização do potencial turístico da região.

Segundo Câmara Cascudo, em seu livro “Nomes da Terra” na primeira metade do século XVIII, especificamente em 1737, João Francisco Ribeiro obtinha a data de sesmaria nº 602 que passou ter o nome de fazenda quirambu , sendo este o mais antigo registro oficial nas terras que hoje, entendemos por Monte Alegre. Tendo como os limites começando no Riacho do coité, saindo para Lagoa dos marcos ( no qual foi fincada uma pedra para servir de marco para a data do Quirambu) e dividia a região de Timbaúba, daí descia para Varela de Baixo e deste para o Olho D’água , até encontrar novamente o riacho de Coité.

Dessa referência geográfica, atualmente temos o conhecimento da Lagoa dos marcos, limítrofe com a comunidade de Timbaúba, a região de olho d'água e a lagoa do quirambu. Com relação ao riacho de coité ousou dizer que seria algum braço do rio trairí que atualmente não existe mais, já a Valera de Baixo entende-se a região que hoje corresponde a comunidade de Sítio Santa Luzia, Sítio São Miguel e Laranjeiras, que dá encontro com a Fazenda Olho d’água.

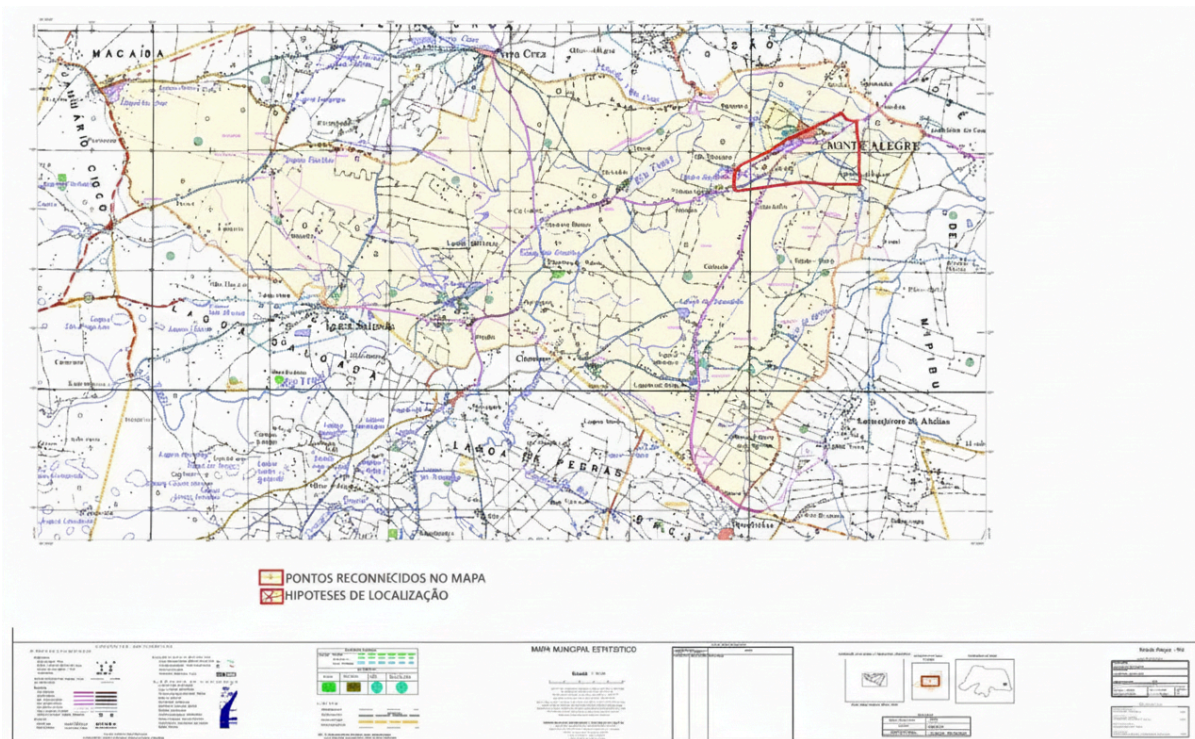


FIGURA 1: Localização da sesmaria nº 602 em sobreposição do mapa atual da cidade de Monte Alegre

FONTE: Acesso em:

<[https://geofpt.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_para\\_fins\\_de\\_levantamentos\\_estatisticos/censo\\_demografico\\_2010/mapas\\_municipais\\_estatisticos/rn/monte\\_alegre\\_v2.pdf](https://geofpt.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/rn/monte_alegre_v2.pdf). > em 08 de abril de 2025.

O historiador potiguar Luís da Câmara Cascudo, em sua obra: *Nomes da Terra*, um dos registros mais antigos referentes à ocupação oficial do território que hoje compreende o município de Monte Alegre remonta à primeira metade do século XVIII. Especificamente em 1737, João Francisco Ribeiro foi contemplado com a concessão de uma data de sesmaria, de número 602, localizada em uma região que passou a ser denominada Fazenda Quirambu. Este documento configura-se como o mais antigo marco oficial da presença de uma ocupação formal nas terras onde, atualmente, se assenta o município de Monte Alegre.

Sendo importante mencionar que a origem etimológica do termo “Quirambu<sup>1</sup>” revela dimensões simbólicas e culturais que contribuem para a compreensão da relação entre linguagem, território e memória no contexto da formação histórica de Monte Alegre.

Segundo o escritor Aluísio Azevedo, sócio do Instituto Histórico Geográfico do RN, e que se dedicou a escrever a obra “História do Município de Monte Alegre” de 1992, afirma que a palavra “Quirambu” deriva do tupi quiri-imbu, que pode ser traduzido como “cipó aquoso” ou “cipó que conserva água”. Tal designação remete, portanto, à natureza local de

<sup>1</sup> Figura 1, a hipótese exposta no memorial da cidade.

concentração aquífera, apontando para a íntima relação entre os primeiros habitantes indígenas e os elementos do meio natural que os cercavam. A escolha de um nome vinculado a uma característica geográfica sugere um modo de nomear o espaço fundamentado na observação sensível e utilitária da paisagem.

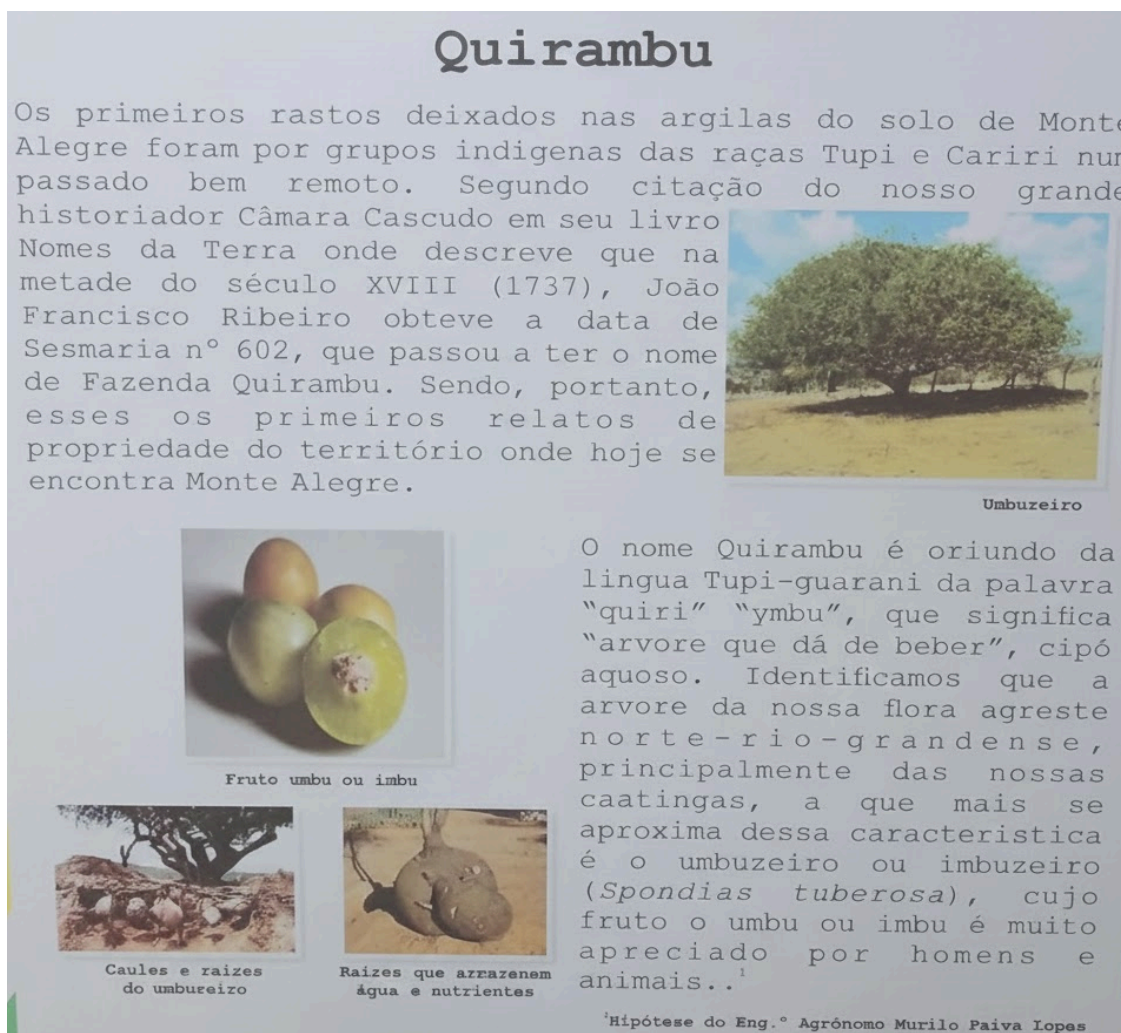


FIGURA 2: A origem do nome Quirambu  
Fotografia da autora do Memorial da praça Pedro Alves

Contudo, a etimologia indígena do topônimo não esgota os significados atribuídos à palavra ao longo do tempo. A tradição oral local apresenta uma segunda versão para a origem do nome "Quirambu". De acordo com esse relato popular, o termo teria se originado do nome de uma indígena que habitava as imediações da lagoa homônima. Segundo a tradição, essa mulher faleceu naquele local, e sua memória teria sido perpetuada na toponímia da região.

Sendo assim, o território delimitado pela referida sesmaria era demarcado por pontos geográficos que, em parte, ainda são identificáveis na paisagem local. Os limites da propriedade começaram no Riacho do Coité, seguindo em direção à Lagoa dos Marcos — local onde, de acordo com o registro, foi cravada uma pedra de demarcação, destinada a servir

como marco territorial da data do Quirambu. A partir desse ponto, o território se estendia até os confins da região conhecida como Timbaúba, de onde descia em direção à localidade de Varela de Baixo e, desta, alcançava o Olho d'Água, encerrando o perímetro novamente no Riacho do Coité.

A análise dessas referências espaciais permite estabelecer correspondências com a geografia atual. A Lagoa dos Marcos, por exemplo, ainda é reconhecida como um ponto limítrofe entre a atual comunidade de Timbaúba e as terras adjacentes, curiosamente hoje residido ao lado da referida lagoa, e que com a comunicação popular passou a ser conhecida como Lagoa dos Marques. O mesmo ocorre com a região de Olho d'Água, bem como com a Lagoa do Quirambu, que preserva, ao menos toponimicamente, a memória da antiga sesmaria. Já o Riacho do Coité, cujo nome foi registrado na documentação setecentista, possivelmente correspondia a um braço secundário do Rio Trairi, atualmente inexistente em razão das transformações naturais e antrópicas no curso hídrico da região.

Quanto à localidade denominada Varela de Baixo, é plausível afirmar, com base em indícios topográficos e na tradição oral, que esta designação corresponde, na contemporaneidade, à área que abrange as comunidades rurais de Sítio Santa Luzia, Sítio São Miguel e Laranjeiras, as quais, por sua vez, mantêm conexões territoriais com a atual Fazenda Olho d'Água. Esses vestígios toponímicos e geográficos são fundamentais para a reconstrução do processo histórico de ocupação e estruturação fundiária do território que viria a constituir, séculos depois, o município de Monte Alegre.

Segundo Azevedo (1992), Antônio Miranda, juntamente com seus irmãos, foram os primeiros a se instalar na região, às margens do rio Trairi. Dando início ao povoado de Monte Alegre. Tendo seu primeiro registro em documento oficial em 14.06.1906, onde o governador Tavares de Lyra comunica ao congresso legislativo do Estado a mudança da sede do distrito policial de Laranjeira dos Cosmes para Monte Alegre<sup>2</sup>.

A trajetória política administrativa iniciada ainda nas primeiras décadas do século XX, caminhou para a criação do distrito de Monte Alegre que ocorreu por força do Decreto Estadual nº 603, de 31 de outubro de 1938, quando foi oficialmente integrado à estrutura administrativa do município de São José de Mipibu. No quadro territorial vigente para o quinquênio 1939–1943, Monte Alegre já figurava como distrito pertencente a esse município-mãe.

---

<sup>2</sup> Figura 2 - imagens contidas no memorial da cidade, proveniente do acervo da família Paiva.

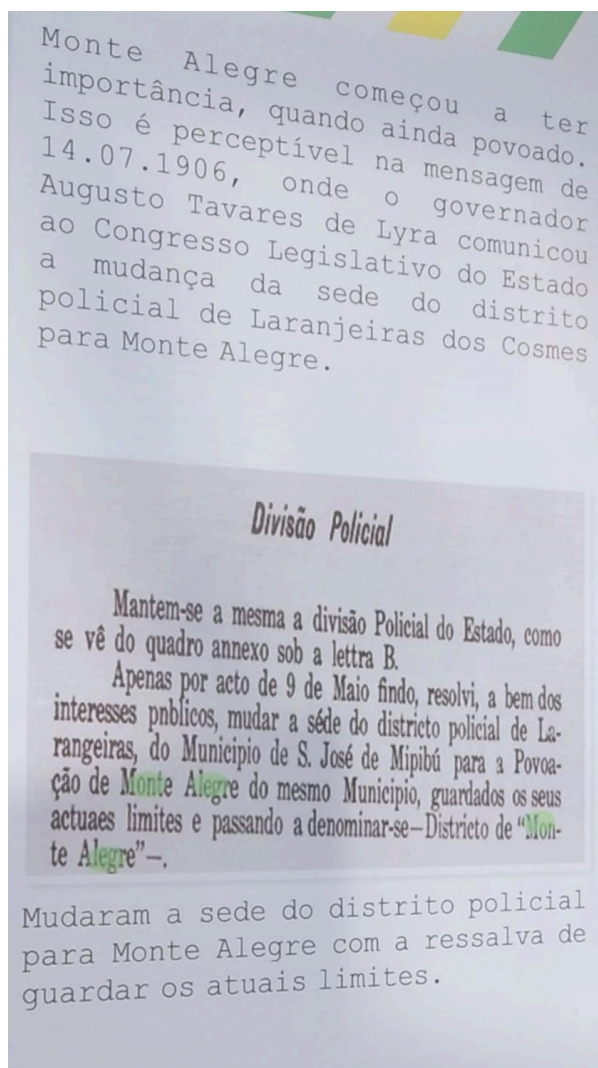


FIGURA 3: Primeiras menções em documento oficial do Estado sobre a comunidade de Monte Alegre/RN expostas no memorial da cidade

FONTE: Fotografia da autora

No entanto, alterações na nomenclatura administrativa marcaram o período subsequente. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 268, datado de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Monte Alegre passou a ser denominado Quirambu, retomando, assim, uma designação de caráter histórico, vinculada à antiga fazenda que marcou o início da ocupação regular da região no século XVIII. No quadro territorial estabelecido para vigorar entre os anos de 1944 e 1948, o distrito aparece registrado sob o novo nome de Quirambu, ainda subordinado ao município de São José de Mipibu.

Essa mudança, no entanto, teve caráter efêmero. Através da Lei Estadual nº 146, de 23 de dezembro de 1948, a denominação de Monte Alegre foi restituída ao distrito, indicando uma reafirmação da identidade local já consolidada entre seus habitantes. Em levantamento territorial datado de 1º de julho de 1950, o distrito de Monte Alegre (anteriormente Quirambu) permanece como parte integrante do município de origem.

A emancipação política de Monte Alegre ocorreu formalmente em 25 de novembro de 1953, com a promulgação da Lei Estadual nº 929, que o elevou à categoria de município autônomo, desmembrando-o de São José de Mipibu. A sede do novo ente municipal foi estabelecida no antigo distrito de Monte Alegre, compreendendo inicialmente apenas o distrito-sede. A instalação oficial do município ocorreu em 1º de janeiro de 1954, marcando o início de sua trajetória administrativa independente e reafirmando a relevância histórica, territorial e identitária da localidade no contexto regional potiguar.

## 1.2 MONTE ALEGRE E A EDUCAÇÃO FORMAL

A constituição das primeiras unidades escolares no interior do Rio Grande do Norte revela-se como parte essencial da formação das comunidades e do fortalecimento da presença estatal em territórios até então pouco estruturados em termos de serviços públicos. Em Monte Alegre, a instalação da primeira escola não apenas inaugurou o acesso formal à educação, mas também inaugurou a existência de um prédio público na localidade. Trata-se da chamada "Casa Escola", cuja construção teve início em 1915 e foi concluída em 1916, marcando profundamente a vida comunitária e a memória coletiva da população.

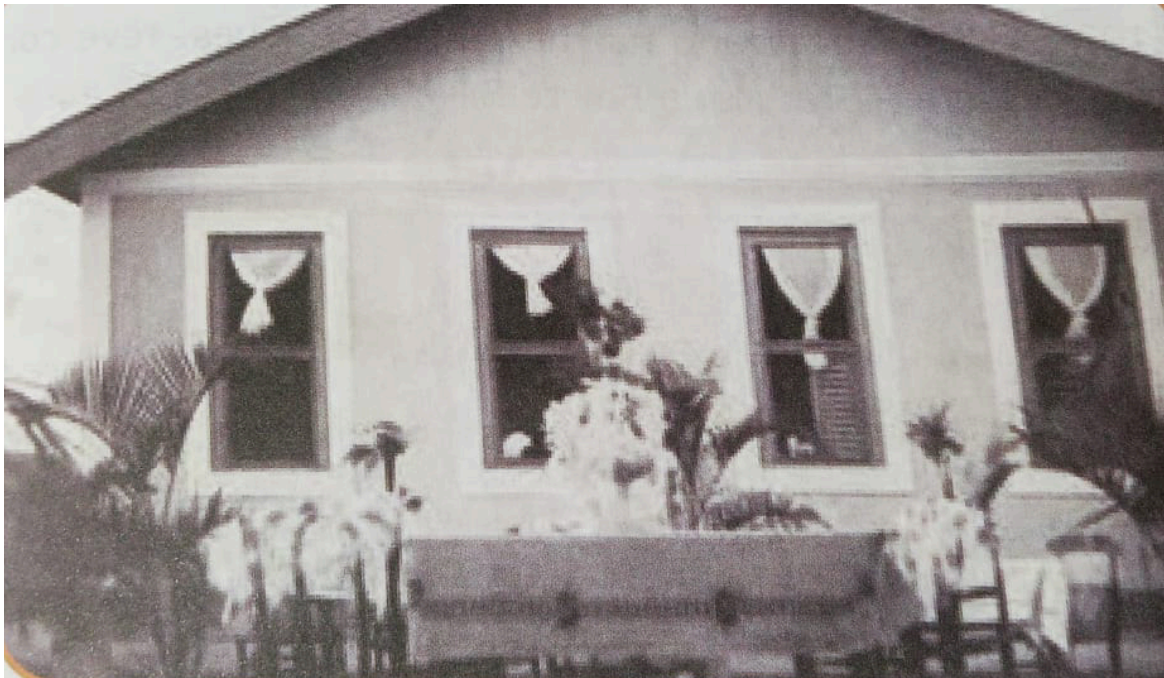


FIGURA 4: Casa escola

FONTE: MIRANDA, Ataíde; CRISÓSTOMO, Maria Isabel; PAIVA, Murilo; FERNANDES, Soraya. *Estudos regionais: Monte Alegre (RN)*. Fortaleza: Didáticos Editora, 2022. ISBN 978-65-89190-84-7.

A edificação foi realizada com o apoio de João de Paiva, personagem central na história local, cujo envolvimento direto com a obra pode ser constatado em correspondências

personais destinadas ao seu irmão, nas quais relata detalhes da construção, dificuldades logísticas e expectativas em relação ao futuro do espaço escolar.

### Carta 02

Monte Alegre 11 de Abril de 1916 || Theodosio || Comesso esta accusando as suas de | 5 e 8 de Abril *corrente*. || Recebi os dois sacos de arros e um de se- | mente de capim gordura, o que pedimos de levar | ao conhecimento do Governador e por nós agradecer lhe | *muito* esta finesa. || Sciente da verba *para* o levantamento do a | terro da lagoa Quirambú. || Ainda esta semana não aparecerei | ahi, alem de *muitos* atropellos estou com | um tumor em um braço, que ja está | superando. || Sim, por esquecimento ja não tinha | lhe fallado de ter armado a coberta da casa | e mudado a lança, ficando tudo bem. || Arrumamos com o resto das taboas das | portas da casa da escola vinte carteiras | *para* a *mesma*, com assento *para* dois meninos em | cada carteira. || Muita falta de chuva aqui, o sertão | vai indo regulamente chuvido. || <Minhas saudades a *vocês*. | Irmão e Amigo || João de Paiva>

FIGURA 5: Cartaz de Teodosio e João de Paiva FONTE: FERREIRA, Renato Kledson. *Construções de tópico marcado em cartas pessoais brasileiras dos séculos XVIII, XIX e XX*. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Natal, 2014.

Ao longo das décadas seguintes, o edifício passou por diversas denominações institucionais. Inicialmente referida como Casa Escola, passou a ser chamada de Escola Rudimentar<sup>3</sup>, e, posteriormente, Escola Reunida João de Paiva, refletindo as transformações nos modelos pedagógicos e administrativos adotados pelo Estado. Segundo Azevedo (1992), a transição para a nomenclatura "Escola Rudimentar Masculina" deu-se em meados de 1919, com base na Lei Municipal n.º 471, que formalizou sua existência como instituição pública de ensino elementar. Quanto à Escola Rudimentar Feminina, não foram localizados registros legais que confirmem sua criação oficial, embora documentos da época mencionem sua existência já em 22 de setembro de 1923. Ambos os segmentos funcionavam no mesmo prédio, em um sistema de organização compartilhada, comum às escolas do meio rural nas primeiras décadas do século XX.

É importante ressaltar que esse período é marcado por uma política de expansão das escolas rudimentares no RN, no qual LUCAS (et al., 2021) aponta que teve como principal finalidade a ampliação do acesso ao ensino popular, especialmente em localidades onde não era viável a construção de grupos escolares ou escolas isoladas. Em funcionamento regular, essas unidades registraram um total de 3.378 matrículas, com uma média mensal de 3.188 alunos matriculados e uma frequência diária de 2.485, o que corresponde a uma taxa de presença de aproximadamente 78%. No ano de 1925, o número de Escolas Rudimentares

<sup>3</sup> Para Melo (1921) a escola rudimentar prevê um curso de dois anos, equivalente ao curso infantil dos grupos escolares, permitindo que o aluno, ao concluí-la, se matricule nos cursos elementares desses grupos, o que indica que tal escola integra o sistema regular de ensino primário, e não uma via paralela ou inferior.

passou de 100 para 107, distribuídas em 37 municípios do Rio Grande do Norte, com o objetivo de cobrir a maior extensão territorial possível e garantir que nenhuma localidade ficasse sem acesso à educação formal. Nesse conjunto, foram contabilizadas 4.526 matrículas, com uma frequência efetiva de 3.174 alunos, conforme demonstrado no Tabela 1.

**TABELA 1: Matrícula e Frequência das escolas do RN (1925)**

	<b>CATEGORIA</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>FREQUENCIA</b>
1	Escola de Pharmacia (superior)	5	5
1	Atheneu (secundário)	54	52
2	Escolas Normais	164	150
3	Escolas profissionais	394	241
15	Grupos escolares	2.411	1.840
36	Escolas Isoladas	1.442	1.148
107	Escolas Rudimentares	4.526	3.174
82	Escolas subvencionadas e favorecidas pelo Estado	4.995	3.880
214	Escolas não subvencionadas	5.572	4.350
<b>461</b>	<b>Total de escolas</b>	<b>19.563</b>	<b>14.840</b>

Fonte: Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de novembro pelo presidente José Augusto de Bezerra de Medeiros (Rio Grande do Norte, 1925, p. 24).

O modelo rudimentar não estava a parte do sistema educacional, elas eram caracterizadas como parte inicial do processo de ensino, no sentido de habilitar os alunos para a continuidade dos estudos, como destaca Melo (1921)

Especialmente a feição pedagogica dos programmas de ensino da escola rudimentar é que o seu curso reduzido de dois annos não representa a finalidade de um systema particular de ensino para as classes ruraes, mas o primeiro estagio do ensino geral. O alumno que frequentar a escola rudimentar aprende summariamente a ler, escrever e contar, e fica ao mesmo tempo, habilitado a continuar e aperfeçoar seus conhecimentos nos grupos escolares e escolas complementares. (Melo, 1921, p. 32-33).

Desse modo, a escola rudimentar não deve ser entendida como uma instituição paralela ao sistema geral de ensino, exclusiva para o espaço rural, mas um ponto de partida para a complementação dos estudos, como Melo(1921) bem afirma:

Ora, o alumno poderá completar sua instrução primária, quer a inicie no grupo escolar ou na escola isolada, quer na escola rudimentar, cujo curso de dois annos corresponde, em suas linhas geraes, aos dois annos do curso infantil daquellas organizações. O regimento interno preceituuou que o alumno, ao sahir da escola rudimentar está habilitado a se matricular nos cursos elementares dos grupos escolares (Melo, 1921, p. 33)

Azevedo (1992), trás a sua obra uma importante menção à Escola Rudimentar de Monte Alegre, da publicação do Jornal “A República” de 22 de setembro de 1923, no qual ele transcreve:

*“Das escolas rudimentares, por mim inspecionadas, até agora, a de Monte Alegre é a que possui melhor instalação. Funciona em um prédio, especialmente construído, pela iniciativa particular da povoação, com duas salas de aula, áreas de recreio, espaço para jardim, à entrada, e outros cômodos indispensáveis, numa escola.*

*Possui bancos-carteiras, mesa para professor e quadro-negro. Há necessidade de um relógio e de material de expediente. A Intendência Municipal tem feito o asseio do prédio.*

*A professora daquele estabelecimento, Dona Apolônia Sales, tem uma matrícula de 57 educandos, distribuídos pelos 2 tempos do trabalho escolar diário, conforme o aproveitamento das alunas. O 1º tempo funciona, das 10 às 12 e o 2º, de 13 às 15 horas. No dia da visita, estiveram presentes, no 1º tempo, 20 alunos e, no 2º, 10.*

*As crianças do sexo masculino, do próspero povoado, recebem instrução, na Escola Municipal, a cargo do Professor Gaspar Santiago, que leciona, no mesmo prédio da rudimentar, e tem uma matrícula de 67 escolares.*

*A escrituração da escola estadual achava-se irregular e o atendimento dos alunos atesta o esforço da professora.*

*A Escola Rudimentar Mista de Laranjeiras, também foi visitada pela inspeção, sendo esta dirigida, pela professora Maria Marques Lustosa”. (Azevedo, 1999, p 114-115)*

Em meados da década de 1950, Pedro Juvenal de Carvalho adquiriu uma área de terra situada nas proximidades da Lagoa do Quirambu, território onde, posteriormente, seria edificada uma unidade de ensino público estadual. A concretização desta obra contou com a articulação política do então deputado Aluizio Alves, que viabilizou os recursos financeiros necessários para a construção do novo prédio escolar. Assim, teve início a trajetória da escola que mais tarde receberia o nome de Grupo Estadual João de Paiva, oficialmente criado pelo Decreto n.º 10.238/88. Entretanto, segundo Azevedo (1992), há uma portaria da própria Secretaria de Educação do Estado que retroage a fundação da escola para o ano de 1950, o que indica a existência de uma atividade escolar anterior à formalização legal do estabelecimento.



FIGURA 6: Construção da escola João de Paiva

FONTE: MIRANDA, Ataíde; CRISÓSTOMO, Maria Isabel; PAIVA, Murilo; FERNANDES, Soraya. *Estudos regionais: Monte Alegre (RN)*. Fortaleza: Didáticos Editora, 2022. ISBN 978-65-89190-84-7.

É relevante destacar que a origem da escola é atravessada por uma rica tradição de narrativas orais, que contribuem para ampliar a compreensão do contexto histórico-social

local. Segundo relatos de antigos moradores, durante o processo de construção do alicerce da escola, teriam sido encontrados fragmentos ósseos e artefatos diversos, interpretados por alguns como possíveis achados arqueológicos. Esses testemunhos sugerem que a área, situada nas imediações da lagoa, poderia ter abrigado práticas cerimoniais de povos indígenas originários da região.

A inserção dessas narrativas no estudo histórico-educacional reforça a importância da história oral como instrumento de acesso a memória coletiva pouco reconhecida e de construção de outras possibilidades de interpretação do passado. Como bem afirma Alberti (2005), a história oral permite o acesso a dimensões subjetivas da experiência histórica, muitas vezes ausentes nos documentos oficiais, oferecendo novas perspectivas sobre os significados atribuídos aos espaços e instituições pelas comunidades locais. Nesse sentido, os relatos sobre a fundação da escola e os vestígios encontrados em seu terreno contribuem não apenas para compreender a relação entre memória e território, mas também para situar a educação enquanto prática social enraizada em contextos simbólicos e culturais específicos.

A criação da primeira instituição de ensino voltada ao atendimento dos níveis de 1º e 2º graus no município de Monte Alegre ocorreu no ano de 1970, com a fundação do Ginásio Professor Gaspar. Sua estadualização foi efetivada em 1984, por meio do Decreto n.º 9.038/84, integrando-se à rede oficial de ensino do estado e ampliando, significativamente, sua capacidade administrativa e pedagógica.

Localizada em um ponto estratégico da cidade, ao lado da Praça Central Pedro Alves, o prédio da escola foi edificado com recursos oriundos da Fundação Educacional Presidente Médici, durante o regime militar com o objetivo de expandir a infraestrutura educacional da comunidade. Sendo importante mencionar que a fundação foi criada por Solon Ubarana, escrivão e político do município. Posteriormente foi prefeito da cidade por cinco mandatos. Além do Ginásio, a fundação criou na década de 90 o centro infantil, que recebia as crianças da creche. Não obstante, é indispensável destacar o nome da fundação em homenagem ao Emílio Garrastazu Médici, o presidente entre 1969 a 1974 durante a ditadura militar, conhecido como os "anos de chumbo" devido à intensificação da repressão.

A criação do Ginásio Professor Gaspar, em 1970, deve ser compreendida não apenas como um marco na história educacional de Monte Alegre, mas também como parte de um contexto político mais amplo, marcado pelo regime militar. O fato de o prédio ter sido construído com recursos da Fundação Educacional Presidente Médici revela a vinculação política educacional e a estratégia de legitimação do governo autoritário, mesmo depois do seu fim. A homenagem ao presidente Emílio Garrastazu Médici, chefe do Executivo entre

1969 e 1974, associa a instituição escolar à memória de um dos períodos mais repressivos da ditadura, conhecido como os “anos de chumbo”, quando, ao mesmo tempo em que se expandia a infraestrutura de serviços públicos, intensificava-se a censura e a perseguição a opositores.

Nesse cenário, percebe-se que a implantação da escola não pode ser vista apenas como resposta a uma demanda local por ensino de 1º e 2º graus, mas também como instrumento simbólico de aproximação entre o poder central e as elites municipais. A atuação de Solon Ubarana, figura política de destaque no município e fundador da instituição, ilustra esse processo. Ao articular a criação da fundação e mais tarde exercer sucessivos mandatos como prefeito, Ubarana consolidou sua liderança política vinculando sua imagem ao desenvolvimento educacional da cidade, numa clara expressão da relação entre clientelismo local e projetos do regime.

A estadualização do ginásio em 1984, já em um contexto de abertura política, evidencia como as estruturas criadas durante a ditadura foram incorporadas à rede oficial, ampliando a capacidade administrativa e pedagógica, mas carregando consigo a marca de sua origem. Do mesmo modo, a posterior criação do centro infantil na década de 1990 mostra que a fundação sobreviveu ao regime e se adaptou a novos contextos, mas permaneceu associada a uma memória ambígua: ao mesmo tempo em que simboliza a expansão do acesso à escolarização, remete a um período de autoritarismo e repressão.

Nesse sentido, a escola passou a oferecer não apenas a formação geral do ensino de 1º grau (atual Ensino Fundamental), mas também habilitações técnicas relevantes para o contexto local, como o formação do magistério e o técnico em contabilidade . Em 1992, a instituição contava com 12 salas de aula, distribuídas entre 18 turmas organizadas em três turnos (matutino, vespertino e noturno) , atendendo a um total de 571 estudantes do 1º grau e 164 alunos do 2º grau, o que evidencia sua importância como polo educacional no município. Essa estrutura multifuncional permitia que a escola atendesse a diferentes faixas etárias, perfis socioeconômicos e trajetórias educacionais, consolidando-se como referência regional em educação pública.

Segundo Azevedo (1992), no ano da construção do seu livro, Monte Alegre contava com seis escolas da rede estadual, sendo uma na cidade Escola Prof. Gaspar e os demais nos Distritos de Fontes, Retiro, Lagoa do Mato, Comum e Timbaúba. Essas escolas são reunidas do 1.º grau e 164 alunos de 28 salas de aula, 39 turmas, 50 professores e 1.052 matriculados no ano de 1990. Já a rede municipal de ensino contava com 24 escolas, das quais uma localizava-se na zona urbana. Como vemos na tabela 2 a seguir:

**TABELA 2: Escolas Municipais de Monte Alegre – Exercício de 1991**

Nome da Escola	Zona	Nº de Salas	Turmas	Séries	Alunos Matriculados
José Maria Aguiar Filho	Urbana	6	20	1ª a 4ª	543
Diogo de Melo Azevedo	Rural	1	1	1ª	11
São Joaquim	Rural	2	3	1ª a 3ª	33
Ana Gonzaga	Rural	2	2	1ª a 2ª	67
Joaquim Manoel de Góis Bay	Rural	1	2	1ª a 2ª	91
Theodósio Paiva	Rural	2	3	1ª a 4ª	48
Maria Nilza Xavier Marques	Rural	2	3	1ª a 3ª	40
José Cardoso Moreno	Rural	2	3	1ª a 4ª	176
Pte. Ernesto Geisel	Rural	2	2	1ª a 2ª	36
Onofre Lopes	Rural	2	2	1ª a 2ª	73
Herculano Estevam de Andrade	Rural	2	2	1ª a 2ª	74
Escola Municipal de Torrões	Rural	2	2	1ª a 2ª	39
Lindolfo Rufino	Rural	2	2	1ª a 2ª	31
Bom Jesus	Rural	2	3	1ª a 3ª	108
São Francisco	Rural	2	3	1ª a 3ª	61
Santa Luzia	Rural	2	3	1ª a 4ª	123
João Pinheiro	Rural	2	3	1ª a 4ª	93
São Pedro	Rural	2	3	1ª a 4ª	44
Padre Cícero	Rural	2	3	1ª a 3ª	46
Virgílio Ribeiro de Oliveira	Rural	2	4	1ª a 4ª	124
Heronides Alves de Oliveira	Rural	1	2	1ª a 2ª	40
São José	Rural	2	3	1ª a 4ª	75

Presidente Médici	Rural	2	2	1ª a 4ª	87
São Sebastião	Rural	1	2	1ª a 2ª	16

Fonte: AZEVEDO (1992) p. 117

Hoje, o município de Monte Alegre possui 27 escolas, sendo 10 escolas na zona urbana e 17 escolas na zona rural. Segundo o censo escolar de 2024, o sistema municipal de ensino possui 3.344 alunos matriculados, entre as localidades apresentadas na tabela 3:

<b>Escola</b>	<b>Localidade</b>	<b>Zona</b>
Centro Educacional José Maria de Aguiar Filho	Centro	Urbana
Creche Municipal Eugênia Rocha Alves	Centro	Urbana
Creche Municipal Olga Lamartine Paiva	Bairro da Esperança	Urbana
Creche Municipal Professora Ana Nanete	Centro	Urbana
Escola Municipal Aluísio Lamartine Paiva	Centro	Urbana
Escola Municipal Áureo Lamartine Paiva	Centro	Urbana
Escola Municipal Evaldo Gomes	Bairro da Esperança	Urbana
Escola Municipal Maria Nilza Xavier Marques	Bairro da Esperança	Urbana
Escola Municipal Prefeito Irandir de Aguiar (PROEJA)	Quirambu	Urbana
Escola Municipal Theodósio Paiva	Centro	Urbana
Creche Municipal José Matias Xavier	Lagoa do Mato	Rural
Creche Municipal Lagoa do Cajueiro	Lagoa do Cajueiro	Rural
Creche Municipal Menino Sapeca	Comum	Rural
Escola Municipal Ana Gonzaga	Retiro	Rural
Escola Municipal Antônio Galdino	Xique-Xique	Rural
Escola Municipal Bom Jesus	Carnaúba	Rural
Escola Municipal Herculano Estevam	Timbaúba	Rural
Escola Municipal João Pinheiro	Fontes I	Rural
Escola Municipal Lindolfo Rufino	Sobrado I	Rural

Escola Municipal Onofre Lopes	Comum	Rural
Escola Municipal Prefeito João Galvão	Sítio Santa Luzia	Rural
Escola Municipal Presidente Médici	Quatro Bocas	Rural
Escola Municipal Santa Luzia	Lagoa do Mato	Rural
Escola Municipal São Francisco	Riacho do Brejo	Rural
Escola Municipal São Joaquim	Sobrado II	Rural
Escola Municipal São Pedro	Pajuçara	Rural
Escola Municipal Virgílio Ribeiro	Pitombeira	Rural

**TABELA 3: Relação de Escolas da Rede Municipal de Ensino – Monte Alegre. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Monte Alegre-RN**

Em 2018 a última escola estadual de 1º grau foi fechada, esta que foi nossa primeira escola, o grupo escolar João de Paiva, e atualmente, o antigo Ginásio Professor Gaspar se encontra como a única escola estadual em funcionamento no município de Monte Alegre, concentrando a totalidade da oferta de ensino médio regular da rede pública local, com 841 alunos, segundo o Censo Escolar 2024. Nesse sentido, e por vários outros aspectos que serão abordados no decorrer da discussão, é necessário destacar a relevância histórica, social e educacional dessa instituição, que será o principal objeto de análise do presente estudo como espaço escolar, como espaço de memória, como também ambiente formador. Visto que segundo Roger Chartier (1990):

O espaço escolar, por exemplo, não é apenas o suporte físico do ensino, mas uma construção simbólica carregada de representações e estratégias de controle, disciplina e socialização. A escola se inscreve na história não apenas por meio das reformas e currículos, mas também por seus edifícios, seus horários, seus rituais e suas maneiras de dispor corpos e saberes.” (CHARTIER, 1990, p. 17-18)

Buscando estimular e construir um reconhecimento sobre a importância dessa escola para a formação da sociedade montealegrense, um sentimento de reconhecimento e identidade para a comunidade e a valorização da memória escolar. Sabendo que:

O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção do seu ser coletivo. (CHARTIER, 2009, p. 24).

Chartier (2009) ressalta que o saber histórico pode desempenhar um papel fundamental ao desfazer ilusões ou desconhecimentos que, durante muito tempo, desorientaram as memórias coletivas. Ele observa também que práticas sociais de rememoração, como cerimônias e a própria institucionalização dos lugares de memória, muitas vezes inspiram novas pesquisas históricas. No entanto, o autor é enfático em destacar que memória e história não são a mesma coisa: a memória é guiada pelas necessidades existenciais das comunidades, nas quais o passado se torna um recurso simbólico essencial para a construção de identidades e pertencimentos coletivos.

### **1.3. A ESCOLA PROFESSOR GASPAR: O CORAÇÃO DE MONTE ALEGRE**

A consolidação da educação formal nos níveis de 1º e 2º graus no município de Monte Alegre teve início em 1970, com a fundação do Ginásio Professor Gaspar, primeira instituição local voltada à oferta sistematizada desses níveis de ensino. A estadualização da escola, efetivada em 1984 por meio do Decreto n.º 9.038/84, representou um marco na integração do município à política educacional oficial do Rio Grande do Norte, ampliando as possibilidades de gestão pedagógica e administrativa da instituição, reforçando seu papel como agente estruturador da educação básica na região.

Edificado com recursos da Fundação Educacional Presidente Médici — que tinha como fundador Solon Ubarana, futuro prefeito de Monte Alegre, por vários mandatos —, o prédio escolar está estrategicamente localizado ao lado da Praça Central Pedro Alves, evidenciando o entrelaçamento entre os projetos de poder local.

Ao analisar o espaço geográfico da cidade sob a ótica da configuração dos aparelhos público-sociais essenciais — como a igreja católica, a praça Pedro Alves, a escola e o hospital —, percebe-se que a EEPG ocupa um ponto de centralidade funcional e simbólica. Essa posição revela seu papel estruturante na malha urbana e nas práticas cotidianas da população. A proximidade com outros equipamentos públicos reforça sua importância como polo integrador das dinâmicas sociais, educativas e culturais locais. Como se observa na imagem a seguir, a disposição espacial desses elementos no núcleo central da cidade reflete a lógica de organização dos espaços públicos no interior nordestino no século XX<sup>4</sup>, onde a escola adquire protagonismo tanto pela sua função pedagógica quanto pelo valor histórico que carrega.

---

<sup>4</sup> “Nos pequenos centros urbanos nordestinos, a conformação espacial tende a reproduzir uma lógica centralizadora, na qual os equipamentos públicos mais relevantes — como a igreja, a escola, a praça e o hospital — são dispostos em torno de um núcleo simbólico e funcional, formando o eixo estruturante da cidade e da vida comunitária.” CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 45.

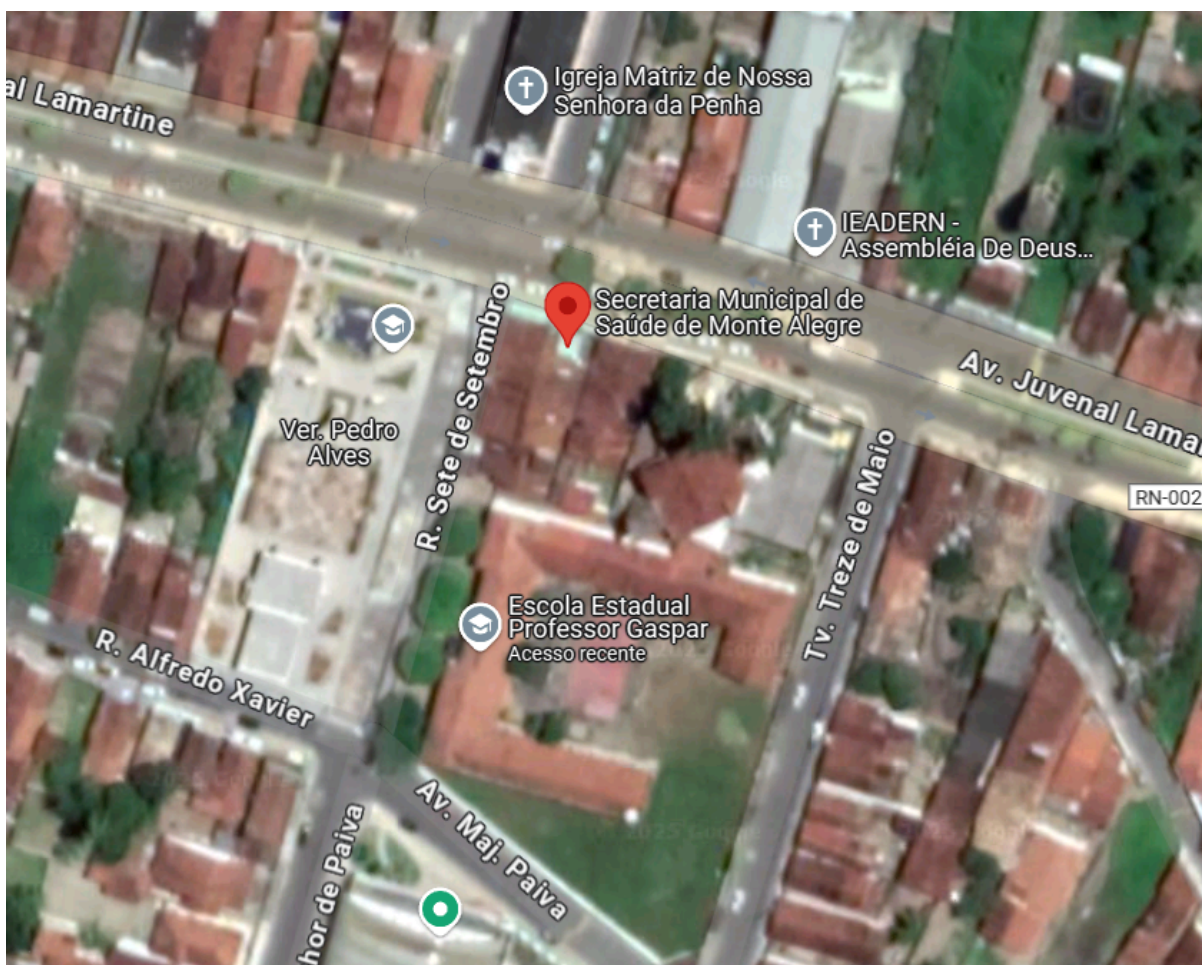


FIGURA 7: Localização da Escola Estadual Professora Gaspar  
Imagem produzida pelo autora - Google Maps

Desde sua criação, a escola não apenas ofertou o currículo regular do então ensino de 1º grau (atualmente Ensino Fundamental), como também incorporou habilitações técnicas de formação profissional, como o curso de magistério e o técnico em contabilidade, áreas de reconhecida demanda nos contextos municipais interioranos nas últimas décadas do século XX.

A criação da escola, na década de 1970, ocorreu sob a vigência da Lei nº 5.692/1971, que estabelecia as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Nesse contexto, a Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte mantinha ações ainda incipientes na área da educação profissional. Naquele período, existiam apenas 21 escolas que ofereciam ensino técnico profissionalizante, concentradas majoritariamente na capital do Estado.

Na década de 1980, o ensino de 2º grau ganhou maior impulso, sendo ofertado em 103 escolas. Já na primeira metade dos anos 1990, esse número foi reduzido para 42 unidades escolares, e a oferta ainda não alcançava todos os municípios: estava presente em apenas 113 dos 167 existentes no Estado.

De acordo com Carlos (2018), entre as décadas de 1970 e 1990, a Rede Estadual ofertou 38 habilitações técnicas no ensino de 2º grau. Entre elas, destacam-se: Magistério, Assistente Administrativo, Auxiliar de Administração, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Contabilidade, Técnico em Contabilidade, Secretariado Executivo, Auxiliar de Crédito e Finanças, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Prótese Dentária, Técnico em Edificações, Técnico em Agropecuária e Técnico em Mecânica. Observa-se, portanto, a predominância de cursos voltados para o setor terciário da economia.

No início da década de 1990, a Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG) já evidenciava uma notável capacidade de atendimento educacional. Em 1992, contava com 12 salas de aula e abrigava 18 turmas distribuídas entre os turnos matutino, vespertino e noturno. Ao todo, atendia 571 alunos do 1º grau e 164 do 2º grau, consolidando-se como um polo regional de ensino público. A diversidade de turnos e perfis atendidos reflete a multifuncionalidade da escola, cuja atuação alcançava diferentes faixas etárias e camadas sociais, contribuindo para a consolidação de um espaço escolar historicamente relevante para a formação educacional e profissional em Monte Alegre.

Esse protagonismo se manteve nas décadas seguintes, mesmo após a escola deixar de ofertar os anos finais do ensino fundamental – responsabilidade assumida exclusivamente pelo município a partir de 2012. Ainda assim, o número de matrículas manteve-se em trajetória de crescimento. Segundo dados do portal educacional QEdu, a média de estudantes entre 2008 e 2025 é de aproximadamente 800 alunos por ano, como demonstra a Tabela 3:

<b>Ano</b>	<b>Matrículas Totais</b>	<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>
2010	841	375	243	223
2011	829	296	285	248
2012	843	365	243	235
2013	818	323	288	207
2014	752	292	220	240
2015	598	262	188	148
2016	630	279	192	159
2017	760	374	215	171
2018	811	359	252	200

2019	844	390	246	208
2020	900	422	284	194
2021	944	não informado	não informado	não informado
2022	868	não informado	não informado	não informado
2023	822	348	278	196
2024	841	375	243	223

**TABELA 4: Frequência de matrículas na Escola Estadual Professor Gaspar nos últimos 15 anos**  
Desenvolvida pela autora - Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/2407807-monte-alegre/censo-escolar>

Com base na tabela apresentada, observa-se que, ao longo dos anos, a escola manteve uma média de aproximadamente 800 a 900 matrículas anuais, um número expressivo se considerarmos a dimensão populacional do município e o fato de que a instituição conta com apenas 10 salas de aula, cada uma abrigando em média 40 alunos. Esse dado indica uma ocupação plena da capacidade instalada, reforçando tanto a pressão da demanda educacional quanto a relevância da escola como referência regional.

Ao projetar esses números em termos atuariais, o impacto da escola ultrapassa os muros da instituição: cada aluno representa uma família envolvida direta ou indiretamente no processo escolar. Se considerarmos o padrão de uma família média, segundo o IBGE, que cada estudante pertence, em média, a um núcleo de quatro pessoas, estamos diante de cerca de 3.200 a 3.600 pessoas impactadas anualmente pela EEPG. Esse dado reforça como a escola se insere no cotidiano da comunidade, funcionando não apenas como espaço de ensino, mas também como um elo de coesão social.

Durante a aplicação de um formulário de sondagem, essa relevância ficou ainda mais perceptível, visto que em uma amostra de 47 alunos entrevistados, 89% afirmaram que possuem familiares que já estudaram na escola. Destes, 33,3% afirmaram que mais de quatro pessoas da família passaram pela escola que eles estão agora. Ou seja, a EEPG é um espaço geracional.

Algum familiar seu já estudou na escola?

47 respostas

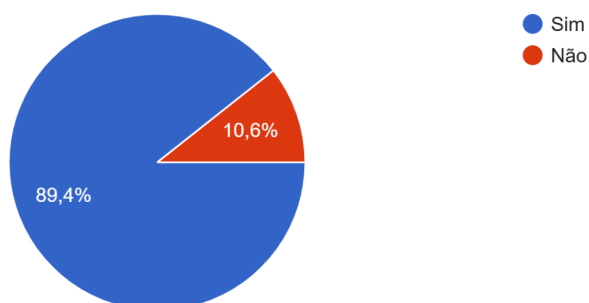


Gráfico 1 gerado a partir da pesquisa aplicada aos alunos do turno noturno da Escola Estadual Professor Gaspar

Se sim, quantos ?

42 respostas

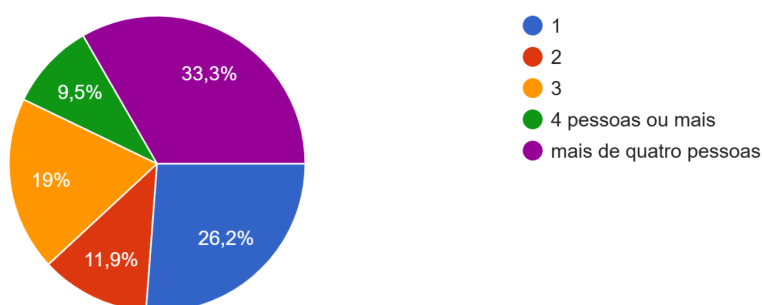


Gráfico 2 gerado a partir da pesquisa aplicada aos alunos do turno noturno da Escola Estadual Professor Gaspar

Corroborando a esta constatação, a escola não atende apenas estudantes da zona urbana, mas também jovens provenientes de 27 comunidades rurais. Isso significa que a EEPG extrapola os limites municipais, consolidando-se como polo educacional regional, responsável pela formação de múltiplas gerações que, posteriormente, ocupam diferentes funções na sociedade local.

Portanto, a relevância da Escola Estadual Professor Gaspar vai muito além de sua função pedagógica: ela se traduz em projeção comunitária e social. Cada matrícula não é apenas um número, mas a expressão de um projeto familiar, de expectativas de ascensão social e de continuidade dos estudos em um contexto em que as opções educacionais são limitadas. A ausência de alternativas torna sua existência ainda mais estratégica, já que dela depende não apenas o futuro educacional de centenas de jovens, mas também a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do município e da região.

É indiscutível que a Escola Estadual Professor Gaspar é muito importante para Monte Alegre, porque é a única que oferece o ensino médio na cidade. Isso significa que praticamente todos os jovens que querem continuar os estudos depois do fundamental precisam passar por ela. Por isso, a escola não atende apenas os alunos que moram na parte urbana, mas também estudantes de 27 comunidades rurais do município. Além disso, pessoas de cidades vizinhas também procuram a escola, o que reforça ainda mais seu papel como centro educacional da região.

Em outras palavras, a escola é um ponto de referência para a formação educacional de Monte Alegre e seu entorno, é o coração da cidade de Monte Alegre tanto no aspecto geográfico, como no aspecto social, sendo responsável por preparar grande parte da população local para a sociedade. Sua existência garante que muitos jovens tenham acesso à educação, independentemente de onde vivem, seja na cidade ou no campo.

Retomo aqui a problemática central deste trabalho: diante da relevância da Escola Estadual Professor Gaspar para a comunidade de Monte Alegre e do papel histórico que ela desempenha na formação de inúmeras gerações de montealegrenses, por que essa escola não é reconhecida como parte integrante da história local? Por que sua trajetória, tão entrelaçada com a vida de tantos cidadãos, não é visibilizada na memória coletiva do município? E mais: por que nossos alunos, muitas vezes, não se sentem pertencentes a esse espaço e não se mobilizam pela valorização e conservação da escola?

Essas perguntas, longe de serem meramente retóricas, nos convidam a refletir sobre o modo como certos espaços são silenciados ou invisibilizados nos discursos oficiais e nas narrativas históricas locais. Nesse sentido, a ausência de reconhecimento institucional e simbólico da escola como patrimônio coletivo revela uma lacuna que precisa ser enfrentada, sobretudo no campo da educação e da memória social.

A escola, mais do que um espaço funcional de ensino, constitui-se como um lugar carregado de sentidos, experiências e memórias compartilhadas. Sua materialidade — expressa em objetos, rotinas, mobiliário e arquitetura — é portadora de gestos e silêncios que moldam subjetividades ao longo do tempo. Pensar a escola como cultura, conforme aponta Escolano Benito (2017), exige uma leitura atenta tanto do que é visível quanto daquilo que foi vivido, esquecido ou marginalizado pelas narrativas hegemônicas.

## 1.4 NOSSO ALUNADO, OS DESAFIOS DO PROJETO PEDAGÓGICO À POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

Para entendermos o público do EEPG, busquei primeiramente tratar as informações de matrículas junto a secretaria da escola. Foi informado que não há sistematização dessa informação. No entanto, a partir da experiência, pode ser destacado que há uma distinção relevante entre os alunos do período vespertinos em relação ao período noturno.

Essa diferença já é esperada, visto que ensino médio noturno ainda é um campo pouco explorado quando se trata de compreender quem são as jovens que o frequentam, quais razões as levam a optar por esse turno e de que forma constroem suas experiências escolares.

A figura do **aluno-trabalhador** é central para compreender a dinâmica do ensino médio noturno no Brasil. Esse estudante, que precisa conciliar a frequência escolar com o exercício de atividades laborais, enfrenta uma dupla jornada marcada pelo desgaste físico e emocional. Tal condição impacta diretamente o desempenho escolar, contribuindo para altos índices de evasão e repetência (Oliveira, 2010).

Nesse sentido, o ensino noturno foi concebido historicamente como alternativa para atender esse público, sobretudo jovens e adultos inseridos precocemente no mercado de trabalho. Entretanto, a sobreposição entre estudo e trabalho frequentemente limita o tempo destinado às atividades escolares, ao convívio social e ao lazer, precarizando a experiência formativa (Gomes & Carnielli, 2003).

Além disso, recai sobre o aluno-trabalhador uma visão estigmatizada dentro das instituições de ensino, onde muitas vezes é interpretado como desinteressado ou pouco engajado. Essa percepção reforça desigualdades simbólicas e invisibiliza os esforços realizados para manter a permanência escolar, apesar das dificuldades cotidianas (Dayrell, 2007). Por outro lado, a permanência desse público nos bancos escolares também revela estratégias de resistência e a valorização da escola enquanto possibilidade de mobilidade social e afirmação identitária.

Na escola investigada, essa realidade se repete de forma clara. Ao longo do ano letivo, foi possível observar o desgaste do corpo discente diante da dupla jornada: alunos que chegavam às aulas exaustos após o expediente, outros que precisavam se ausentar em função de horas extras devidamente comprovadas por declaração, além de mulheres que acumulam o trabalho doméstico integral, condição que deve ser reconhecida como atividade laboral.

Soma-se a esse quadro o fato de que mais da metade dos estudantes do noturno são oriundos de comunidades rurais, cuja rotina está fortemente vinculada às atividades agrícolas.

Essa configuração evidencia como a identidade do aluno-trabalhador é múltipla e atravessada por desigualdades de gênero, de classe e de território, repercutindo diretamente no modo como vivenciam o processo educativo. O cansaço, as faltas justificadas e a sobrecarga de responsabilidades não podem ser compreendidos apenas como problemas individuais, mas como expressões de condições sociais que estruturam a vida desses sujeitos e interferem na permanência escolar.

Os dados empíricos fornecidos pela secretaria escolar evidenciam a complexidade do perfil dos alunos do turno noturno. O fato de 60% serem provenientes de comunidades rurais demonstra que a escola cumpre um papel fundamental de integração territorial, atendendo estudantes que, em sua maioria, enfrentam deslocamentos e realidades socioeconômicas mais desafiadoras. A condição de que 70% trabalham durante o dia revela uma rotina marcada pela conciliação entre estudo e trabalho, o que frequentemente gera sobrecarga e limita o engajamento pleno nas atividades escolares. Além disso, a constatação de que apenas 40% estão em idade-série regular, enquanto 60% se encontram em situação de defasagem, reforça a vulnerabilidade desse público, que lida com trajetórias escolares interrompidas ou marcadas por dificuldades estruturais.

Tais dados que não se distanciam da percepção cotidiana da minha prática docente e ajudam a compreender problemas recorrentes no ensino noturno, como evasão, indisciplina e desmotivação, já que os estudantes muitas vezes não se percebem como parte ativa da cultura escolar. A sobreposição de responsabilidades da vida adulta com as demandas do estudo tende a fragilizar o sentimento de pertencimento e a relação de continuidade com a instituição.

Diante desse contexto, torna-se urgente discutir de que forma o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola pode se constituir em espaço de acolhimento e de enfrentamento dessas desigualdades. O PPP, ao organizar a proposta educativa da instituição, precisa reconhecer as especificidades do público noturno, de modo a pensar estratégias que contemplem a realidade do aluno-trabalhador, das jovens mulheres e dos estudantes do campo, assegurando-lhes condições efetivas de aprendizagem e participação.

O PPP é um documento indispensável para compreensão do contexto institucional e simbólico de uma escola exige, entre outros aspectos, o exame atento de seus documentos orientadores, em especial do Projeto Político-Pedagógico (PPP) — ferramenta fundamental que expressa a identidade, os objetivos e as estratégias da comunidade escolar diante das demandas educativas, sociais e históricas que a atravessam. Previsto legalmente pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), o PPP é uma exigência inscrita no artigo 12, inciso I, que determina que os estabelecimentos de ensino devam “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996), sendo este um princípio que sustenta a gestão democrática e a autonomia das escolas no sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, o PPP deve ser entendido não como um documento meramente burocrático, mas como um registro histórico-pedagógico vivo, construído a partir da memória institucional, das práticas docentes e das relações sociais que permeiam a vida escolar. Segundo Veiga (2008), o projeto político-pedagógico é o espaço em que a escola se pensa, se narra e se projeta, articulando passado, presente e futuro na busca por coerência entre os princípios educativos e as realidades concretas da comunidade a que serve.

Entretanto, ao buscar esse documento no EEPG, observou-se um dado alarmante: a inexistência física ou digital do PPP, e, segundo informações da equipe gestora, sua última versão teria sido elaborada há mais de vinte anos, encontrando-se, portanto, completamente desatualizada e fora das diretrizes atuais que regem a educação básica. Tal ausência revela mais do que um descuido administrativo: evidencia um apagamento da memória institucional e um enfraquecimento das bases que sustentam o planejamento e a ação pedagógica cotidiana da escola.

Este fato não pode ser visto de forma isolada. Como destaca Libâneo (2001), o PPP é expressão concreta da intencionalidade educativa de uma escola e sua ausência impede a sistematização das práticas escolares e compromete a efetivação da gestão participativa. Além disso, ao não dispor de um documento que reflita criticamente suas trajetórias, desafios e compromissos, a escola se vê privada de um instrumento essencial à construção da própria identidade, ao registro de sua historicidade e à legitimação de suas práticas frente à comunidade.

A ausência do PPP, portanto, não representa apenas uma falha de registro administrativo, mas uma lacuna significativa no processo de historicização da instituição. Em termos historiográficos, pode-se afirmar que sem o devido registro documental, a escola se fragiliza como objeto de memória e de pesquisa, perdendo a oportunidade de narrar a si mesma, de organizar suas experiências e de projetar ações futuras baseadas em sua trajetória. A negligência com esse documento rompe, assim, os fios que ligam a instituição ao seu passado e compromete sua capacidade de agir com intencionalidade crítica no presente.

Não obstante os desafios pedagógicos e estruturais enfrentados historicamente, desde 2017 a Escola Estadual Professor Gaspar passou a enfrentar um novo impasse, desta vez no campo jurídico-patrimonial. Conforme mencionado anteriormente, a escola foi fundada com

recursos da Fundação Educacional Presidente Médici, presidida à época pelo então prefeito Solon Ubarana. A edificação, portanto, foi registrada originalmente como patrimônio da referida fundação, a qual figura como parte envolvida em um processo judicial movido pela Fazenda Nacional (processo nº 0025800-14.2010.5.21.0020). Em decorrência dessa ação, o imóvel foi incluído na lista de bens passíveis de penhora.

No ano de 2019, a gestão da escola foi surpreendida por uma notificação expedida pela 2ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) do Rio Grande do Norte, comunicando a necessidade de desocupação do prédio e a consequente realocação da escola para as instalações da Escola Estadual João de Paiva (EEJP). Segundo relato da então diretora Danusa Braga, a notificação foi feita sem apresentação de justificativas detalhadas, acompanhada, porém, de indicativos claros da iminente transferência, inclusive com imagens do prédio fechado e a proposta de deslocamento já em curso. A diretora resistiu à proposta, argumentando a insuficiência estrutural do prédio da EEJP — especialmente quanto ao número de salas de aula disponíveis e à ausência de condições mínimas de acessibilidade. A Direc, à época, recuou momentaneamente diante da argumentação apresentada.

Contudo, em 2023, a notificação foi reapresentada, desta vez de forma oficial e documental, reiterando a exigência de desocupação do prédio histórico da EEPG. Em resposta, a comunidade escolar iniciou um movimento de mobilização, pressionando pela adequação estrutural do prédio da Escola Estadual João de Paiva, especialmente diante da existência de processo formal já tramitando no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), de nº 00410015.002650/2022-86, que trata da reforma necessária para abrigar adequadamente a nova sede.

Até o presente momento, o impasse persiste. O prédio da EEJP passou por uma pequena intervenção, resultando em apenas oito salas de aula — número manifestamente insuficiente para acomodar as 10 turmas por turno, cada uma com aproximadamente 45 alunos. Além disso, o novo espaço permanece sem adaptações para acessibilidade, ferindo os princípios estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e sem ambientes essenciais como laboratórios e biblioteca, o que compromete o desenvolvimento pleno do processo educativo. Em contrapartida, o edifício original da Escola Estadual Professor Gaspar, onde a instituição opera há 54 anos, apresenta sérios problemas estruturais e encontra-se impossibilitado de receber reformas substanciais devido à indefinição legal e administrativa que impede qualquer investimento público enquanto perdurar o impasse judicial de posse.

Essa situação revela não apenas a fragilidade da infraestrutura escolar, mas também a precariedade das garantias do direito à educação, previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. A ausência de condições adequadas para funcionamento compromete os princípios da universalidade, igualdade e qualidade, aprofundando desigualdades educacionais em contextos já vulnerabilizados como o dos municípios do interior nordestino. Além disso, o risco de desocupação forçada sem planejamento pedagógico e estrutural adequado revela o distanciamento entre as decisões administrativas e as realidades concretas da comunidade escolar, desrespeitando a autonomia e a dignidade do espaço educacional.

Diante dessas inseguranças, de acordo com relatos em sala dos próprios estudantes há um sentimento generalizado de desestímulo e instabilidade, pois convivem diariamente com a deterioração física da escola, a perspectiva de serem removidos a qualquer momento e a ausência de respostas efetivas do poder público. A precarização do ambiente escolar repercute diretamente na permanência e no rendimento dos alunos, que percebem o descaso com a única instituição de ensino médio do município — uma escola cuja trajetória ultrapassa meio século de atuação e cuja importância para a comunidade é historicamente incontestável. Tal contexto revela, portanto, não apenas uma crise de infraestrutura, mas uma crise simbólica e afetiva, na qual o sentimento de pertencimento e valorização da escola pública é minado pelo abandono estatal.

No campo simbólico, os efeitos são igualmente graves. A ameaça de extinção ou deslocamento de uma instituição histórica como a Escola Estadual Professor Gaspar implica o rompimento de vínculos afetivos e comunitários construídos ao longo de gerações. Trata-se de um espaço de memória coletiva, cujo valor excede o uso funcional: é palco de experiências formativas, ritos escolares, sociabilidades e trajetórias de vida. Como destaca Nora (1993), os lugares de memória se constituem como dispositivos centrais na construção das identidades sociais e históricas; sua desvalorização representa, portanto, um processo de apagamento da história local. O edifício escolar, nesse contexto, deixa de ser apenas uma estrutura física, tornando-se um marco cultural cuja preservação deve ser pensada para além dos interesses jurídicos ou administrativos.

Perante esse cenário, torna-se evidente que as fragilidades estruturais e simbólicas enfrentadas pela Escola Estadual Professor Gaspar não podem ser analisadas isoladamente, mas precisam ser compreendidas à luz das reflexões já discutidas no capítulo 2, sobretudo no que se refere à articulação entre memória, identidade e participação democrática na construção da história escolar. A ameaça de descontinuidade ou deslocamento da instituição reforça a necessidade de se reconhecer a escola não apenas como espaço de ensino, mas como

lugar de memória (NORA, 1993), em que se consolidam experiências formativas e vínculos comunitários. Assim, a crise atual não apenas evidencia o descaso com a infraestrutura, mas também aponta para o risco de ruptura de um legado histórico e social que conecta gerações, exigindo, portanto, uma análise crítica das políticas educacionais e de suas implicações para a preservação da memória e da identidade coletiva local. Sendo necessário pensar: Onde está a nossa história?

## **CAPÍTULO 02 - AQUI TEM NOSSA HISTÓRIA?**

### **2.1 - ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O LIVRO PARADIDÁTICO SOBRE MONTE ALEGRE E A MENÇÃO DO ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR**

No âmbito da presente pesquisa, o livro paradidático *Estudos regionais: Monte Alegre, cidade da gente (RN)* configura-se como uma fonte relevante de análise e de inquietação no que tange a prática docente e proposta pedagógica do Município, na medida em que representa uma iniciativa institucional de sistematizar e difundir aspectos da história e da identidade cultural do município de Monte Alegre-RN. Elaborado pela Prefeitura Municipal e publicada em 2021, o material integra atualmente o acervo das escolas da rede pública municipal de ensino, sendo utilizado, sobretudo, nas turmas do ensino fundamental. Mesmo estando trabalhando com o público ensino médio, estamos falando da única escola de ensino médio do Município, nesse sentido o material se mostra relevante, já que, segundo informações da própria coordenação pedagógica da escola, cerca de 90% dos alunos que acessam o EEPG são provenientes da rede municipal de Monte Alegre, ou seja, em teoria, tem contato com o seguinte material. Além disso, como mencionado, ele foi financiado pelo poder público municipal, ou seja, pode ser entendido como um documento institucional.

A obra, de forte caráter memorialista, dedica-se a narrar a trajetória do município a partir de diferentes eixos temáticos ligados ao território, à cultura, à natureza e à vida social local. Estruturado em seis unidades – “Lugar de viver”, “História e memória”, “Lugar de memória”, “Educação socioambiental”, “Lazer e turismo” e “Poder e cidadania” –, o livro adota uma abordagem interdisciplinar, com potencial para o trabalho de temas relacionados à identidade, pertencimento e formação cidadã, sobretudo em articulação com o ensino de História. No entanto, não apresenta sequências didáticas nem sugestões de atividades ao professor, limitando-se ao registro memorialista dos fatos.

Entretanto, a análise do conteúdo revela uma lacuna significativa quanto à representação das instituições escolares, em especial da Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG). Apesar de ser a única instituição pública de ensino médio do município e desempenhar um papel histórico e formativo central na comunidade montealegrense, a escola é mencionada apenas uma vez ao longo das 140 páginas da obra, em referência localizada na página 40. Tal menção é breve — restrita a cinco linhas de texto — e acompanhada por duas

imagens: uma fotografia da placa de fundação e uma vista aérea da edificação escolar. A título de comparação, se observa que a escola Jardim de Infância Eugênia Rocha, mais informações da sua apresentação do que o EEPG.



FIGURA 8: Página do livro paradidático que menciona a Escola Professor Gaspar

FONTE: MIRANDA, Ataíde; CRISÓSTOMO, Maria Isabel; PAIVA, Murilo; FERNANDES, Soraya. *Estudos regionais: Monte Alegre (RN)*. Fortaleza: Didáticos Editora, 2022. ISBN 978-65-89190-84-7.

A referência superficial à Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG) no livro Monte Alegre: cidade da gente evidencia uma lacuna importante na construção da memória coletiva

oficializada por meio desse material. O fato de a instituição aparecer de maneira breve e secundária, reduzida a algumas linhas e a duas imagens ilustrativas, contribui para o silenciamento de sua história e para a desvalorização simbólica de seu papel formativo na comunidade. Considerando, como já mencionado, que a EEPG é a única escola pública de ensino médio do município e que, ao longo de décadas, tem se constituído como espaço fundamental de socialização, de produção de saberes e de formação de gerações de montealegrenses, sua invisibilização no discurso institucional revela mais do que uma omissão: trata-se de um apagamento de dimensões essenciais da experiência histórica local.

Essa ausência é particularmente significativa quando se observa que o tema central do livro analisado é justamente a valorização da história local e da memória coletiva como ferramentas pedagógicas indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem de História. A proposta de construir uma narrativa voltada às experiências comunitárias representa um avanço em relação a uma tradição escolar marcada pelo predomínio das grandes narrativas nacionais ou universais, frequentemente distantes da realidade dos estudantes. Ao destacar aspectos do território, da cultura e da vida social de Monte Alegre, a obra demonstra a importância de inserir os alunos em um processo de reconhecimento identitário, no qual a sua própria comunidade torna-se objeto legítimo de estudo e reflexão histórica.

Nessa perspectiva, Fonseca (2013, p. 27) enfatiza que “o lugar da memória no ensino de História é essencial para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos e sociais”. Ou seja, a ideia de que a memória local não deve ser apenas um complemento, mas um eixo estruturante do trabalho pedagógico, capaz de articular experiências cotidianas às transformações mais amplas da sociedade. Quando a escola do próprio município, responsável por formar sucessivas gerações, é praticamente apagada da narrativa oficial, perde-se a possibilidade de conectar os estudantes a uma memória que lhes é concreta, próxima e significativa.

A reflexão de Halbwachs (2006) contribui para aprofundar esse debate, ao destacar que a memória coletiva se constitui no interior dos grupos sociais e é constantemente atualizada a cada geração. Nesse sentido, a omissão da EEPG no material paradidático implica mais do que uma falha descritiva: configura-se como uma forma de política de esquecimento, que marginaliza uma instituição central para a comunidade e compromete a transmissão da continuidade histórica entre o passado, o presente e o futuro. O resgate da história local, quando efetivamente praticado, amplia o sentido de pertencimento e fortalece os vínculos identitários, criando condições para que os sujeitos compreendam sua inserção em processos históricos mais amplos.

Portanto, ao negligenciar a Escola Professor Gaspar, o livro Monte Alegre: cidade da gente distancia-se de sua própria proposta pedagógica, pois deixa de contemplar uma experiência institucional que é parte indissociável do patrimônio cultural e social do município. A invisibilização da escola revela as disputas de poder que atravessam a produção da memória coletiva, evidenciando como certos espaços e atores sociais podem ser silenciados em narrativas oficiais. Diante disso, torna-se fundamental ressignificar o papel da EEPG, não apenas como espaço de ensino, mas como elemento ativo da construção da identidade comunitária.

Assim, o caso da Escola Professor Gaspar evidencia de maneira exemplar como a memória não é um campo neutro, mas sim um espaço de disputas simbólicas, em que a valorização ou a exclusão de determinadas instituições repercute diretamente na formação das identidades coletivas. A superação desse apagamento exige, portanto, práticas pedagógicas e historiográficas que não apenas reconheçam a relevância da escola, mas que também a inscrevam no lugar que lhe é devido: o de guardião de memórias, formadora de cidadãos e componente essencial da trajetória histórica do município.

Outro aspecto do tema central é o reconhecimento da escola como instituição cultural que ultrapassa a mera função instrucional. Escolano Benito (2017) sustenta que a escola deve ser vista como espaço de cultura, em que memórias coletivas e experiências formativas são preservadas. O livro reafirma esse papel ao mostrar que a instituição escolar poder se tornar depositária de memórias que, quando valorizadas, fortalecem a identidade de comunidade e resistem ao esquecimento.

Pollak (1989), ao discutir memória, esquecimento e silêncio, chama atenção para o risco do apagamento de narrativas quando estas não são devidamente valorizadas no plano institucional. Essa reflexão se aplica diretamente ao livro Monte Alegre: cidade da gente, cuja proposta pedagógica central consiste em trazer a memória local para o centro do processo educativo, valorizando histórias até então marginalizadas e promovendo a luta contra o esquecimento. Ao legitimar experiências da comunidade como parte da constituição histórica e social do município, a obra se apresenta como uma tentativa de fortalecer identidades locais e ampliar os referenciais culturais dos estudantes.

Entretanto, ao mesmo tempo em que promove a memória local, o livro incorre em uma contradição significativa: ao narrar a história de Monte Alegre, acaba por invisibilizar a Escola Estadual Professor Gaspar. Essa ausência é emblemática, pois demonstra que a história escolar não pode ser dissociada da realidade concreta dos sujeitos. Libâneo (2001) lembra que

a escola deve articular ensino, cultura e comunidade, garantindo que os processos educativos se mantenham conectados às necessidades sociais. Nesse sentido, ao negligenciar a EEPG — instituição central na formação de gerações montealegrenses —, o livro enfraquece sua própria proposta de valorização da memória comunitária e silencia uma dimensão essencial da experiência histórica local.

O resgate da história escolar, longe de ser secundário, tem impacto direto na autoestima e no pertencimento dos estudantes, que passam a reconhecer sua cidade e sua instituição de ensino como referências significativas. Freire (1996, p. 72) enfatiza que “a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, pois é nela que se encontram os elementos de sua conscientização”. Ignorar a EEPG, portanto, não significa apenas omitir um espaço físico, mas deixar de valorizar um patrimônio afetivo e simbólico fundamental para a comunidade.

Essa invisibilização contrasta com a própria noção de “lugares de memória” apresentada por Nora (1993), para quem tais espaços constituem construções simbólicas que guardam elementos centrais da identificação. Ao não reconhecer a Escola Professor Gaspar como um desses lugares, o livro paradidático limita o alcance de sua proposta pedagógica, privando a comunidade de um espaço de representação e continuidade histórica que ultrapassa a função meramente funcional da instituição escolar.

Além disso, a ausência da EEPG no material didático compromete o processo de formação cidadã. Visto que o projeto político-pedagógico da escola deve estar articulado às demandas da comunidade, assegurando a participação democrática e o engajamento dos sujeitos sociais. Desse modo, ao deixar de valorizar a principal, e única, instituição escolar de ensino médio do município, o livro não apenas falha em seu objetivo de promover uma história local inclusiva, como também fragiliza a construção de uma cidadania crítica e consciente.

Assim, a obra, ao mesmo tempo em que propõe integrar ensino, memória e comunidade, evidencia também seus próprios limites: ao invisibilizar a Escola Estadual Professor Gaspar, reitera a necessidade de práticas pedagógicas e historiográficas mais democráticas, capazes de assegurar que a instituição escolar seja efetivamente reconhecida como lugar de memória, preservação da identidade e fortalecimento da cidadania.

A forma como a EEPG é apresentada reflete uma escolha de evidenciar, ou não, sua centralidade simbólica e suas fragilidades institucionais. No entanto, como conclui Fonseca (2013, p. 44), “a valorização da memória escolar exige análise crítica e múltiplas perspectivas”. Ou seja, a apresentação poderia ser bastante ampliada para incluir aspectos

pedagógicos, comunitários, patrimoniais e políticos, garantindo uma visão mais completa e plural sobre a escola.

No campo simbólico, a escola assume um papel fundamental ao ser concebida como elo entre passado, presente e futuro da comunidade. Como aponta Bittencourt (2007, p. 34), desde o processo de constituição da História como disciplina escolar no século XIX, sua finalidade fundamental é a construção de identidades, justificando-se sua permanência e obrigatoriedade nos diversos currículos. Nessa perspectiva, a Escola Estadual Professor Gaspar (EEPG) configura-se como mediadora desse processo, pois oferece aos estudantes elementos que permitem compreender a trajetória de sua cidade, situar-se no tempo presente e projetar possibilidades de futuro. Essa mediação é decisiva não apenas para a formação escolar, mas para o enraizamento identitário e cultural das novas gerações, que encontram na instituição um espaço de memória viva

A relevância da EEPG transcende sua função pedagógica tradicional, pois ela também se apresenta como um espaço de resistência cultural diante do abandono estatal. Como explica Pollak (1989), essa memória coletiva muitas vezes se constitui em oposição ao esquecimento imposto pelas instituições oficiais, de modo que sua preservação passa a significar também um ato de resistência. Nesse sentido, a permanência da escola e a valorização atribuída a ela pela comunidade montealegrense funcionam como contraponto ao processo de apagamento da história local. O fato de a população reivindicar constantemente a importância da EEPG evidencia que a escola não é apenas uma instituição burocrática de ensino, mas um marco simbólico que materializa a continuidade histórica do município.

Na dimensão simbólica se expressa ainda na tensão existente entre o reconhecimento comunitário e a precarização institucional. Visto que mais do que metodologias inovadoras, é indispensável assegurar condições dignas de funcionamento para que a escola cumpra plenamente sua função social. No caso da EEPG, a carência de investimentos em infraestrutura, recursos humanos e materiais didáticos ameaça diretamente sua capacidade de oferecer um ensino de qualidade. Entretanto, mesmo diante da precariedade, a comunidade insiste em reafirmar o valor da escola como patrimônio histórico e espaço de produção de memória coletiva. Essa resistência demonstra que o sentido da escola ultrapassa sua materialidade física: ela é sustentada por vínculos afetivos e históricos que garantem sua permanência na identidade local.

Assim, a análise da EEPG revela uma dupla condição: de um lado, a instituição enfrenta os desafios concretos impostos pela falta de apoio estatal, que fragiliza sua estrutura e ameaça seu papel social; de outro, ela permanece como referência simbólica e histórica para

a comunidade, que a reconhece como guardiã de sua memória coletiva. Essa contradição mostra que a escola se situa em um campo de disputa, em que o descaso institucional convive com a valorização social. Nesse embate, ganha relevo a ideia de que a escola não é apenas espaço de ensino formal, mas também território de resistência cultural e de preservação identitária, reafirmando sua função como mediadora entre história, memória e futuro da cidade.

## **2.2- REFLEXÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR E A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR**

A escola, além de espaço de ensino, configura-se como arena de experiências democráticas e de exercício da cidadania. Freire (1996, p. 68) enfatiza que “a educação é prática de liberdade” e, portanto, deve estar vinculada à realidade concreta dos educandos. Sob essa perspectiva, a EEPG, ao reunir jovens de diferentes comunidades, assume o papel de espaço de encontro, de diálogo e de reconhecimento coletivo, reafirmando a relevância da escola pública enquanto instrumento de inclusão social e de emancipação política. Ao propiciar interações entre estudantes de distintas origens, a instituição torna-se não apenas transmissora de conteúdos curriculares, mas promotora de vivências comunitárias que contribuem para a construção de sujeitos críticos e socialmente engajados.

No campo da memória, a EEPG desempenha papel central na constituição da identidade local, funcionando como mediadora entre a história da cidade e a trajetória das novas gerações. Halbwachs (2006, p. 84) lembra que “a memória coletiva só existe na interação social e é constantemente reconstruída pelos grupos”. Dessa forma, a escola se converte em veículo privilegiado dessa transmissão, assegurando que experiências históricas de Monte Alegre sejam preservadas e ressignificadas no presente. Ao incorporar elementos da tradição e articulá-los com os desafios contemporâneos, a instituição se consolida como elo entre tempos distintos, garantindo a continuidade simbólica da comunidade.

A presença da EEPG no município reafirma também a importância da educação pública como mecanismo de combate às desigualdades sociais. Moran (2015) aponta que a escola precisa configurar-se como espaço de inclusão e de promoção de oportunidades, sobretudo em contextos marcados pela vulnerabilidade social e econômica. As informações sobre a instituição demonstram que, mesmo diante de precariedades estruturais, ela cumpre função decisiva no acesso ao ensino médio e na ampliação de horizontes para a juventude

local. Nesse sentido, a escola se apresenta como oportunidade concreta de mobilidade social e de democratização do conhecimento, resistindo às barreiras impostas pela desigualdade.

A EEPG sintetiza, assim, a contradição entre sua centralidade social e sua vulnerabilidade material. Enquanto polo educacional indispensável para Monte Alegre, encontra-se constantemente ameaçada pelo descaso e pelo abandono estatal. Sendo importante ressaltar que a efetiva democratização do conhecimento histórico exige superar barreiras estruturais que ainda marginalizam comunidades do interior, impedindo o pleno acesso a bens culturais e educacionais. Nesse quadro, a escola aparece simultaneamente como espaço de resistência e como evidência da fragilidade da educação pública, simbolizando o embate entre as carências institucionais e a persistência comunitária em manter viva a função social da instituição.

Outro elemento revelado pela análise é o impacto negativo da precarização da infraestrutura escolar sobre a permanência e a motivação dos estudantes. Kenski (2012) observa que ambientes escolares deteriorados repercutem de forma desmotivadora, uma vez que transmitem aos alunos e professores a mensagem implícita de desvalorização do ensino. No caso da EEPG, a condição precária não compromete apenas a aprendizagem, mas também mina o engajamento da comunidade escolar, alimentando sentimentos de insegurança e descrédito em relação ao futuro da instituição. A materialidade do espaço, portanto, não é neutra, mas desempenha papel simbólico na construção das percepções sobre o valor da educação.

O impacto da possível extinção da instituição adquire ainda maior gravidade quando se considera que a EEPG constitui-se também em lugar de sociabilidade e de formação cultural. Nora (1993) destaca que os lugares de memória ultrapassam sua função prática, transformando-se em espaços de pertencimento simbólico. Nesse sentido, a escola é palco de trajetórias de vida, de experiências cotidianas e de ritos escolares que ajudam a compor a memória coletiva de Monte Alegre. O eventual fechamento ou deslocamento da instituição repercute diretamente na autoestima da comunidade, pois ameaça vínculos afetivos e simbólicos construídos ao longo de décadas.

Quando Pollak (1989) lembra que a memória coletiva é atravessada por silêncios e apagamentos, e que a destruição de espaços de referência pode significar a eliminação de narrativas sociais inteiras. Volta-se à análise da EEPG no qual confirma essa perspectiva: sua fragilidade material não anula sua força simbólica, mas a coloca em risco constante. Assim, as informações sobre a instituição ultrapassam sua função educacional estrita, abrangendo

também seu valor enquanto patrimônio cultural e social da comunidade montealegrense, configurando-se como uma das principais referências identitárias do município.

Nesse sentido, a pesquisa de campo se faz necessária para compreender a perspectiva destes alunos no ambiente que está inserido, sendo assim foi desenvolvido um levantamento quantitativo-descritivo, realizado com estudantes do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Professor Gaspar, por meio de formulário digital anônimo. O instrumento foi construído em plataforma online, contendo questões fechadas e algumas abertas sobre vínculos familiares com a escola, percepção de pertencimento, condições de estudo-trabalho e expectativas em relação à instituição. O link foi divulgado em sala e nos canais de comunicação da turma, ficando disponível para resposta por dois dias consecutivos, em horário extra-classe, para garantir que todos tivessem oportunidade de acesso.

A amostra corresponde aos alunos presentes nas turmas de 1º ano do período considerado, configurando-se como amostragem por conveniência, já que participaram aqueles que, tendo acesso à internet, decidiram responder ao formulário no prazo estabelecido. As respostas foram automaticamente tabuladas pela própria plataforma e, em seguida, sistematizadas em gráficos percentuais que permitiram identificar, por exemplo, o número de familiares que já estudaram na escola e a relação dos estudantes com o espaço escolar como lugar geracional. A análise teve caráter descritivo-interpretativo: os dados numéricos foram lidos em diálogo com a observação do cotidiano escolar e com as discussões sobre pertencimento, memória e identidade, subsidiando os argumentos sobre o papel da escola como espaço de formação de múltiplas gerações.

Sendo importante destacar a pergunta “Como você gostaria que a sua escola você conhecida pela comunidade”, onde observamos respostas esperançosas por parte dos alunos:

*“Eu gostaria que fosse conhecida como um lugar acolhedor, onde todos se sentem respeitados e valorizados. Também quero que seja vista como uma escola que incentiva o conhecimento, a criatividade, a inclusão e que prepara os alunos para o futuro, não só com conteúdo, mas com valores como respeito, solidariedade e responsabilidade.”*

*“uma escola organizada, com uma estrutura adequada, com o mínimo pelo menos, que nós, alunos merecemos.”*

*“Como uma escola nova e não uma escola em destruição”*

*“Como a única instituição com Ensino médio que acolheu vários alunos de nossa região”*

*“Com um bom aspecto de estrutura e ambiente adequado para o aprendizado do aluno.”*

*“Eu acho que seria incrível se a minha escola fosse conhecida pela comunidade como um lugar acolhedor, onde todos se sentem valorizados e inspirados a aprender e crescer.*

As respostas dos alunos evidenciam uma percepção clara da escola como espaço de acolhimento, respeito e desenvolvimento integral, para além da função meramente curricular. Comentários como “Eu gostaria que fosse conhecida como um lugar acolhedor, onde todos se sentem respeitados e valorizados” e “Eu acho que seria incrível se a minha escola fosse conhecida pela comunidade como um lugar acolhedor, onde todos se sentem valorizados e inspirados a aprender e crescer” demonstram que os estudantes atribuem à EEPG um papel formativo que integra valores éticos e sociais, respeito, solidariedade e responsabilidade, ao ensino escolar. Nesse sentido, a escola se apresenta não apenas como um espaço de transmissão de conhecimento, mas como lugar de construção de cidadania, alinhando-se à concepção freiriana de educação como prática de liberdade e de emancipação social (Freire, 1996).

Observei que os alunos destacam a necessidade de valorização material da instituição. Comentários como “uma escola organizada, com uma estrutura adequada, com o mínimo pelo menos, que nós, alunos merecemos” e “Como uma escola nova e não uma escola em destruição” evidenciam a consciência dos estudantes sobre a relação entre qualidade física do espaço escolar e motivação para o aprendizado. A preocupação com a infraestrutura confirma a análise de Kenski (2012), que aponta que ambientes deteriorados transmitem uma mensagem implícita de desvalorização da educação e impactam negativamente no engajamento de alunos e professores. Dessa forma, o cuidado com a estrutura da EEPG não é apenas questão prática, mas elemento simbólico de reconhecimento do valor social da escola.

Outro aspecto ressaltado pelas falas estudantis é a singularidade da EEPG como instituição de ensino médio que atende a várias comunidades da região. Comentários como “Como a única instituição com Ensino Médio que acolheu vários alunos de nossa região” reforçam a centralidade da escola na vida da cidade e a percebem como um patrimônio coletivo, que precisa ser preservado tanto na memória quanto no espaço físico. Essa

percepção evidencia que a escola se torna lugar de sociabilidade e pertencimento simbólico, funcionando como referência identitária para os jovens e para a comunidade mais ampla.

As reflexões dos estudantes também destacam a dimensão aspiracional da educação, apontando para uma escola que não apenas transmite conteúdos, mas inspira criatividade, autonomia e formação de valores. A valorização da escola enquanto lugar que incentiva o conhecimento e prepara para o futuro, com base em princípios éticos, indica que os alunos compreendem a educação como prática social integral, capaz de articular aprendizagem acadêmica, desenvolvimento humano e preservação de memória coletiva. Nesse sentido, se demonstra a grande importância de manter espaços de referência vivos para a construção contínua da memória coletiva e pertencimento.

Do ponto de vista simbólico, a solicitação dos alunos para que a história da instituição seja mais reconhecida traduz um movimento de preservação da memória coletiva. A memória se constrói de maneira partilhada e precisa de suportes sociais para se manter viva. A valorização da trajetória da EEPG pelos próprios discentes evidencia que a escola é compreendida como elo entre gerações, um lugar que carrega narrativas de pertencimento e de identidade comunitária. Ao reivindicarem maior reconhecimento histórico, os estudantes assumem papel ativo na construção da memória coletiva, demonstrando que a preservação desse espaço não é apenas uma demanda institucional, mas uma necessidade sentida e vivida pelos sujeitos que dele fazem parte.

Esse movimento revela a consciência crítica dos alunos acerca do lugar que a escola ocupa no município e das ameaças que pairam sobre sua continuidade. Quando reivindicam valorização, não falam apenas de melhores condições para o presente, mas também de garantia de futuro para a instituição e, por consequência, para a própria comunidade. Nesse aspecto, observa-se uma dimensão de resistência: os estudantes compreendem que a desvalorização da escola implica, em última instância, a desvalorização de sua própria história e identidade, o que remete ao alerta de Pollak (1989) sobre os riscos dos apagamentos de memórias coletivas diante da perda de espaços de referência.

As manifestações dos alunos indicam que a valorização da EEPG vai muito além da dimensão física, alcançando também aspectos simbólicos e institucionais que refletem sua importância na memória coletiva de Monte Alegre. Ao apontarem a necessidade de uma escola acolhedora, organizada e valorizada, os estudantes revelam a consciência de que a preservação e o reconhecimento da instituição dependem não apenas de iniciativas comunitárias, mas também de políticas públicas que garantam recursos, infraestrutura adequada e continuidade de programas educacionais. Nesse sentido, a escola se apresenta

como locus em que se confrontam práticas institucionais de negligência e demandas sociais por reconhecimento, o que evidencia a tensão entre fragilidade material e centralidade simbólica.

O apagamento institucional, observado na produção do livro paradidático e refletido na precarização do espaço escolar, revela-se um elemento crítico na manutenção da memória escolar e comunitária. Pollak (1989) alerta que a omissão ou invisibilização de espaços significativos pode levar ao esquecimento de narrativas inteiras. Ou seja, a memória coletiva depende de suportes sociais e materiais para ser transmitida às novas gerações. As reivindicações dos alunos, portanto, reforçam a urgência de políticas públicas voltadas para a preservação e valorização da EEPG, de modo que a instituição seja reconhecida como patrimônio educacional, cultural e simbólico da cidade.

Além disso, a dimensão social do pedido dos estudantes torna perceptível que a escola é vista como instrumento de equidade e inclusão. É possível observar que a educação pública deve funcionar como mecanismo de redução das desigualdades, oferecendo oportunidades de aprendizagem e sociabilidade especialmente em contextos vulneráveis. Ao reivindicar melhorias físicas e reconhecimento histórico, os alunos demonstram que a preservação da escola é condição necessária para assegurar que sua função social seja cumprida integralmente, garantindo acesso a ensino de qualidade e fortalecendo vínculos comunitários.

A articulação entre as demandas estudantis e a necessidade de políticas públicas também aponta para a relevância de uma abordagem participativa, que incorpore a voz dos jovens na tomada de decisões sobre a instituição. Nesse sentido, a valorização da EEPG não se restringe à manutenção de sua estrutura física, mas envolve reconhecimento institucional, produção de narrativas históricas representativas e investimentos que permitam à escola cumprir seu papel de formação cidadã e preservação da memória coletiva. Ao integrar ensino, memória e participação social, a escola consolida-se como espaço de resistência ao apagamento institucional e como referência identitária para Monte Alegre.

Nesse contexto, ao questionar os alunos com a pergunta “Você acha importante conhecermos a história da escola? Por quê?”, das 47 respostas obtidas, apenas quatro alunos afirmaram que não. Dentre os demais, destacam-se diversas respostas que evidenciam as expectativas dos estudantes em relação ao reconhecimento e à valorização da EEPG, revelando a percepção compartilhada sobre a relevância histórica, simbólica e social da instituição.

Particularmente, a seleção dessas respostas para corroborar com a discussão foi complexa diante da quantidade, no entanto, busquei destacar as respostas dos alunos que

apresentaram as respostas mais extensas, demonstrando uma maior reflexão sobre a pergunta realizada. Nesse sentido, a primeira impressão que se destacou foi a surpresa positiva diante da valorização e estima demonstradas pelos alunos em relação à história da EEPG. Visto que eles evidenciam compreensão do papel histórico, social e simbólico da instituição, demonstrando maturidade crítica em suas reflexões. A seleção das respostas a seguir ilustra essa percepção:

Um dos alunos ao destacar: “Sim, acho importante saber a história da escola, porque isso ajuda a entender como ela foi criada, quem fez parte dessa construção e quais valores e tradições ela carrega. Conhecer essa história também faz a gente valorizar mais o lugar onde estuda e perceber como ele evoluiu ao longo do tempo. Além disso, isso fortalece o sentimento de pertencimento e respeito pela comunidade escolar.” Evidencia que os estudantes associam o conhecimento histórico da escola à construção de identidade e ao fortalecimento dos vínculos comunitários, reforçando o argumento de que a EEPG funciona como espaço de memória e referência social.

As respostas, também, reforçam esse entendimento, como a afirmação: “Porque ela nos ajuda a entender o desenvolvimento da educação e da comunidade em São José de Mipibu, além de valorizar o legado deixado por essa instituição e seus profissionais.” Aqui, percebe-se a consciência sobre a importância da escola para além do espaço físico, como polo de formação de valores e agente transformador da comunidade. Similarmente, declarações como “Sim, para que fique registrado memórias importantes sobre a escola” e “É importante nos alunos(a) saber da história da nossa querida escola, portanto primeiro devemos nos informar sobre o fundador(a) da escola, baseado nisso a gente como alunos(a) vai descobrir aos poucos da história do lugar onde estudamos” indicam preocupação com a preservação da memória institucional, reconhecendo a escola como patrimônio coletivo.

Outras respostas demonstram a dimensão afetiva e identitária da EEPG: “Sim, por que faz parte da história da cidade e de nossas famílias” e “Sim, porque a escola é uma escola de geração em geração.” Esses comentários evidenciam que os alunos percebem a instituição como elo entre passado, presente e futuro, reforçando sua função de mediadora da memória coletiva e da identidade social local. Também são recorrentes respostas que associam a história da escola à defesa do espaço escolar: “Sim, pra que possamos defender o ambiente escolar em palavras de pessoas que se desfazem do Gaspar”, indicando a consciência dos estudantes sobre a importância de visibilizar e proteger a instituição frente à negligência ou ao desinteresse externo.

Essas respostas, em conjunto, demonstram que os alunos compreendem a EEPG não apenas como local de aprendizado formal, mas como espaço simbólico de pertencimento, memória e resistência. A surpresa positiva diante do nível de reflexão das respostas evidencia que mesmo em contextos de precarização física ou invisibilização institucional, a comunidade escolar reconhece o valor histórico e social da escola, reafirmando seu papel central na construção de identidade, cidadania e memória coletiva.

As respostas dos alunos, ao enfatizarem a importância de conhecer a história da EEPG, reforçam o impacto do apagamento institucional observado no material paradidático e nas narrativas oficiais sobre a cidade. A invisibilização da escola contribuiu para o esquecimento de sua trajetória e de seu papel social, mas as percepções dos estudantes indicam resistência a essa marginalização, revelando que a memória escolar é vivida, compartilhada e valorizada pela comunidade. Nesse sentido, os relatos evidenciam que o reconhecimento da escola ultrapassa a dimensão física ou pedagógica: ele é também simbólico, afetivo e coletivo.

Esse reconhecimento da escola também se confirmou por meio dos profissionais da Escola. Na EEPG, dos 12 funcionários que atuam como docentes ou administrativos, todos já foram alunos da própria instituição. Em conversas informais, tornou-se evidente o forte vínculo afetivo com a escola, marcado tanto pelo saudosismo e pelo caráter memorialista quanto pelo sentimento de lamentação diante do esquecimento de sua história, da deterioração progressiva do prédio e da constante luta para manter viva a relação com a comunidade. Com frequência, comentários sobre a experiência de ter sido ex-aluno são compartilhados em sala de aula, com o objetivo de estimular nos estudantes o sentimento de pertencimento e fortalecer a identificação com a instituição. Não é raro, nesse contexto, que surpresas ou reações de admiração ocorram entre os alunos, ao perceberem a trajetória e o legado daqueles que os precederam.

Com os professores, diante da oportunidade e disponibilidade de parar diante da dinâmica “corrida” do turno noturno, foi possível a realização de entrevista com 03 (três) professores de três gerações distintas de conclusão (2000, 2010 e 2015), algumas respostas são de suma importância.

O reconhecimento da importância da escola entre os profissionais manifesta-se de duas formas distintas. De um lado, há constatações objetivas: na EEPG, os 12 funcionários que atuam como docentes ou administrativos são ex-alunos da própria instituição, o que indica uma forte continuidade geracional e um vínculo histórico consolidado. De outro lado, há percepções subjetivas, marcadas por memórias afetivas e leituras sobre a geração atual de

estudantes, que emergem tanto em conversas informais quanto nas entrevistas realizadas com três professores de diferentes gerações de conclusão (2000, 2010 e 2015).

As entrevistas com os professores foram realizadas de forma presencial, no espaço da própria escola, em momentos previamente combinados, respeitando a dinâmica do turno noturno. Utilizou-se um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, elaborado com base nos objetivos da pesquisa, o que conferiu caráter semiestruturado às entrevistas: todas as questões centrais foram aplicadas a todos os participantes, permitindo comparações, mas com abertura para complementações e esclarecimentos. Durante a realização das entrevistas, as respostas foram registradas em tempo real em arquivo digital, pela própria pesquisadora, que digitava as falas dos docentes no computador à medida que eram produzidas, preservando o conteúdo essencial de cada enunciado e garantindo um registro fiel para análise posterior.

Nas falas docentes, aparecem recorrentes avaliações de que os alunos “são distantes da escola” ou “não dão valor” à instituição, interpretações que podem ser compreendidas como percepções geracionais, atravessadas por expectativas sobre engajamento, comportamento juvenil e formas de expressar pertencimento. Esses relatos não configuram uma mensuração objetiva do pertencimento estudantil, mas revelam a preocupação dos professores com o processo de aprendizagem e com a valorização da escola pelas novas gerações, indicando um descompasso entre o legado que enxergam na instituição e as formas contemporâneas de relação dos estudantes com o espaço escolar. Outros professores, porém, pontuam aspectos positivos no relacionamento com alunos, mesmo reconhecendo a ausência de um sentimento mais profundo de vínculo e valorização institucional.

Ao mesmo tempo, os próprios docentes reconhecem que essa possível fragilidade do sentimento de pertencimento não decorre apenas de atitudes individuais dos alunos, mas também de fatores estruturais, como a ausência de projetos sistemáticos de memória escolar e o apoio governamental limitado. Assim, a pesquisa permite constatar, empiricamente, a existência de um forte vínculo histórico entre profissionais e escola, enquanto as críticas à “falta de pertencimento” dos estudantes devem ser compreendidas como uma leitura geracional, que sinaliza preocupações legítimas com a aprendizagem e com a necessidade de políticas e práticas que reforcem a valorização da EEPG pelas novas gerações.

No que se refere à formação cidadã, os relatos evidenciam tanto a dimensão pedagógica quanto a simbólica da escola: “Contribui na construção do ser social e crítico. Acho que se a escola trabalhasse com projetos, resgataria o sentimento de formação nos

alunos e efetivaria seu papel na sociedade”; “Com uma equipe boa. Que mesmo sem condições estruturais, busca passar seus conhecimentos para cada aluno e educando para um futuro melhor”; e “A Escola Estadual Professor Gaspar tem um legado notável desde 1971, formando cidadãos que contribuem significativamente para o desenvolvimento de Monte Alegre.

A convergência entre a valorização expressa pelos alunos e a percepção dos professores evidencia que a EEPG não é apenas um espaço de ensino, mas também um núcleo de memória, identidade e cultura para Monte Alegre. Ao mesmo tempo, revela a necessidade de iniciativas que fortaleçam o pertencimento e a memória institucional, como projetos pedagógicos voltados à história da escola, práticas que promovam a interação entre ex-alunos e estudantes atuais e a construção de um memorial digital participativo. Tais medidas poderiam consolidar a EEPG como referência histórica, simbólica e pedagógica, promovendo um sentido de continuidade entre passado, presente e futuro, e assegurando que a escola permaneça como espaço de identidade, cidadania e valorização comunitária.

### **2.3 O RESGATE DA HISTÓRIA ESCOLAR COMO PRÁTICA DE VALORIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

Resgatar a história da escola por meio da participação democrática configura o reconhecimento da instituição como um espaço de memória, onde se entrelaçam experiências formativas, sociabilidades e trajetórias de vida. Nesse sentido, é importante destacar que os lugares de memória existem quando há a necessidade de preservar, de forma consciente, símbolos e práticas que correm o risco de se perder, Pierre Nora (1993) destaca que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Não devendo ser compreendida apenas como espaço de instrução, mas como patrimônio cultural e afetivo da comunidade.

A valorização da história escolar fortalece a identidade coletiva e promove a democratização do conhecimento, uma vez que, como aponta Fonseca (2013, p. 44), a preservação da memória escolar “é também a valorização da comunidade que a sustenta”. Assim, o resgate histórico, mediado por práticas democráticas, contribui para reafirmar a relevância da escola como espaço de formação integral, cidadania e participação social.

Entender a história escolar como prática de valorização comunitária significa reconhecer a escola não apenas como transmissora de conhecimentos, mas como instituição

viva, marcada por memórias, afetos e trajetórias coletivas. Ao rememorar sua própria história, a escola fortalece vínculos simbólicos que ultrapassam o espaço físico, projetando-se como patrimônio cultural e social. Dessa forma, a preservação da memória escolar contribui para consolidar identidades locais e reafirmar a relevância da escola pública no tecido comunitário.

Ao ser concebida como lugar de memória, a escola passa a ser entendida como espaço formador de cidadania e de pertencimento social. Fonseca (2013, p. 44) reforça que “a valorização da memória escolar é também a valorização da comunidade que a sustenta”, evidenciando a inseparabilidade entre instituição e território. O resgate histórico, portanto, não se limita a narrar o passado institucional, mas se converte em prática comunitária que legitima a experiência coletiva, transformando a escola em depositária de trajetórias de vida, sociabilidades e ritos que consolidam a memória afetiva e cultural da comunidade.

A democratização desse processo é fundamental, pois garante a inclusão de múltiplas vozes. Nesse sentido, Alberti (2005, p. 27) ressalta que “a história oral é instrumento indispensável para recuperar experiências marginalizadas pela narrativa oficial”. Tendo o resgate da história escolar como prática comunitária que não pode se restringir a documentos institucionais, devendo considerar relatos de professores, estudantes, ex-alunos e funcionários. A multiplicidade de vozes assegura a representatividade da memória, tornando-a plural, crítica e democrática.

Além disso, o resgate da memória escolar atua como estratégia de resistência frente ao risco de apagamento histórico. Pollak (1989, p. 12) lembra que “a memória é sempre seletiva, permeada por esquecimentos e silêncios”. Assim, quando a comunidade se mobiliza para preservar a história da escola, está resistindo ao esquecimento e reafirmando sua identidade. Essa prática não apenas resgata fatos do passado, mas também reconfigura narrativas, dando visibilidade a sujeitos e experiências que foram silenciados.

O processo de resgate histórico da escola, quando conduzido democraticamente, contribui para o fortalecimento da identidade e para a formação da cidadania. Como destaca Bittencourt (2008, p. 60), o ensino de História na escola cumpre a função fundamental de construir identidades individuais e coletivas, além de promover uma compreensão crítica sobre o papel dos sujeitos na sociedade. Dessa forma, a memória escolar, ao ser trabalhada coletivamente, possibilita a estudantes e à comunidade compreenderem-se como sujeitos históricos, participantes ativos na construção do presente e do futuro.

Nesse contexto, a escola se transforma em espaço de história pública, aproximando a produção do conhecimento histórico da comunidade. Considerando que a história pública deve democratizar o acesso ao saber, rompendo muros entre academia e sociedade. Ao se

constituir como memorial coletivo, a escola garante que o conhecimento histórico não permaneça restrito a especialistas, mas seja compartilhado com todos que dela fazem parte. Essa perspectiva fortalece o vínculo entre escola e comunidade, transformando o resgate da memória em prática social.

Nesses rompimentos de muros, é possível a promoção da valorização comunitária, ancorada na memória escolar, também promove a preservação do patrimônio cultural. Chuva (2009, p. 62) destaca que “o patrimônio cultural deve ser compreendido como direito de cidadania e prática de valorização social”. Ao registrar memórias, documentos, objetos e relatos, a escola se converte em patrimônio vivo, preservando identidades e práticas sociais que ultrapassam a dimensão pedagógica. Nesse sentido, o resgate da história escolar fortalece o reconhecimento da escola como bem cultural coletivo.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade é outro aspecto relevante nesse processo. Moran (2015, p. 85) ressalta que práticas pedagógicas inovadoras devem integrar diferentes saberes, favorecendo a construção significativa do conhecimento. Assim, o resgate da memória escolar pode articular História, Língua Portuguesa, Artes, Ciências Sociais e Tecnologias, criando um espaço formativo que extrapola os limites disciplinares e aproxima o ensino da realidade dos estudantes.

O uso das tecnologias digitais amplia o alcance da valorização comunitária no resgate da memória escolar. Kenski (2012, p. 34) observa que “as tecnologias não substituem o professor, mas transformam o ritmo e as formas de ensinar e aprender”. Ou seja, a criação de memoriais digitais permite registrar, preservar e difundir a memória da escola, garantindo maior acessibilidade e participação. Dessa forma, a prática democrática se potencializa, rompendo barreiras físicas e temporais e tornando o patrimônio escolar disponível para toda a comunidade.

A participação estudantil no processo de resgate também é fundamental, Freire (1996, p. 72) defende que “a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, pois é nela que se encontram os elementos para sua conscientização”. Portanto, quando os estudantes participam ativamente da construção do memorial, tornam-se sujeitos de sua própria história, desenvolvendo consciência crítica e identidade comunitária. Essa prática transforma o ensino em experiência de autonomia e emancipação.

Outro ponto importante é a valorização dos professores como sujeitos da memória escolar. Como aponta Bittencourt (1993, p. 52) que o ensino de História deve considerar o papel dos docentes como mediadores culturais. Sendo assim, registrar suas experiências contribui para valorizar a profissão docente e reconhecer sua importância na formação das

novas gerações, como também possibilita perceber o espaço escolar a partir de diversas perspectivas. Assim, o memorial torna-se também espaço de valorização da prática pedagógica e da memória profissional.

O resgate da memória escolar como prática comunitária fortalece ainda os vínculos intergeracionais. Dessa forma, o memorial escolar conecta experiências de antigos alunos e professores com as vivências atuais, criando continuidade histórica. Esse diálogo intergeracional garante que a memória seja transmitida e reinterpretada constantemente, reforçando a memória coletiva. Como Alberti (2005, p. 31) sustenta que “a história oral cria narrativas polifônicas que aproximam diferentes gerações”..

Importante mencionar que o memorial escolar, ao ser construído de forma participativa, funciona ainda como espaço de resistência cultural. Dessa maneira, preservar a história da escola, com a colaboração da comunidade, significa resistir ao apagamento e reafirmar valores de identidade e pertencimento. Essa prática contribui para fortalecer a autoestima coletiva e a valorização da educação pública. Visto que, como Pollak (1989, p. 13) lembra que o esquecimento muitas vezes é imposto por forças políticas ou institucionais.

Ao mesmo tempo, o resgate da história escolar oferece subsídios para pensar o futuro. Assim, compreender a trajetória da escola permite à comunidade planejar transformações pedagógicas e institucionais, orientadas pela memória coletiva. O passado ressignificado torna-se instrumento de projeção para novas conquistas.

Outro aspecto relevante é que o memorial escolar contribui para a redução das desigualdades sociais, ao possibilitar que vozes historicamente marginalizadas ganhem espaço nas narrativas coletivas. Democratizar a história significa reconhecer e incluir sujeitos que, em muitos contextos, foram invisibilizados. Nesse sentido, o resgate comunitário valoriza trajetórias de grupos tradicionalmente silenciados, como mulheres, trabalhadores e estudantes de áreas rurais, ampliando a pluralidade da memória escolar e fortalecendo a representação social da instituição.

Quando compreendido como prática comunitária, esse processo consolida a escola enquanto espaço de identidade, cidadania e resistência. A valorização da memória escolar não se limita a registrar lembranças, mas constitui um instrumento pedagógico, cultural e político que fortalece os vínculos entre escola e sociedade, assumindo caráter emancipatório ao promover pertencimento e cidadania.

O resgate da história escolar deve, portanto, ser entendido como prática de valorização comunitária, que amplia a função social da instituição ao configurá-la como espaço de memória coletiva e de construção de identidades. A memória, entretanto, é sempre seletiva e

atravessada por silêncios e esquecimentos, o que torna ainda mais necessária a participação democrática da comunidade na preservação do patrimônio cultural, tecido a partir de múltiplas narrativas.

Nessa perspectiva, a escola é reconhecida como uma instituição de cultura, permeada por disputas, significados e tensões. Ao mesmo tempo em que abriga práticas sociais diversas, constitui-se como lugar de pertencimento e de formação de laços coletivos, demonstrando que a valorização da memória escolar está intrinsecamente ligada à valorização da própria comunidade que a sustenta.

A prática democrática de resgate da memória escolar deve contemplar vozes historicamente silenciadas, trazendo pluralidade às narrativas. Alberti (2005, p. 27) aponta que “a história oral é recurso indispensável para dar voz a sujeitos esquecidos ou marginalizados”. Desse modo, ao articular história oral e participação comunitária, o memorial escolar amplia horizontes e constitui-se como espaço de representação coletiva.

Além disso, quando construído de forma participativa, o memorial atua como instrumento pedagógico que articula ensino e cidadania. Bittencourt (1993, p. 52) afirma que “o ensino de História deve ir além da transmissão de conteúdos, favorecendo a análise crítica e a interpretação do passado”. Nessa perspectiva, a educação histórica oferece aos alunos ferramentas para compreender a temporalidade e a historicidade de suas experiências, transformando o resgate da memória escolar em atividade interdisciplinar que promove aprendizagens significativas.

Do mesmo modo, o caráter crítico desse processo se expressa na compreensão da memória como espaço de disputas. Pollak (1989, p. 13) enfatiza que “os esquecimentos e silêncios são parte constitutiva da memória social”. Assim, a memória coletiva é constantemente reconstruída pelos grupos sociais, que a ressignificam em suas interações cotidianas. Ao abrir espaço para múltiplas narrativas, a escola evita o monopólio de versões oficiais e garante a atualização permanente de sua própria história.

Por outro lado, a interdisciplinaridade também é elemento central na valorização comunitária por meio da memória escolar. Moran (2015, p. 85) observa que “a educação deve integrar diferentes áreas do saber para proporcionar aprendizagens mais significativas”. Nesse sentido, a incorporação das tecnologias digitais — como aponta Kenski — amplia os modos de acesso e difusão da memória, fortalecendo o potencial pedagógico do memorial. Assim, a integração de linguagens diversas, da história oral às mídias digitais, enriquece a experiência educativa e confere caráter inovador ao processo.

Por fim, a valorização comunitária da memória escolar conecta-se ao direito ao patrimônio cultural. Chuva (2009, p. 62) afirma que “o patrimônio cultural deve ser compreendido como direito de cidadania e prática de valorização social”. Dessa forma, a escola, concebida como patrimônio, não apenas preserva memórias, mas também legitima o direito à história da comunidade, fortalecendo identidades coletivas e possibilitando práticas multiculturais.

A presença da comunidade no processo de resgate histórico confere ao memorial caráter de história pública. Hilda Kean destaca que a história pública se caracteriza pela participação ativa de diferentes vozes e pela construção democrática de narrativas sobre o passado (KEAN, 2010, p. 15). Ao reconhecer que indivíduos e comunidades são produtores de conhecimento histórico, não meros receptores, Kean enfatiza que essa multiplicidade de perspectivas enriquece e dinamiza o processo de construção e interpretação da memória coletiva. Dessa forma, ao construir sua memória de modo participativo e democrático, a escola garante que a história seja um processo em constante atualização, refletindo as experiências, interpretações e expectativas da comunidade, e não apenas um registro estático do passado.

O memorial escolar, construído democraticamente, atua como prática de resistência frente ao abandono institucional. Freire (1996, p. 72) sustenta que “a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, pois é nela que se encontram os elementos para sua conscientização”. Nesse sentido é importante ressaltar que a escola pública é frequentemente o único espaço de democratização do saber em contextos vulneráveis. Nesse cenário, o resgate da história escolar fortalece o vínculo entre educação e realidade social, combatendo o desmonte da escola pública e reafirmando seu caráter emancipador.

Diante desse contexto, a construção de um memorial digital participativo surge como estratégia para enfrentar o apagamento institucional, oferecendo suporte à preservação da memória escolar e à visibilidade da EEPG. A iniciativa permitiria não apenas registrar a história da escola, mas também incorporar as vozes de alunos, professores e ex-alunos, reconhecendo a pluralidade de experiências que constituem a identidade da instituição. Tal proposta alinha o ensino à realidade concreta dos educandos no qual fortalece a dimensão emancipatória da educação e promove cidadania crítica e engajada.

O memorial digital atua como elo entre ensino, memória e comunidade, permitindo que os alunos percebam a continuidade da história da escola e sua relação com a cidade, com suas famílias e com as gerações passadas. Ele contribui para tornar a EEPG um espaço de memória viva, preservando valores, tradições e narrativas que poderiam permanecer invisíveis

ou fragmentadas. Ao valorizar tanto a dimensão física quanto simbólica da instituição, o memorial digital reforça o papel da escola como patrimônio cultural, social e educativo de Monte Alegre, oferecendo meios para que a comunidade escolar fortaleça seu pertencimento e autoestima, mesmo diante de situações de precarização ou descaso institucional.

### **CAPÍTULO 3 - EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS E FUNDAMENTAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO MEMORIAL DIGITAL**

A proposta de criação de um memorial digital participativo na Escola Estadual Professor Gaspar demanda a definição clara de seu escopo e objetivos pedagógicos, de modo a assegurar sua pertinência no processo formativo. O memorial deve ser entendido como espaço híbrido, ao mesmo tempo recurso didático, arquivo digital e ferramenta de valorização da memória coletiva da comunidade escolar. Conforme defende Fonseca (2013, p. 41), “a memória, quando incorporada ao ensino de História, atua como mecanismo de fortalecimento da identidade social e cultural dos sujeitos”. Nesse sentido, o memorial transcende sua função documental e se converte em experiência de aprendizagem que integra conhecimento histórico, cidadania e práticas pedagógicas inovadoras.

Do ponto de vista pedagógico, o memorial busca promover três objetivos centrais: estimular a consciência histórica dos estudantes, fomentar a participação democrática e fortalecer o vínculo entre escola e comunidade. Barca (2001) observa que a educação histórica deve possibilitar ao aluno “a compreensão crítica da temporalidade e do significado das narrativas sociais” (p. 62). Ao adotar o memorial como ferramenta, pretende-se que os estudantes compreendam a história da instituição não apenas como cronologia de eventos, mas como construção social carregada de sentidos. Assim, o objetivo principal não é a acumulação de informações, mas o desenvolvimento da capacidade crítica para analisar o passado e ressignificá-lo no presente.

A análise das obras de Teixeira (2020) e Oliveira (2022) revela aportes teórico-metodológicos decisivos para a construção de um memorial digital participativo na Escola Estadual Professor Gaspar de Monte Alegre (EEPG), capaz de ressignificar a história institucional e responder às demandas de pertencimento e reconhecimento identificadas entre seus estudantes.

Teixeira (2020) parte do contexto desafiador da EJA para propor uma educação patrimonial crítica, que ultrapassa a visão monumental e celebratória do patrimônio e o reposiciona como eixo formativo de leitura social. Nesse sentido, o território é entendido

como texto, no qual materialidades (edifícios, praças, objetos) e imaterialidades (práticas, memórias, ofícios, festas) constituem fontes para problematizar desigualdades, silenciamentos e disputas de sentido. O autor destaca um currículo enraizado no território, articulando vivências concretas dos sujeitos à História Pública e a princípios freireanos, em sintonia com a concepção de que a EEPG é mais do que espaço físico: é patrimônio cultural vivo de Monte Alegre. As metodologias participativas — como inventários colaborativos, mapeamentos afetivos, itinerários de memória, oficinas de leitura da paisagem e micro-histórias — transformam os estudantes em pesquisadores, reforçando pertencimento e agência, dimensões também presentes nas entrevistas, quando os alunos expressaram o desejo de uma escola acolhedora, respeitada e valorizada em sua trajetória.

Outro ponto essencial da contribuição de Vinícius Teixeira é o trabalho com a memória coletiva como categoria de análise, capaz de fortalecer identidades e dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas. Esse aspecto dialoga diretamente com o diagnóstico de que a escola não valoriza sua própria história. Ainda assim, o autor aponta tensões e limites a serem enfrentados: a sustentabilidade dos projetos na EJA, ameaçada por tempos curriculares curtos e fluxos irregulares, exige que o memorial seja institucionalizado no PPP e no calendário escolar, por exemplo por meio de uma “Semana da Memória”. Também alerta para o risco de monumentalização, propondo que o foco recaia sobre as experiências escolares cotidianas, e não apenas sobre fachadas ou datas. Por fim, ao indicar a importância da avaliação do impacto, no qual sugere a adoção de rubricas de consciência histórica e indicadores de pertencimento comunitário. Em síntese, sua obra fornece a moldura patrimonial e territorial que legitima o tratamento da escola como bem cultural da cidade.

Lauro Oliveira (2022), por sua vez, fundamenta-se na história oral como método estruturante do ensino de História, em consonância com a noção de “educar pela pesquisa”. A proposta desloca o estudante da posição de receptor de conteúdos para a de autor de conhecimento, trilhando ciclos de investigação que incluem problematização, entrevistas, transcrição, validação e socialização pública. A centralidade da escuta e da subjetividade legitima narrativas ordinárias como fontes históricas, reconhecendo que os relatos de professores, funcionários, ex-alunos e famílias integram a própria história da escola.

Assim, o trabalho responde à lacuna identificada: a ausência de registro ativo da trajetória institucional. Oliveira (2022) sistematiza um dispositivo pedagógico completo, que pode ser incorporado ao memorial da EEPG: roteiros de entrevista, termos de consentimento, devolutivas aos narradores, triangulação com documentos e imagens, critérios de análise temática e curadoria digital. Essa metodologia promove consciência histórica ao articular

passado, experiência e futuro, fortalecendo a capacidade de ressignificar o presente — objetivo central do memorial. Contudo, o autor reconhece limites como a seletividade das memórias, a assimetria de poder entre entrevistadores e entrevistados e a sobrecarga docente. Para enfrentá-los, sugere dispositivos críticos de contextualização, formação ética em entrevistas e integração das atividades ao planejamento pedagógico. Sua síntese entrega, portanto, o “como fazer”: a operacionalização da produção do acervo e a mediação pedagógica que darão vida ao memorial digital participativo.

A convergência das duas obras permite estruturar o memorial em diferentes eixos. No plano epistemológico, Teixeira entende a EEPG como lugar de memória, enquanto Oliveira (2022) a projeta como prática social de produção coletiva de conhecimento. No plano metodológico, a combinação de mapeamentos patrimoniais e oficinas de história oral resulta em produtos como roteiros de memória e acervos de vozes em múltiplos suportes (áudio, vídeo, transcrições). No eixo didático-curricular, o memorial pode ser inserido em disciplinas de História e em projetos interdisciplinares com Linguagens, Artes, Sociologia e TI, adotando rubricas de consciência histórica e indicadores de pertencimento. Já no eixo político-institucional, a proposta se ancora no PPP e no calendário escolar, com a criação de uma Comissão de Memória plural e parcerias com arquivos, museus e imprensa comunitária. No eixo tecnológico e ético, prevê-se uma plataforma digital acessível, transparente e curatorialmente crítica, que assegure pluralidade e evite memorialização acríticas.

Ao integrar as contribuições de Vinicius Teixeira (2021) e Lauro Oliveira (2022), o memorial digital participativo da EEPG transcende a função de repositório e assume papel de dispositivo formativo. Ele reverte o distanciamento discente ao gerar autoria e pertencimento, valoriza a história institucional por meio de vozes plurais e documentação crítica e fortalece a integração escola–comunidade, respondendo ao anseio dos estudantes por uma escola reconhecida e respeitada em sua história. A originalidade da proposta está em articular memória institucional, metodologias participativas e arquitetura digital em diálogo com materiais locais já existentes, preenchendo a lacuna entre fontes, práticas e sujeitos no campo do Ensino de História.

De modo complementar, Guimarães (2022) e Santos (2022) reforçam a centralidade da história local na constituição de identidades e no fortalecimento do pertencimento. Enquanto Karla Guimarães (2022) demonstra o potencial de inserir a história da cidade no currículo escolar, Santos (2022) evidencia que o reconhecimento do território e da memória coletiva contribui para a construção identitária dos estudantes. Ambos os trabalhos fundamentam a ideia de que o ensino de História deve partir da realidade concreta dos sujeitos, princípio que

também sustenta a criação do memorial digital participativo como espaço de aprendizagem situada.

Por outro lado, a dissertação de Nunes (2022), embora relevante ao discutir materiais didáticos sobre monumentos urbanos, revela uma limitação por centrar-se exclusivamente no patrimônio físico da cidade, sem integrar práticas escolares e narrativas orais. Essa lacuna evidencia a originalidade do presente estudo, que desloca o foco para a instituição escolar como espaço de produção histórica e de memória viva, articulando diferentes linguagens e vozes.

O conjunto desses trabalhos revela três grandes contribuições para a pesquisa que ora se desenvolve: (1) a consolidação da história oral como metodologia investigativa e formativa; (2) a centralidade da história local como recurso pedagógico para a construção da identidade dos estudantes; e (3) a valorização da memória escolar como patrimônio educativo e instrumento de cidadania. Ao mesmo tempo, identificam-se lacunas ainda pouco exploradas, como a articulação entre memória institucional, materiais didáticos já existentes, a exemplo do livro *Monte Alegre: cidade da gente*, e práticas pedagógicas inovadoras. Essa articulação, ao integrar fontes, sujeitos e metodologias, constitui a originalidade da presente proposta e reforça sua contribuição ao campo do Ensino de História.

Já as orientações normativas nacionais e estaduais, que conferem legitimidade ao produto pedagógico e reforçam sua pertinência formativa. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Básica deve promover a formação integral dos estudantes, articulando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que lhes permitam compreender criticamente a realidade, intervir de forma consciente e exercer a cidadania. Entre as dez competências gerais da BNCC, destacam-se a valorização dos conhecimentos historicamente construídos (Competência 1), a apropriação da diversidade de saberes e vivências culturais (Competência 6), a construção da identidade e da autoestima (Competência 8) e a capacidade de diálogo e cooperação (Competência 9). Tais competências sustentam a pertinência do memorial digital como instrumento pedagógico que articula memória, história e participação comunitária, ampliando o protagonismo discente.

No campo específico do ensino de História, a BNCC estabelece que os estudantes desenvolvam competências que lhes permitam compreender os processos históricos como construções humanas situadas no tempo e no espaço, analisar criticamente narrativas e fontes históricas, reconhecer identidades, memórias e patrimônios culturais como elementos constitutivos da vida social e interpretar diferentes temporalidades para construir visões críticas sobre o presente.

A criação de um memorial digital escolar constitui-se como prática pedagógica que mobiliza a formação de identidades dos estudantes. Como aponta Bittencourt (2008, p. 277), a educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares como uma tarefa que envolve o desenvolvimento de atividades de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele. Dessa forma, ao trabalhar coletivamente com a memória escolar, os estudantes são posicionados como sujeitos ativos na construção do conhecimento histórico, permitindo que eles se posicionem criticamente diante das heranças do passado e das identidades coletivas que as sustentam, compreendendo-se como agentes no processo de significação e preservação da memória comunitária.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), por sua vez, reforçam essa perspectiva ao sublinhar a centralidade da formação integral, organizada em torno dos eixos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Ao propor um memorial digital, a sequência didática articula investigação histórica (ciência), uso de recursos digitais (tecnologia) e valorização da memória coletiva (cultura). Essa integração atende ao que Saviani (2008) denomina de pedagogia histórico-crítica, pois permite que os estudantes se apropriem criticamente de conteúdos socialmente relevantes, rompendo com a passividade e assumindo-se como sujeitos históricos. Além disso, as DCNEM enfatizam a importância da contextualização e da interdisciplinaridade, coerentes com a exigência de que o conhecimento escolar se conecte à realidade vivida pelos jovens, ampliando o sentido da aprendizagem.

No plano estadual, o Currículo do Ensino Médio Potiguar, em consonância com a BNCC, apresenta princípios que dialogam diretamente com a proposta do memorial digital. Destacam-se a valorização da identidade e da diversidade cultural local, o protagonismo juvenil e o uso pedagógico das tecnologias digitais. Tais diretrizes ecoam a concepção de memória como “construção social em disputa” (Pollak, 1989), ou seja, um espaço de produção de significados no qual diferentes sujeitos reivindicam legitimidade de suas narrativas. Ao propor a construção coletiva de um memorial digital, a sequência didática mobiliza os estudantes a atuarem nesse processo de disputa de sentidos, estimulando a participação ativa na preservação da memória escolar, fortalecendo os vínculos entre escola e comunidade e ampliando o alcance da história pública (Kean, 2010).

É nesse horizonte que se insere a elaboração do produto pedagógico, o memorial digital participativo da Escola Estadual Professor Gaspar, concebido como espaço híbrido (recurso didático, arquivo digital e instrumento de valorização da memória coletiva). Conforme defende Fonseca (2013, p. 41), “a memória, quando incorporada ao ensino de História, atua como mecanismo de fortalecimento da identidade social e cultural dos sujeitos”.

Assim, o memorial transcende sua função documental e converte-se em experiência de aprendizagem crítica, que articula conhecimento histórico, cidadania e práticas pedagógicas inovadoras

Nessa sentido, para operacionalizar essa proposta, foi organizada uma sequência didática composta por oito aulas, estruturadas em etapas progressivas. Bittencourt (1993) ressalta que a sequência didática no ensino de História deve articular conteúdos, metodologias e objetivos de forma coerente, possibilitando o avanço gradual das aprendizagens. A primeira etapa prevê a sensibilização dos estudantes quanto à importância da memória escolar, seguida da coleta de depoimentos orais, análise de documentos e imagens, construção colaborativa do acervo digital e, por fim, a socialização dos resultados. Essa organização visa não apenas transmitir conteúdos, mas engajar os estudantes em um processo ativo de investigação.

Os conteúdos trabalhados ao longo das aulas contemplam tanto noções de história local e institucional quanto reflexões teóricas sobre memória, patrimônio e cidadania. Chuva (2009) afirma que o patrimônio cultural é fundamental para a formação cidadã, pois “representa a materialização das experiências históricas e sociais” (p. 59).

A metodologia adotada fundamenta-se em práticas participativas, alinhadas à pesquisa-ação descrita por Thiollent (2011). O autor argumenta que “a pesquisa-ação pressupõe a participação ativa dos envolvidos no processo de investigação e intervenção” (p. 21), o que corresponde exatamente ao papel dos estudantes neste projeto. Ao serem protagonistas da construção do memorial, os alunos deixam de ser receptores passivos e assumem a função de sujeitos históricos e autores de conhecimento, em consonância com a pedagogia crítica freireana (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, a pedagogia de Paulo Freire fornece importante sustentação teórica, pois ao propor uma educação emancipadora, fundamentada no diálogo e na problematização da realidade, possibilita que os estudantes compreendam criticamente o espaço escolar. Para Freire (1996, p. 68), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção”. Ao se engajarem na construção do memorial, os estudantes estarão produzindo conhecimento histórico e fortalecendo sua consciência de pertencimento.

Para a avaliação da sequência didática, adotam-se critérios qualitativos que privilegiem a participação, a capacidade de análise crítica e a criatividade dos estudantes. Libâneo (2001) adverte que a avaliação escolar deve ser compreendida como processo contínuo e formativo, capaz de acompanhar a aprendizagem em sua complexidade. Assim, não se trata de aplicar instrumentos tradicionais de verificação, mas de observar como os

estudantes mobilizam conceitos, habilidades e atitudes ao longo das atividades, especialmente na produção colaborativa do memorial.

Outro ponto de destaque é a utilização de tecnologias educacionais, indispensáveis para a construção do memorial digital. Visto que as tecnologias digitais permitem ressignificar a prática pedagógica, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais interativo e contextualizado. Kenski (2012), por sua vez, ressalta que “as tecnologias não substituem o professor, mas transformam o ritmo e as formas de ensinar” (p. 33). Portanto, o uso de plataformas digitais para armazenamento, edição e divulgação dos materiais do memorial reforça a integração entre inovação tecnológica e práticas de memória.

Além do aspecto técnico, o uso de tecnologias digitais amplia o alcance do memorial, possibilitando que sua consulta vá além da comunidade escolar e se estenda a familiares, ex-alunos e interessados na história local. Como observa Kean (2010), a história pública é construída em espaços múltiplos, nos quais a acessibilidade e a circulação do conhecimento são fundamentais. Portanto, ao disponibilizar os conteúdos na rede, o memorial insere a escola em um movimento de democratização do saber histórico.

A coleta de depoimentos orais constitui uma etapa essencial da sequência didática, uma vez que confere protagonismo às narrativas pessoais e amplia a compreensão do passado. Alberti (2005) enfatiza que o uso da história oral no ensino não apenas enriquece o conteúdo histórico, mas também fortalece o vínculo afetivo dos estudantes com o objeto de estudo. Dessa maneira, ao entrevistar professores, ex-alunos e funcionários, os estudantes estabelecem um elo entre memória pessoal e memória coletiva, vivenciando a prática historiográfica em nível escolar.

No entanto, a utilização de dados orais em ambiente educacional exige atenção rigorosa aos princípios éticos. Pollak (1989) destaca que a memória é marcada por silêncios e subjetividades, sendo necessário respeitar os limites das narrativas individuais. Por essa razão, será imprescindível obter consentimento formal dos participantes, incluindo autorizações para uso de imagem, voz e conteúdo. Essa prática assegura não apenas a legalidade, mas também o respeito à dignidade dos sujeitos envolvidos.

A questão ética está diretamente ligada à construção da cidadania no ambiente escolar. De acordo com Santos (2010), a educação patrimonial deve promover o respeito à diversidade e à pluralidade cultural, de modo que as memórias sejam tratadas como patrimônio comum da comunidade. Nesse sentido, o memorial digital participativo reforça a ideia de que a escola é um espaço de valorização das identidades e de reconhecimento dos sujeitos, evitando práticas de apropriação indevida ou invisibilização de experiências.

Outro aspecto que reforça o caráter formativo da proposta é a valorização da interdisciplinaridade. Escolano Benito (2017) argumenta que a escola deve ser vista como espaço cultural, em que múltiplos saberes se entrecruzam. Assim, a construção do memorial envolve não apenas a disciplina de História, mas também Língua Portuguesa, para a sistematização de relatos, Artes, para a curadoria visual do acervo, e Informática, para a edição e publicação digital. Essa articulação amplia o alcance pedagógico da sequência didática.

A interdisciplinaridade também se revela como prática de inclusão, uma vez que permite que estudantes com diferentes habilidades possam contribuir de formas variadas para o memorial. Para Moran (2015), projetos pedagógicos inovadores devem explorar os potenciais individuais dos alunos, fortalecendo a colaboração. Dessa forma, cada estudante pode atuar em diferentes etapas do processo – entrevistas, registros fotográficos, edição digital ou análise histórica – de acordo com seus interesses e competências.

O memorial digital, ao integrar memória e prática pedagógica, torna-se ainda um exercício de resistência frente à precarização dos espaços escolares. Como observa Nora (1993), os lugares de memória cumprem função essencial na preservação de identidades ameaçadas. Assim, em um contexto no qual escolas públicas do interior nordestino enfrentam riscos de abandono e desvalorização, a construção de um memorial participativo reafirma a relevância social da instituição escolar como espaço de memória viva.

No campo simbólico, a proposta contribui para reforçar o sentimento de pertencimento da comunidade escolar à Escola Estadual Professor Gaspar. Halbwachs (2006) sustenta que a memória coletiva é constituída pela interação dos indivíduos em grupos sociais, sendo constantemente atualizada. Portanto, ao registrar e disponibilizar depoimentos, fotografias e documentos, o memorial digital garante a continuidade dessa memória coletiva, fortalecendo a identidade dos estudantes e da comunidade local.

Por fim, cabe destacar que o memorial digital participativo configura-se como prática pedagógica inovadora, na medida em que alia tradição e modernidade, memória e tecnologia, escola e comunidade. Veiga (2008) lembra que o projeto político-pedagógico de uma escola deve articular-se às necessidades concretas da comunidade em que se insere. Nesse sentido, o memorial se apresenta como proposta que dialoga diretamente com a realidade local de Monte Alegre, reafirmando a centralidade da escola como espaço de formação e de preservação da memória coletiva.

Dessa forma, a sequência didática aqui apresentada não se limita a propor uma atividade pontual, mas visa consolidar um processo contínuo de valorização da história

escolar e de fortalecimento da cidadania. Ao conjugar fundamentos teóricos, metodologias participativas, critérios éticos e tecnologias educacionais, o memorial digital participativo da Escola Estadual Professor Gaspar demonstra o potencial transformador da educação histórica quando vinculada à memória e à realidade comunitária.

### **3.1 A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO FUNDAMENTO DA MEMÓRIA ESCOLAR**

A participação democrática no resgate da história escolar constitui um movimento fundamental de valorização da memória coletiva e de fortalecimento da identidade institucional. Esse processo reconhece a centralidade das múltiplas vozes que compõem a comunidade educativa – estudantes, professores, gestores, funcionários e familiares – garantindo que todos sejam protagonistas na construção do patrimônio comum da escola. Como afirma Freire (1996, p. 69), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Nesse sentido, recuperar a história escolar de forma participativa significa mais do que registrar fatos: é abrir espaço para o exercício da cidadania, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo a aprendizagem histórica.

Ao integrar diferentes narrativas, evita-se a produção de uma versão única e homogênea da história, assegurando uma memória plural e representativa. Pollak (1989) destaca que a memória é sempre seletiva e permeada por silêncios e esquecimentos, o que revela a importância de incluir experiências cotidianas, relatos orais e perspectivas diversas no processo memorialístico. Dessa forma, a escuta democrática não é apenas uma técnica metodológica, mas um princípio político e pedagógico que transforma a memória em instrumento de emancipação social.

A escola deve, portanto, ser compreendida não apenas como espaço instrucional, mas também como instituição cultural e social, permeada por memórias, disputas e tensões (ESCOLANO BENITO, 2017). Quando a comunidade escolar participa ativamente do resgate histórico, reafirma-se a ideia de que a instituição é um locus de experiências coletivas que extrapolam a sala de aula. O memorial escolar, nesse contexto, torna-se mais do que registro: é arena de disputas de significados, lugar de memória (NORA, 1993) e prática de resistência frente ao apagamento e ao esquecimento.

O caráter democrático do processo rompe com a lógica hierárquica e verticalizada, favorecendo práticas inclusivas e colaborativas. A construção coletiva do memorial garante

que símbolos, tradições e ritos da escola não sejam definidos de forma unilateral, mas negociados entre diferentes sujeitos, assegurando representatividade. Assim, a memória escolar passa a ser vista como um campo de disputa e ressignificação, em constante diálogo com o presente e projetada para o futuro.

No plano pedagógico, o memorial escolar participativo fortalece a educação histórica e a formação cidadã. Ao envolver alunos no levantamento, organização e análise das memórias escolares, o processo transforma-se em uma atividade interdisciplinar que privilegia a investigação como método de aprendizagem. Essa prática estimula a consciência crítica e aproxima os estudantes de sua própria trajetória, conectando-os à realidade concreta em que vivem, em consonância com a defesa de Freire (1996, p. 72), para quem “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

A valorização da história oral ocupa lugar central nesse processo, pois, como observa Alberti (2005, p. 25), esse recurso “recupera vozes silenciadas e experiências marginalizadas pela história oficial”, trazendo à tona memórias de ex-alunos, professores aposentados, funcionários e familiares. Esse repertório de relatos enriquece a diversidade de fontes e confere maior legitimidade ao memorial, que se torna reflexo da pluralidade da comunidade escolar.

A dimensão comunitária do resgate democrático da memória escolar também é essencial. Visto que a memória coletiva não é estática, mas constantemente atualizada e transmitida entre grupos sociais.. Assim, quando diferentes atores escolares compartilham lembranças e registram experiências, reforçam o sentimento de pertencimento e estreitam laços de solidariedade. Nessa perspectiva, a memória deixa de ser apenas herança do passado e assume papel ativo na construção comunitária.

Além disso, ao ser erguido democraticamente, o memorial fortalece a escola como patrimônio cultural da cidade. Isso dialoga com a concepção de Chuva (2009, p. 112), para quem “o patrimônio cultural deve ser entendido como direito de cidadania e prática de valorização social”. Assim, a escola não se limita à função de espaço de instrução, mas se consolida como guardiã da identidade local, legitimada pela comunidade que a sustenta.

Nesse conjunto, a prática democrática do resgate da memória escolar não só valoriza a história da instituição, como também forma cidadãos críticos e conscientes. Por fim, o memorial escolar participativo transcende a função documental: é ato político, cultural e pedagógico de resistência, inclusão e emancipação. Como sintetiza Fonseca (2013, p. 44), “a valorização da memória escolar é também a valorização da comunidade que a sustenta”. Mais

do que um registro, o memorial torna-se um processo formativo que articula memória, identidade e cidadania, projetando a escola como espaço de preservação cultural e de transformação social.

### **3.2 CAMINHOS PARA O MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR – GUARDANDO MEMÓRIAS ALÉM DAS LEMBRANÇAS.**

O que se entende por produto educacional deve ser concebido como um material didático que, além de reunir conteúdos e informações, apresenta orientações e sugestões práticas para sua aplicação em atividades de ensino-aprendizagem. Ele é elaborado a partir de um problema real identificado pelo(a) docente em sua prática cotidiana, tendo como finalidade oferecer caminhos para a sua superação ou, ao menos, contribuir para a sua mitigação. Mais do que um simples recurso, o produto educacional pressupõe a utilização do método científico, em sua integralidade ou em etapas, como estratégia para colocar o(a) aluno(a) no centro do processo de construção do conhecimento. Tal perspectiva articula objetivos de aprendizagem com a formação da cidadania e com o desenvolvimento da autonomia do sujeito aprendente.

Os produtos podem assumir múltiplos formatos, como projetos de intervenção, caixas de memória, documentários, videoaulas, podcasts, exposições, textos didáticos para estudantes da Educação Básica, cadernos de atividades, sequências didáticas ou outros recursos pedagógicos. No caso desta dissertação, o produto educacional apresentado será uma sequência didática que orienta a criação de um memorial digital participativo da Escola Estadual Professor Gaspar. Essa escolha não é aleatória: ela parte da necessidade concreta identificada na pesquisa, a percepção de um enfraquecimento do sentimento de pertencimento entre os estudantes, e se propõe a transformar essa carência em oportunidade pedagógica.

Dessa forma, a sequência didática não se limita a transmitir conteúdos, mas busca promover experiências formativas capazes de integrar memória, identidade e aprendizagem. O memorial digital, fruto desse processo, atua simultaneamente como recurso didático e como instrumento de valorização da história escolar. Ele permite que os estudantes assumam papel ativo na preservação e ressignificação da memória coletiva, ao mesmo tempo em que fortalece os laços comunitários e contribui para a consolidação da identidade institucional. Assim, ao articular inovação tecnológica, práticas pedagógicas críticas e preservação da memória, o produto educacional proposto cumpre um duplo papel: favorece a construção do

conhecimento em sala de aula e, paralelamente, reforça o compromisso da escola com a sua história, projetando-a para as novas gerações.

A escola, ao ser compreendida como instituição cultural, assume papel central na construção de vínculos sociais e simbólicos. Nesse sentido, Escolano Benito (2017, p. 39) afirma que “a escola é uma instituição de cultura, permeada por memórias, disputas e tensões”. Essa visão evidencia que o espaço escolar não é neutro, mas reflete as dinâmicas sociais que o constituem. Assim, valorizar a memória escolar significa, em última instância, valorizar a comunidade que a mantém, pois é nela que se sustenta sua legitimidade.

A valorização da memória escolar também se articula à preservação do patrimônio cultural. Como defende Chuva (2009, p. 62), “o patrimônio cultural deve ser compreendido como direito de cidadania e prática de valorização social”. Dessa forma, a escola, entendida como lugar de memória, consolida-se como patrimônio coletivo, legitimado pela comunidade que lhe atribui sentido e valor.

Outro ponto relevante é a interdisciplinaridade proporcionada pelo resgate histórico da escola. Moran (2015, p. 85) destaca que “a educação deve integrar diferentes áreas do saber para proporcionar aprendizagens mais significativas”. Aliada a isso, o uso das tecnologias digitais amplia o alcance da memória e transforma os modos de ensinar e aprender, integrando tradição e modernidade em uma prática inovadora.

O caráter comunitário do resgate da memória escolar fortalece ainda mais a cidadania. Freire (1996, p. 72) afirma que “a educação deve partir de realidade concreta dos educandos, pois é nela que se encontram os elementos de sua conscientização”. Em contextos de vulnerabilidade, a escola pública muitas vezes se configura como o único espaço de democratização do saber, de modo que o memorial escolar, ao ser construído de forma participativa, amplia o exercício democrático e fortalece a formação cidadã.

Ao se inserir como lugar de resistência, a memória escolar também combate processos de apagamento e abandono. Pollak (1989, p. 12) lembra que “a memória pode ser manipulada por processos de exclusão social, mas também pode se afirmar como prática de resistência”. Assim, o memorial escolar se apresenta como instrumento de luta contra o esquecimento e pela valorização da educação pública.

A memória escolar, quando resgatada democraticamente, atua como prática pedagógica significativa. Bittencourt (1993, p. 52) sustenta que “o ensino de História deve ir além da transmissão de conteúdos, estimulando a análise crítica e a interpretação do passado”. Nessa perspectiva, a memória escolar ultrapassa a função documental e se transforma em atividade interdisciplinar que promove formação crítica e cidadã.

Para viabilizar essa proposta, foi elaborada uma sequência didática composta por oito aulas organizadas em etapas progressivas. Inicialmente, busca-se sensibilizar os estudantes quanto à importância da memória escolar; em seguida, realizam-se a coleta de depoimentos orais, a análise de documentos e imagens, a construção colaborativa de um acervo digital e, por fim, a socialização dos resultados. Tal estrutura pretende superar a simples transmissão de conteúdos e promover o engajamento dos alunos em um processo ativo de investigação histórica.

Os conteúdos abordados contemplam tanto noções sobre a história local e institucional quanto reflexões teóricas sobre memória, patrimônio e cidadania. Essa metodologia ancora-se em práticas participativas inspiradas na pesquisa-ação. Para Thiollent (2011, p. 21), “a pesquisa-ação pressupõe a participação ativa dos envolvidos no processo de investigação e intervenção”. Nesse contexto, os estudantes deixam de ser receptores passivos e se tornam sujeitos históricos e autores de conhecimento, em consonância com a pedagogia crítica freireana. Assim, ao participarem da elaboração do memorial, produzem conhecimento histórico e fortalecem o sentimento de pertencimento.

No processo avaliativo, foram definidos critérios qualitativos que privilegiam a participação, a capacidade de análise crítica e a criatividade. Assim, não se trata de aplicar instrumentos tradicionais de verificação, mas de observar como os alunos mobilizam conceitos, habilidades e atitudes ao longo das atividades, sobretudo na produção colaborativa do memorial.

Outro aspecto relevante é a utilização das tecnologias educacionais, indispensáveis à construção do memorial digital. O uso de plataformas digitais para armazenamento, edição e divulgação dos materiais do memorial reforça a integração entre inovação tecnológica e práticas de preservação da memória. Para além da dimensão técnica, o ambiente digital amplia o alcance do projeto, possibilitando que o memorial seja acessado não apenas pela comunidade escolar, mas também por familiares, ex-alunos e interessados na história local.

Como observa Kean (2010), a história pública é construída em espaços múltiplos, nos quais a acessibilidade e a circulação do conhecimento são fundamentais. Ao disponibilizar os conteúdos em rede, o memorial insere a escola em um movimento de democratização do saber histórico.

A coleta de depoimentos orais constitui uma etapa essencial da sequência didática, pois confere protagonismo às narrativas pessoais e amplia a compreensão do passado. Ao entrevistar professores, ex-alunos e funcionários, os discentes estabelecem conexões entre memória pessoal e memória coletiva, vivenciando a prática historiográfica no contexto

escolar. No entanto, a utilização de dados orais no espaço educativo exige rigor ético. Por essa razão, será indispensável obter consentimento formal dos participantes, com autorizações específicas para uso de imagem, voz e conteúdo. Tal procedimento garante não apenas a legalidade, mas também o respeito à dignidade dos sujeitos envolvidos.

É importante destacar que esta experiência possui potencial para inspirar outras escolas e para subsidiar políticas públicas voltadas à valorização da memória escolar como patrimônio cultural. A criação de memoriais digitais pode ser incorporada a programas educacionais que articulem ensino, cidadania e tecnologia, promovendo o engajamento de estudantes e comunidades na preservação de suas histórias. Essa perspectiva dialoga com a ideia de uma educação emancipadora e democrática, capaz de fortalecer identidades locais e ampliar a circulação do conhecimento histórico.

Encerrada esta fundamentação, será apresentada a sequência didática estruturada, que teve como base a Cartilha desenvolvida por Lauro de Oliveira, como produto da sua pesquisa do ProfHistória em 2022. Sendo assim, o material a seguir será apresentado com os objetivos, conteúdos, metodologias e atividades organizadas para operacionalizar o projeto do memorial digital.

## **PARTE PREPOSITIVA:**

### **COMO FAZER MEMORIAL DIGITAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASPAR – GUARDANDO MEMÓRIAS ALÉM DA LEMBRANÇA**

**Ementa:** Esta sequência didática tem como objetivo a criação de um memorial digital da Escola Estadual Professor Gaspar, envolvendo os alunos do Ensino Médio em um processo ativo de investigação, coleta de depoimentos, análise de documentos e imagens, e construção colaborativa de um acervo digital. Através desta experiência, busca-se promover a reflexão sobre a importância da memória escolar, do patrimônio e da cidadania, utilizando metodologias ativas e tecnologias educacionais.

## Cronograma

Número	Tópico da Aula	Duração
1	Sensibilização: A Memória da Escola e a Nossa	50
2	Planejamento da Coleta de Depoimentos	50
3	Entrevistas: Colhendo Histórias da Escola	50
4	Organização e Análise dos Depoimentos	50
5	Garimpendo no Arquivo Escolar: Documentos e Imagens	50
6	Digitalização e Tratamento do Acervo	50
7	Construindo o Memorial Digital: A Escolha da Plataforma	50
8	Socialização e Celebração do Memorial	50

### **Aula 1: Sensibilização: A Memória da Escola e a Nossa**

#### Objetivos

- Compreender a importância da memória individual e coletiva.
- Refletir sobre o papel da escola na construção da identidade pessoal e social.
- Introduzir o projeto do memorial digital e seus objetivos.

Duração: 50 minutos

#### Tópicos

### 1. O que é Memória?

- Definição de memória individual e coletiva.
- A memória como processo de seleção e interpretação do passado.
- Exemplos de como a memória influencia nossas vidas.

**Explicação Detalhada:** Inicie a aula com uma discussão sobre o que os alunos entendem por "memória". Explore as diferenças entre lembrar de um evento pessoal e a memória coletiva de um grupo ou comunidade. Explique como a memória não é apenas uma reprodução exata do passado, mas sim uma construção influenciada por nossas experiências, emoções e valores. Use exemplos práticos, como a lembrança de um show marcante ou a história de um feriado importante para o Brasil, para ilustrar como a memória molda nossa identidade.

### 2. A Escola como Espaço de Memória

- A escola como lugar de vivências, aprendizados e relações.
- A importância da história da escola para a comunidade local.
- O que torna a Escola Estadual Professor Gaspar especial?

**Explicação Detalhada:** Conduza uma reflexão sobre a importância da escola na vida dos alunos. Pergunte sobre suas primeiras lembranças da escola, os momentos mais marcantes, os amigos que fizeram. Discuta como a escola não é apenas um lugar de aprendizado formal, mas também um espaço de socialização, de construção de valores e de formação da identidade. Incentive os alunos a pensarem sobre o que torna a Escola Estadual Professor Gaspar única e importante para a comunidade local.

### 3. Apresentação do Projeto do Memorial Digital

- O que é um memorial digital e qual o seu propósito.
- Os objetivos do projeto: preservar a história da escola, fortalecer o senso de pertencimento, desenvolver habilidades de pesquisa e produção de conteúdo digital.
- As etapas do projeto e o papel dos alunos em cada uma delas.

**Explicação Detalhada:** Apresente o projeto do memorial digital como uma oportunidade de os alunos se tornarem "historiadores" da própria escola. Explique o que é um memorial digital, mostrando exemplos de outros memoriais online. Detalhe os objetivos do projeto, enfatizando a importância de preservar a história da escola para as futuras gerações, fortalecer o senso de pertencimento à comunidade escolar e desenvolver habilidades importantes para o

século XXI, como pesquisa, análise de fontes, produção de conteúdo digital e trabalho colaborativo.

### Materiais

- Projetor..
- Imagem da escola retratada no livro da cidade para a sensibilização sobre a memória da escola.



- Computadores ou tablets com acesso à internet.

### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Inicie a aula com uma dinâmica de apresentação em que os alunos compartilhem suas primeiras lembranças da escola.
- **Desenvolvimento (20 minutos):** Apresente os tópicos "O que é Memória?" e "A Escola como Espaço de Memória", conduzindo uma discussão interativa com os alunos.
- **Apresentação do Projeto do Memorial Digital (10 minutos):** Explique o projeto, seus objetivos e as etapas envolvidas.

### Atividades (15 minutos)

- **Opção 1: "Linha do Tempo da Minha Vida na Escola":** Peça aos alunos para criarem uma linha do tempo individual com os momentos mais marcantes de sua trajetória na Escola Estadual Professor Gaspar. Eles podem usar desenhos, palavras-chave ou pequenas frases para representar cada momento.

- **Opção 2: "Brainstorming: O Que Queremos Lembrar da Nossa Escola?":** Divida a turma em pequenos grupos e peça para cada grupo fazer um brainstorming sobre o que eles consideram mais importante lembrar da história da escola. Peça para eles listarem eventos, personagens, tradições, curiosidades, etc.

#### Conclusão

- **Conclusão (5 minutos):** Retome os principais pontos da aula e incentive os alunos a refletirem sobre a importância de preservar a memória da escola.

## Aula 2: Planejamento da Coleta de Depoimentos

#### Objetivos

- Definir quem serão os entrevistados para o memorial digital.
- Elaborar um roteiro de entrevista com perguntas relevantes.
- Discutir os aspectos éticos da coleta de depoimentos.

Duração: 50 minutos

#### Tópicos

##### 1. Quem Entrevistar?

- Categorias de entrevistados: professores, ex-alunos, funcionários, membros da comunidade.
- Critérios para a seleção dos entrevistados: tempo de ligação com a escola, relevância da sua experiência, diversidade de perspectivas.
- Elaboração de uma lista preliminar de entrevistados.

**Explicação Detalhada:** Inicie a aula com uma discussão sobre quem são as pessoas que podem contribuir para a construção do memorial digital. Incentive os alunos a pensarem em diferentes categorias de entrevistados, como professores (atuais e aposentados), ex-alunos de diferentes épocas, funcionários (diretores, coordenadores, secretários, zeladores), membros da comunidade que tenham alguma ligação com a escola. Discuta os critérios para a seleção dos entrevistados, como o tempo de ligação com a escola, a relevância da sua experiência, a diversidade de perspectivas que podem oferecer. Ajude os alunos a elaborarem uma lista preliminar de entrevistados, levando em conta a disponibilidade e o interesse de cada um em participar do projeto.

## 2. O Que Perguntar?

- Tipos de perguntas: abertas, fechadas, de sondagem.
- Temas a serem abordados: história da escola, personagens marcantes, eventos importantes, curiosidades, transformações ao longo do tempo.
- Elaboração de um roteiro de entrevista flexível e adaptável.

**Explicação Detalhada:** Explique aos alunos os diferentes tipos de perguntas que podem ser feitas em uma entrevista (abertas, fechadas, de sondagem) e como cada tipo pode ser utilizado para obter informações diferentes. Discuta os temas que devem ser abordados nas entrevistas, como a história da escola, os personagens marcantes, os eventos importantes, as curiosidades, as transformações ao longo do tempo. Ajude os alunos a elaborarem um roteiro de entrevista flexível e adaptável, que sirva como um guia para a conversa, mas que permita que o entrevistado se sinta à vontade para compartilhar suas memórias e experiências.

## 3. Ética na Coleta de Depoimentos

- A importância do consentimento livre e esclarecido.
- O direito à privacidade e ao anonimato.
- O respeito à dignidade e à memória dos entrevistados.

**Explicação Detalhada:** Conduza uma discussão sobre os aspectos éticos da coleta de depoimentos. Explique a importância do consentimento livre e esclarecido, ou seja, o entrevistado deve ser informado sobre o objetivo da entrevista, como ela será utilizada e ter o direito de recusar a participar ou de interromper a entrevista a qualquer momento. Discuta o direito à privacidade e ao anonimato, ou seja, o entrevistado tem o direito de não responder a perguntas que considere invasivas ou de ter sua identidade preservada. Enfatize a importância do respeito à dignidade e à memória dos entrevistados, ou seja, os alunos devem tratar os entrevistados com cortesia e consideração, e evitar fazer perguntas que possam ser ofensivas ou dolorosas.

### Materiais

- Projetor.
- Exemplos de roteiros de entrevista. (anexo 01)
- Termo de consentimento livre e esclarecido. (anexo 02)

## Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e apresente os objetivos da aula atual.
- **Desenvolvimento (30 minutos):** Apresente os tópicos "Quem Entrevistar?", "O Que Perguntar?" e "Ética na Coleta de Depoimentos", conduzindo uma discussão interativa com os alunos.

## Atividades (15 minutos)

- **Opção 1: "Simulação de Entrevista":** Divida a turma em duplas e peça para cada dupla simular uma entrevista, utilizando o roteiro elaborado em sala de aula. Um aluno será o entrevistador e o outro será o entrevistado.
- **Opção 2: "Elaboração do Termo de Consentimento":** Peça aos alunos para elaborarem um termo de consentimento livre e esclarecido, que será utilizado para obter a autorização dos entrevistados.

## Conclusão

- **Conclusão (5 minutos):** Retome os principais pontos da aula e incentive os alunos a se prepararem para a coleta de depoimentos.

## Aula 3: Orientações para as entrevistas: Colhendo Histórias da Escola

### Objetivos

- Realizar entrevistas com os personagens da história da escola.
- Registrar os depoimentos em áudio ou vídeo.
- Observar os aspectos não verbais da comunicação.

Duração: 50 minutos

### Tópicos

#### 1. Preparação para a Entrevista

- Confirmação da entrevista com o entrevistado.
- Teste dos equipamentos de gravação.

**Explicação Detalhada:** Antes de cada entrevista, os alunos devem confirmar a data e o horário com o entrevistado, para evitar imprevistos. Eles também devem se certificar de que o local da entrevista é um ambiente tranquilo e adequado, onde o entrevistado se sinta à vontade para conversar. Além disso, é importante testar os equipamentos de gravação (gravador de áudio, câmera de vídeo, microfone) para garantir que tudo esteja funcionando corretamente.

## 2. Condução da Entrevista

- Apresentação e agradecimento ao entrevistado.
- Explicação do objetivo da entrevista e do uso dos depoimentos.
- Realização das perguntas do roteiro, com flexibilidade e atenção às respostas.

**Explicação Detalhada:** Explicar que ao iniciar a entrevista, os alunos devem se apresentar ao entrevistado, agradecer a sua disponibilidade e explicar o objetivo da entrevista e como os depoimentos serão utilizados no memorial digital. Durante a entrevista, eles devem seguir o roteiro, mas também estar atentos às respostas do entrevistado e fazer perguntas de sondagem para aprofundar os temas que forem surgindo. É importante que os alunos demonstrem interesse e respeito pelo entrevistado, criando um ambiente de confiança e diálogo.

## 3. Observação da Linguagem Não Verbal

- A importância da linguagem corporal: gestos, expressões faciais, postura.
- A influência das emoções na fala: tom de voz, ritmo, pausas.
- Registro das observações em um diário de campo.

**Explicação Detalhada:** Além de registrar os depoimentos em áudio ou vídeo, os alunos também devem observar os aspectos não verbais da comunicação, como a linguagem corporal (gestos, expressões faciais, postura) e a influência das emoções na fala (tom de voz, ritmo, pausas). Essas observações podem enriquecer a análise dos depoimentos e revelar informações importantes sobre a experiência do entrevistado. Os alunos devem registrar suas observações em um diário de campo, anotando os detalhes que chamarem a sua atenção.

### Materiais

- Gravador de áudio ou câmera de vídeo.
- Microfone (opcional).

- Roteiro de entrevista.
- Termo de consentimento livre e esclarecido.
- Diário de campo.

#### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e reforce a importância da ética na coleta de depoimentos.
- **Desenvolvimento (40 minutos):** Divida a turma em grupos e peça para cada grupo realizar uma entrevista com um dos personagens da história da escola.

#### Atividades (5 minutos)

- Retome os principais pontos da aula e incentive os alunos a compartilharem suas experiências e impressões sobre as entrevistas.

### **Aula 4: Organização e Análise dos Depoimentos**

#### Objetivos

- Transcrever os depoimentos coletados.
- Identificar os temas recorrentes nos depoimentos.
- Analisar criticamente os depoimentos, considerando o contexto histórico e social.

Duração: 50 minutos

#### Tópicos

##### 1. **Transcrição dos Depoimentos**

- A importância da transcrição para a análise dos depoimentos.
- Dicas para uma transcrição precisa e completa: ouvir atentamente, registrar as pausas e hesitações, identificar os nomes e lugares.
- Utilização de softwares de transcrição (opcional).

**Explicação Detalhada:** Explique aos alunos a importância da transcrição para a análise dos depoimentos. A transcrição permite que os alunos leiam e releiam os depoimentos com atenção, identifiquem os temas recorrentes, analisem a linguagem utilizada pelos entrevistados e comparem diferentes perspectivas sobre a história da escola. Dê dicas para uma transcrição precisa e completa, como ouvir atentamente, registrar as pausas e hesitações,

identificar os nomes e lugares. Se possível, apresente aos alunos softwares de transcrição que podem facilitar o trabalho.

## 2. Identificação dos Temas Recorrentes

- O que são temas recorrentes e como identificá-los.
- Exemplos de temas que podem surgir nos depoimentos: a fundação da escola, os diretores marcantes, os professores inesquecíveis, os eventos comemorativos, as mudanças na estrutura física, as transformações no ensino.
- Elaboração de um mapa mental com os temas identificados.

**Explicação Detalhada:** Explique aos alunos o que são temas recorrentes e como identificá-los nos depoimentos. Os temas recorrentes são os assuntos que aparecem com frequência nas falas dos entrevistados, revelando aspectos importantes da história da escola. Dê exemplos de temas que podem surgir nos depoimentos, como a fundação da escola, os diretores marcantes, os professores inesquecíveis, os eventos comemorativos, as mudanças na estrutura física, as transformações no ensino. Ajude os alunos a elaborarem um mapa mental com os temas identificados, organizando as informações de forma visual e facilitando a análise.

## 3. Análise Crítica dos Depoimentos

- A importância de contextualizar os depoimentos: considerar o contexto histórico e social em que foram produzidos.
- A influência da memória na narrativa: lembrar que a memória é seletiva e subjetiva.
- A importância de comparar diferentes perspectivas: confrontar os depoimentos com outras fontes de informação (documentos, fotos, vídeos).

**Explicação Detalhada:** Conduza uma discussão sobre a importância de analisar criticamente os depoimentos, considerando o contexto histórico e social em que foram produzidos. Explique aos alunos que a memória é seletiva e subjetiva, ou seja, cada pessoa lembra do passado de uma forma diferente, influenciada por suas experiências, emoções e valores. Enfatize a importância de comparar os depoimentos com outras fontes de informação

(documentos, fotos, vídeos) para obter uma visão mais completa e precisa da história da escola.

#### Materiais

- Transcrições dos depoimentos.
- Computadores ou tablets com acesso à internet.

#### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e apresente os objetivos da aula atual.
- **Desenvolvimento (30 minutos):** Divida a turma em grupos e peça para cada grupo transcrever e analisar os depoimentos de um dos entrevistados.

**Conclusão (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula e incentive os alunos a compartilharem suas análises e reflexões sobre os depoimentos.

### **Aula 5: Garimpando no Arquivo Escolar: Documentos e Imagens**

#### Objetivos

- Explorar o arquivo escolar em busca de documentos e imagens relevantes para o memorial digital.
- Identificar e selecionar os materiais mais significativos.
- Compreender a importância dos documentos e imagens como fontes históricas.

Duração: 50 minutos

#### Tópicos

##### 1. O Que é um Arquivo Escolar?

- Definição de arquivo escolar e sua importância para a preservação da memória da escola.
- Tipos de documentos que podem ser encontrados em um arquivo escolar: atas, registros de matrícula, históricos escolares, fotografias, jornais, revistas, etc.
- Como organizar e preservar um arquivo escolar.

**Explicação Detalhada:** Inicie a aula explicando o que é um arquivo escolar e qual a sua importância para a preservação da memória da escola. Explique que o arquivo escolar é o conjunto de documentos produzidos e recebidos pela escola ao longo do tempo, e que esses documentos podem ser utilizados para reconstruir a história da instituição, seus personagens, seus eventos e suas transformações. Apresente os diferentes tipos de documentos que podem ser encontrados em um arquivo escolar, como atas de reunião, registros de matrícula, históricos escolares, fotografias, jornais, revistas, etc. Discuta como organizar e preservar um arquivo escolar, garantindo que os documentos sejam acessíveis e duráveis.

## 2. Exploração do Arquivo Escolar

- Organização da visita ao arquivo escolar: agendamento, autorização, acompanhamento de um responsável.
- Procedimentos para a consulta dos documentos: manuseio cuidadoso, utilização de luvas e máscaras (se necessário), registro das informações encontradas.
- Identificação e seleção dos documentos e imagens mais relevantes para o memorial digital.

**Explicação Detalhada:** Organize uma visita ao arquivo escolar da Escola Estadual Professor Gaspar. Antes da visita, agende um horário com o responsável pelo arquivo e obtenha a autorização da direção da escola. No dia da visita, explique aos alunos os procedimentos para a consulta dos documentos: manusear os documentos com cuidado, utilizar luvas e máscaras (se necessário), registrar as informações encontradas em um caderno ou em um formulário. Ajude os alunos a identificarem e selecionarem os documentos e imagens mais relevantes para o memorial digital, levando em conta os temas recorrentes identificados nos depoimentos.

## 3. Documentos e Imagens como Fontes Históricas

- A importância de analisar criticamente os documentos e imagens: identificar o autor, a data, o contexto de produção, a intencionalidade.
- A influência da subjetividade na produção dos documentos e imagens: lembrar que os documentos e imagens são representações do passado, e não o passado em si.
- A importância de comparar diferentes fontes de informação: confrontar os documentos e imagens com os depoimentos e outras fontes.

**Explicação Detalhada:** Conduza uma discussão sobre a importância de analisar criticamente os documentos e imagens, identificando o autor, a data, o contexto de produção, a intencionalidade. Explique aos alunos que os documentos e imagens são representações do passado, e não o passado em si, ou seja, eles são produzidos por pessoas com suas próprias perspectivas e interesses. Enfatize a importância de comparar diferentes fontes de informação (documentos, imagens, depoimentos) para obter uma visão mais completa e precisa da história da escola.

#### Materiais

- Roteiro de análise documental (anexo 03)
- Arquivo escolar da Escola Estadual Professor Gaspar.
- Luvas e máscaras (se necessário).
- Caderno ou formulário para registro das informações.
- Câmera fotográfica ou celular para fotografar os documentos e imagens.

#### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e apresente os objetivos da aula atual.
- **Desenvolvimento (30 minutos):** Divida a turma em grupos e peça para cada grupo explorar o arquivo escolar em busca de documentos e imagens relevantes para o memorial digital.

#### Atividades (10 minutos)

Retome os principais pontos da aula e incentive os alunos a compartilharem suas descobertas e impressões sobre o arquivo escolar. Peça aos alunos para descreverem trechos de documentos históricos da escola.

### Aula 6: Digitalização e Tratamento do Acervo

#### Objetivos

- Digitalizar os documentos e imagens selecionados.
- Tratar as imagens, melhorando a qualidade e a legibilidade.
- Organizar o acervo digital em pastas e arquivos.

Duração: 50 minutos

Tópicos

### 1. Digitalização dos Documentos e Imagens

- A importância da digitalização para a preservação e o acesso ao acervo.
- Equipamentos para digitalização: scanner, câmera fotográfica, celular.
- Procedimentos para a digitalização: ajuste das configurações, posicionamento correto dos documentos e imagens, verificação da qualidade da imagem.

**Explicação Detalhada:** Inicie a aula explicando a importância da digitalização para a preservação e o acesso ao acervo. A digitalização permite que os documentos e imagens sejam preservados por mais tempo, sem o risco de deterioração, e que sejam acessados por um número maior de pessoas, através da internet. Apresente os diferentes equipamentos que podem ser utilizados para a digitalização, como scanner, câmera fotográfica, celular. Explique os procedimentos para a digitalização, como ajustar as configurações do equipamento, posicionar corretamente os documentos e imagens, verificar a qualidade da imagem.

### 2. Organização do Acervo Digital

- A importância da organização do acervo digital para facilitar a busca e o acesso aos documentos e imagens.
- Critérios para a organização do acervo digital: tipo de documento, tema, data, autor.
- Criação de pastas e subpastas com nomes claros e descritivos.

**Explicação Detalhada:** Conduza uma discussão sobre a importância da organização do acervo digital para facilitar a busca e o acesso aos documentos e imagens. Explique aos alunos que um acervo digital bem organizado permite que as informações sejam encontradas rapidamente e que os documentos e imagens sejam utilizados de forma eficiente. Apresente os diferentes critérios que podem ser utilizados para a organização do acervo digital, como tipo de documento, tema, data, autor. Ajude os alunos a criarem pastas e subpastas com nomes claros e descritivos, seguindo um padrão consistente.

Materiais

- Scanner, câmera fotográfica ou celular.

- Computadores ou tablets com acesso à internet.
- Pastas e arquivos para organização do acervo digital.

#### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e apresente os objetivos da aula atual.
- **Desenvolvimento (35 minutos):** Divida a turma em grupos e peça para cada grupo digitalizar, tratar e organizar os documentos e imagens selecionados.

#### Atividades (5 minutos)

- Retome os principais pontos da aula e incentive os alunos a compartilharem suas experiências e aprendizados sobre a digitalização e o tratamento do acervo.

### **Aula 7: Construindo o Memorial Digital: A Escolha da Plataforma**

#### Objetivos

- Apresentar diferentes plataformas para a construção do memorial digital.
- Analisar as vantagens e desvantagens de cada plataforma.
- Escolher a plataforma mais adequada para o projeto.

Duração: 50 minutos

#### Tópicos

##### **1. Plataformas para Memoriais Digitais**

- Opções de plataformas: websites, blogs, redes sociais, plataformas de museus virtuais.
- Exemplos de memoriais digitais construídos em diferentes plataformas.
- Apresentação das características e funcionalidades de cada plataforma.

**Explicação Detalhada:** Inicie a aula apresentando diferentes plataformas que podem ser utilizadas para a construção do memorial digital. Explique que existem diversas opções, como websites, blogs, redes sociais, plataformas de museus virtuais, cada uma com suas próprias características e funcionalidades. Mostre exemplos de memoriais digitais construídos em diferentes plataformas, destacando os pontos positivos e negativos de cada um. Apresente as

características e funcionalidades de cada plataforma, como a facilidade de uso, a capacidade de armazenamento, as opções de design, as ferramentas de interação, etc.

## 2. Análise das Vantagens e Desvantagens

- Critérios para a análise das plataformas: facilidade de uso, custo, capacidade de armazenamento, opções de design, ferramentas de interação, acessibilidade, segurança.
- Comparação das plataformas em relação aos critérios definidos.
- Discussão sobre as necessidades e os objetivos do projeto do memorial digital.

**Explicação Detalhada:** Conduza uma discussão sobre as vantagens e desvantagens de cada plataforma, levando em conta os critérios definidos. Explique aos alunos que a escolha da plataforma deve ser baseada nas necessidades e nos objetivos do projeto do memorial digital. Por exemplo, se o objetivo é criar um memorial com muitas imagens e vídeos, é importante escolher uma plataforma com boa capacidade de armazenamento. Se o objetivo é criar um memorial interativo e colaborativo, é importante escolher uma plataforma com ferramentas de interação. Se o objetivo é criar um memorial acessível a todos, é importante escolher uma plataforma que siga as normas de acessibilidade.

## 3. Escolha da Plataforma

- Votação para a escolha da plataforma.
- Justificativa da escolha: apresentação dos argumentos a favor da plataforma escolhida.
- Definição das responsabilidades de cada aluno na construção do memorial digital.

**Explicação Detalhada:** Realize uma votação para a escolha da plataforma, levando em conta a análise das vantagens e desvantagens e as necessidades e os objetivos do projeto. Peça aos alunos para justificarem a sua escolha, apresentando os argumentos a favor da plataforma escolhida. Defina as responsabilidades de cada aluno na construção do memorial digital, distribuindo as tarefas de acordo com as habilidades e os interesses de cada um.

### Materiais

- Computadores ou tablets com acesso à internet.

- Projetor ou lousa digital.
- Lista das plataformas para memoriais digitais.
- Formulário para votação.

#### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e apresente os objetivos da aula atual.
- **Desenvolvimento (30 minutos):** Apresente as diferentes plataformas para a construção do memorial digital, analisando as vantagens e desvantagens de cada uma.

#### Atividades (15 minutos)

- **"Criação de um Plano de Ação para a Construção do Memorial Digital":** Peça aos alunos para criarem um plano de ação para a construção do memorial digital, definindo as etapas, os prazos e as responsabilidades de cada um.

### Aula 8: Socialização e Celebração do Memorial

#### Objetivos

- Apresentar o memorial digital para a comunidade escolar.
- Celebrar a conclusão do projeto.
- Refletir sobre os aprendizados e os desafios da construção do memorial digital.

Duração: 50 minutos

#### Tópicos

##### 1. Preparação da Apresentação

- Definição do formato da apresentação: exposição, vídeo, apresentação multimídia.
- Seleção dos conteúdos a serem apresentados: os temas mais relevantes, os documentos e imagens mais impactantes, os depoimentos mais emocionantes.
- Ensaaios da apresentação.

**Explicação Detalhada:** Inicie a aula definindo o formato da apresentação do memorial digital para a comunidade escolar. Explique que existem diferentes opções, como exposição dos

documentos e imagens, exibição de um vídeo com os depoimentos, apresentação multimídia com slides e recursos audiovisuais. Ajude os alunos a selecionarem os conteúdos a serem apresentados, levando em conta os temas mais relevantes, os documentos e imagens mais impactantes, os depoimentos mais emocionantes. Organize ensaios da apresentação, para que os alunos se sintam seguros e confiantes no momento de apresentar o memorial para a comunidade escolar.

## 2. Apresentação do Memorial Digital

- Convite à comunidade escolar: direção, professores, funcionários, alunos, pais, ex-alunos.
- Realização da apresentação: exposição dos conteúdos, apresentação dos alunos, depoimentos dos convidados.
- Interação com o público: perguntas e respostas, comentários, sugestões.

**Explicação Detalhada:** Convide a comunidade escolar para a apresentação do memorial digital. Envie convites para a direção, os professores, os funcionários, os alunos, os pais, os ex-alunos. No dia da apresentação, organize o espaço de forma acolhedora e convidativa. Realize a apresentação, expondo os conteúdos do memorial digital, apresentando os alunos que participaram do projeto, convidando os presentes a darem seus depoimentos e a compartilhem suas memórias da escola. Incentive a interação com o público, abrindo espaço para perguntas e respostas, comentários e sugestões.

## 3. Celebração e Reflexão

### ○ Subtópicos:

- Agradecimento aos participantes e colaboradores do projeto.
- Celebração da conclusão do memorial digital: festa, confraternização e homenagem.
- Reflexão sobre os aprendizados e os desafios da construção do memorial digital: o que aprendemos sobre a história da escola, como desenvolvemos nossas habilidades, quais foram os desafios que enfrentamos.

**Explicação Detalhada:** Agradeça aos participantes e colaboradores do projeto, reconhecendo o esforço e a dedicação de cada um. Celebre a conclusão do memorial digital com uma festa, uma confraternização, uma homenagem. Promova uma reflexão sobre os aprendizados e os

desafios da construção do memorial digital, perguntando aos alunos o que eles aprenderam sobre a história da escola, como desenvolveram suas habilidades, quais foram os desafios que enfrentaram. Incentive os alunos a compartilharem suas experiências e a expressarem seus sentimentos em relação ao projeto.

#### Materiais

- Convites para a apresentação do memorial digital.
- Espaço para a apresentação.
- Equipamentos para a apresentação: projetor, computador, sistema de som.
- Materiais para a celebração: comes e bebes, decoração, lembrancinhas.

#### Desenvolvimento

- **Introdução (10 minutos):** Retome os principais pontos da aula anterior e apresente os objetivos da aula atual.
- **Desenvolvimento (30 minutos):** Realização da apresentação do memorial digital para a turma e preparação para a culminância.

#### Atividades (60 minutos)

- **"Roda de Conversa: O Que o Memorial Digital Significa para Nós?":** Promova uma roda de conversa com a comunidade para a apresentação do memorial e a exposição da experiência dos alunos com a atividade.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por considerações finais sobre a participação democrática na construção da história escolar evidenciam que a escola não se limita à função instrucional, mas constitui-se como um espaço de memória coletiva e de identidade social. Nora (1993) observa que “os lugares de memória existem quando há necessidade de preservar, de forma consciente, símbolos e práticas que correm o risco de se perder”, apontando para a urgência de compreender a instituição escolar como patrimônio cultural e afetivo. Nesse sentido, resgatar a trajetória da escola implica valorizar as experiências que moldaram sua existência e reafirmar seu papel na consolidação dos vínculos comunitários, convertendo-a em locus de pertencimento e de continuidade histórica.

A história oral, conforme argumenta Alberti (2005), emerge como recurso essencial para recuperar vozes silenciadas, garantindo que memórias marginalizadas se integrem à narrativa coletiva. Essa perspectiva converge com a concepção de história pública apresentada por Oliveira (2011), segundo a qual a democratização do conhecimento histórico é condição para incluir sujeitos diversos e assegurar pluralidade interpretativa. Ao adotar metodologias participativas, a construção de um memorial escolar não apenas preserva registros, mas também instaura um processo formativo, no qual a produção do conhecimento histórico se dá de forma dialógica e colaborativa. Contudo, é preciso considerar que a memória não é um repositório neutro, mas uma construção seletiva, permeada por omissões e silêncios, essa compreensão ao ressaltar que a memória coletiva é continuamente reconstruída no interior dos grupos sociais, o que reforça a importância de múltiplas vozes para evitar que a narrativa histórica seja limitada a versões hegemônicas.

Nesse contexto, a criação de um memorial digital, articulada ao uso pedagógico da história oral e das tecnologias educacionais, insere-se no campo da história pública como prática social que valoriza a participação cidadã (Kean, 2010). O memorial não deve ser compreendido apenas como arquivo estático, mas como um espaço vivo, que possibilita o diálogo entre passado, presente e futuro, configurando-se como recurso pedagógico inovador e integrador. O uso das tecnologias digitais, conforme Kenski (2012) e Moran (2015), potencializa a preservação da memória, amplia o acesso ao patrimônio histórico e promove aprendizagens mais dinâmicas e colaborativas.

A proposta de implementação da sequência didática voltada à construção do memorial digital da Escola Estadual Professor Gaspar nasce como uma experiência educativa carregada

de potencial para transformar a vida escolar, tanto no campo pedagógico quanto no cultural. Mais do que uma atividade didática, trata-se de uma ação capaz de ressignificar memórias, fortalecer identidades e devolver à comunidade escolar o sentido de pertencimento que tantas vezes lhe é negado.

Entretanto, a concretização dessa proposta encontrou obstáculos ao longo do ano letivo de 2025. No dia 02 de junho, foi proposta uma aula de sensibilização, na qual apresentei aos estudantes a ideia do memorial e os motivos de sua realização. A intenção era que esse primeiro contato despertasse reflexões durante o recesso escolar, para que, no retorno, pudéssemos dar início ao projeto. Contudo, a aprovação do calendário pós-greve alterou completamente a dinâmica: em apenas quinze dias do retorno do recesso já se iniciaram as avaliações bimestrais, inviabilizando a execução da proposta, que demandaria, no mínimo, quatro semanas de trabalho contínuo.

A essa dificuldade somaram-se os problemas estruturais cada vez mais graves enfrentados pela escola. Ao início do terceiro bimestre, duas salas foram interditadas, obrigando a comunidade escolar a improvisar atividades no auditório e no laboratório, sem acesso à sala de práticas integrativas. Inviabilizando novamente o início do projeto. Em setembro, a situação atingiu seu ponto mais crítico: desde o dia 11 estamos sem prédio escolar, após a interdição total do espaço em razão da precarização da infraestrutura. Vivemos hoje uma realidade dura, em que estudantes, professores e funcionários se encontram sem teto, sem chão, sem espaço para viver a escola.

Registrar esse percurso neste trabalho é mais do que relatar um episódio: é dar visibilidade a uma tragédia anunciada. Já havia sido sinalizado, em diversos momentos, que o prédio estava em processo judicial e que nossa saída seria inevitável. Mesmo assim, a Secretaria de Educação do Estado e a 2ª Diretoria Regional não cumpriram o que elas mesmas haviam proposto, tampouco garantiram o que está previsto na Constituição Federal de 1988, que assegura no artigo 6º a educação como direito social e, no artigo 205, como dever do Estado e da família, a ser promovido com qualidade e segurança. Também foi ignorado o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que prevê a garantia de padrões mínimos de qualidade para o ensino. Soma-se a isso o descumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelece o direito a condições de acessibilidade e segurança em espaços educacionais.

O resultado é este: hoje estamos privados do nosso lugar de ensino e aprendizagem, lutando por algo elementar: um espaço escolar digno e seguro, que atenda ao que está previsto em lei e, sobretudo, ao que a comunidade escolar merece por direito.

Porém, é grande as expectativas quanto à aplicação desse produto pedagógico, que vão além da simples preservação documental: vislumbram-se impactos significativos no desenvolvimento da aprendizagem histórica dos estudantes, na promoção da cidadania crítica e no fortalecimento do senso de pertencimento comunitário. Ao protagonizarem o processo de investigação histórica, os alunos serão desafiados a realizar entrevistas, analisar documentos, interpretar diferentes narrativas e construir um acervo digital acessível à comunidade. Essa prática não apenas amplia competências investigativas e digitais, mas também confere sentido ao ensino de História ao integrá-lo às experiências concretas dos sujeitos. Espera-se, ainda, que o memorial se torne referência intergeracional, aproximando estudantes atuais, ex-alunos, professores e demais membros da comunidade, permitindo a circulação de memórias que reafirmam identidades locais e fortalecem laços sociais.

As reações positivas observadas nas provocações iniciais com a comunidade escolar, marcadas por entusiasmo e saudosismo, indicam um cenário favorável à concretização do projeto. Tal receptividade reforça a hipótese de que a escola é percebida como patrimônio cultural vivo, cuja história merece ser narrada e compartilhada. Desse modo, prevê-se que a implementação da sequência didática resulte na ampliação do engajamento escolar, na valorização das práticas colaborativas e na construção de um recurso didático interdisciplinar, capaz de dialogar com diferentes áreas do conhecimento. Ao tornar-se espaço de memória e de produção coletiva, o memorial digital contribuirá para consolidar a escola como instituição cultural e democrática, reafirmando seu papel social em um contexto em que práticas de silenciamento e esquecimento ameaçam identidades e tradições.

Cabe ressaltar que o memorial, ao integrar memória, tecnologia e participação democrática, não se limita à função comemorativa, mas assume caráter pedagógico e político. Ele se converte em estratégia de resistência frente ao apagamento histórico e em instrumento de emancipação, ao possibilitar que diferentes gerações reconheçam-se como sujeitos históricos. Assim, a preservação da memória escolar deixa de ser um exercício meramente retrospectivo para se tornar projeto de futuro, capaz de orientar práticas educativas, inspirar políticas pedagógicas e fortalecer a cidadania.

Por fim, este trabalho se coloca também como registro de esperança, mas de uma esperança crítica, consciente das desigualdades estruturais que marcam a realidade educacional brasileira e, em especial, a montealegrense. A sequência didática aqui proposta não pretende ser uma solução definitiva, mas um instrumento de resistência pedagógica diante do descaso histórico com a escola pública e das tentativas recorrentes de silenciamento da memória coletiva. Ao valorizar a história da instituição escolar e ao propor práticas de caráter

democrático e participativo, busca-se tensionar a lógica excludente que ainda orienta muitas políticas educacionais. A expectativa é que sua plena aplicação traga não apenas resultados para a reflexão acadêmica, mas também impulsione ações concretas de transformação, capazes de fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, consolidar a educação como direito e fomentar a formação de sujeitos críticos.

Que futuras publicações possam anunciar não apenas notícias mais alentadoras, mas também conquistas sociais e políticas no campo da educação montealegrense, fruto da luta e da resistência de todos que acreditam no potencial emancipatório da escola pública.

**REFERÊNCIA:**

**ALBERTI, Verena.** *História oral: a experiência do CPDOC*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**AZEVEDO, Aluísio de.** *História do Município de Monte Alegre*. Monte Alegre: Cia Editora do RN, dez. 1992.

**BARCA, Isabel.** Educação histórica: conceitos, desenvolvimento e avaliação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 51–70, 2001.

**BENITO, Agustín Escolano.** *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Tradução de Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

**BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes.** *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**CARLOS, N. L. S.** *O ensino de 2º Grau no Estado do Rio Grande do Norte: uma história da implantação da Lei nº 5.692/1971 (1971-1996)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

**CHUVA, Márcia.** *Patrimônio cultural: memória e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

**DAYRELL, Juarez.** A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

**FONSECA, Selva Guimarães.** *O lugar da memória no ensino de História*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

**FREIRE, Paulo.** *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**GOMES, C. A.; CARNIELLI, B. L.** Educação noturna: realidade e desafios. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 111–130, 2003.

**GUIMARÃES, Karla Elvira Gomes.** *Parnamirim: a história local como ferramenta didática para o ensino fundamental II*. 2022. Dissertação (Mestrado em ensino de História) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2022.

**HALBWACHS, Maurice.** *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 2006.

**KEAN, Hilda.** História pública: uma introdução. In: CARRETERO, Mario; BERGER, Stefan; GREVER, Maria (orgs.). *Apresentando a história pública*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 11–29.

KEAN, Hilda. People, Historians, and Public History: Demystifying the Process of History Making. *The Public Historian*, v. 32, n. 3, p. 25-38, 2010.

**KENSKI, Vani Moreira.** *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2012.

**LIBÂNEO, José Carlos.** *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

**LUCAS, Marcelly Kathleen Pereira et al.** A expansão das escolas rudimentares no Rio Grande do Norte (1924–1930). *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, e210101321057, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21057>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21057>. Acesso em: 02 set. 2025.

**MELO, José Augusto de.** O Ensino Primário no Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1921.

**MIRANDA, Ataíde; CRISÓSTOMO, Maria Isabel; PAIVA, Murilo; FERNANDES, Soraya.** *Estudos regionais: Monte Alegre, cidade da gente (RN)*. Fortaleza: Didáticos Editora, 2022. ISBN 978-65-89190-84-7.

**MORAN, José Manuel.** *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus, 2015.

**NORA, Pierre.** Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

**NUNES, Rosani Maria Martinelli.** *Se a minha cidade falasse: material didático sobre monumentos na cidade de Sorriso/MT*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

**OLIVEIRA, Lauro Roberto Ferreira.** *Educar pela pesquisa: uma abordagem a partir da aplicação da história oral no ensino de História*. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

**OLIVEIRA, Lucia Maria Paschoal Guimarães.** A história pública e os desafios da democratização do conhecimento histórico. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 44, p. 13–31, 2011.

**OLIVEIRA, R. P.** A educação noturna no Brasil: dilemas e perspectivas. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 919–940, 2010.

**POLLAK, Michael.** Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

**QEDU.** Censo Escolar – Monte Alegre/RN. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2407807-monte-alegre/censo-escolar>. Acesso em: 02 set. 2025.

**THIOLLENT, Michel.** *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**SANTOS, Daniel Ribeiro dos.** *Na minha aldeia eu sou história: o ensino de história local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí.* 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

**TEIXEIRA, Vinicius Mata.** *Educação patrimonial e EJA: uma perspectiva crítica para o ensino de História do CEJA de Itaperuna/RJ.* 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

**VEIGA, Ilma Passos Alencastro.** *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.* 22. ed. Campinas: Papirus, 2008

**ANEXOS:**

## ANEXO 01 - ROTEIRO DE COMO REALIZAR UMA ENTREVISTA - HISTÓRIA ORAL - AULA 03



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM – PROEXC  
Evento: *Semana Envolver* – Cidade Jequitinhonha/MF. Oficina: *Como realizar entrevista/História Oral*. Prof<sup>as</sup>: Dayse Lúcida e Thamar Kalil

### OFICINA: COMO REALIZAR ENTREVISTA / HISTÓRIA ORAL?

#### **Público 1: comunidade interessada em geral.**

Ch: 4 horas - Vagas: 25 Local: CESEC (Supletivo) – SALA 1  
Data e Horário: Sexta-feira (dia 07) das 08 às 12 horas (para a comunidade em geral)

#### **Público 2: Estudantes do Procampo**

Carga Horária: 08 horas Data e Horário: Quarta e quinta-feira (dias 05 e 06) das 14 às 18 horas. Local: CESEC

**Objetivo:** Compreender os procedimentos necessários para a realização de entrevistas/história oral, bem como as modalidades de história Oral e construção do documento histórico.

#### **Conteúdo Básico:**

1. Tipos de entrevista e modalidades de História oral
2. A entrevista: fonte e construção do documento
3. Procedimentos e exemplos.

#### **Referências:**

1. FERREIRA, M.M; FERNANDES, T.M. & ALBERTI, V. (orgs) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz e Fundação Getúlio Vargas, 2000.
2. Garnica, A. V. M. *O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da História. Ciência & Educação* (Bauru - São Paulo), 1998, 5(1), 27-35.
3. MATOS, H e RIOS, Ana Lúgão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
4. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
5. MONTENEGRO, A.T. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
6. PRAXEDES, V.L.; TEIXEIRA, I. A. C. (orgs). *Memórias e percursos de professores negros e negras da UFMG*. Belo Horizonte: Autêntica,
7. VISCARDI, C.M.R & DELGADO, L. N. *História Oral: Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

#### **Anotações Gerais**

#### **Introdução**

- a) o que é história oral?

É um recurso moderno usado para elaboração, arquivamento e estudos de documentos referentes à vida social de pessoas. É sempre uma história do tempo presente. (MEIHY, 1996).

História Oral é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento da trajetória do grupo social ao qual pertence.

*A História Oral é um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos problemas e pressupostos teóricos explícitos.* (LOZANO,2000)

- b) Qualquer entrevista é história oral?

Não.

- ✚ Para realizar a entrevista de História Oral é preciso seguir um “caminho” (método).
- ✚ Registrar os depoimentos em fitas ou equipamentos digitais, imagem e som, é também registrar as experiências vividas pelos sujeitos sociais que contribui para a compreensão do passado recente.

- c) Qual a contribuição da história oral?

- ✚ O cientista social com o desenvolvimento do método da História Oral não mais depende, unicamente, dos textos escritos para estudar o passado.
- ✚ Possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos-deixando registradas para análises futura sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem.
- ✚ Estudar o tempo presente de modo mais dinâmico.
- ✚ Por intermédio dos relatos orais a História reconhecera as vidas e as contribuições culturais, político-sociais de negros, mulheres, operários servindo de meio para reconstruir a história/memória daqueles que haviam sido ignorados, no passado pela historiografia tradicional/oficial.
- ✚ Serve também para confrontar com fontes escritas e imagéticas.

- d) Quais são as críticas sofridas pela História Oral?

- ✚ a memória não é digna de crédito como fonte histórica (para historiadores tradicionais),
- ✚ a memória pode ser distorcida, influenciada por versões coletivas.

Resposta: as fontes documentais escritas não são menos seletivas ou menos tendenciosas.



- *A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.* (LE GOFF)

## 1. ENTREVISTAS E MODALIDADES DE HISTÓRIA ORAL

### 1.1. Modalidades de História Oral

- 📌 História Oral de Vida
- 📌 História Oral Temática
- 📌 Tradição Oral

### 1.2. Tempos distintos:

- 📌 o da gravação;
- 📌 o da confecção do documento escrito e
- 📌 sua eventual análise.

## 2. PROCEDIMENTOS:

### 2.1. Técnica empregada na captação dos depoimentos

- registro da informação,
- transcrição de fontes,
- constituição arquivo.

### 2.2. Procedimentos

- ✖ O local e horário são definidos pelo entrevistado.
- ✖ O pesquisador define o tema.
- ✖ O pesquisador dirige a entrevista através de um roteiro previamente estabelecido.
- ✖ Evitar locais públicos.
- ✖ O entrevistado reconstitui o período vivido mentalmente.
- ✖ Se possível obter o auxílio de documentação como fotos e cartas antigas.
- ✖ Não prosseguir se o entrevistado estiver cansado. Marque novo dia para a entrevista.
- ✖ Uma pergunta de cada vez;
- ✖ Evitar questionamentos duplos;
- ✖ Evitar interrupções;
- ✖ Não discordar do narrador;
- ✖ Não induzir as respostas, nem complementá-las.

### 2.3. História Oral como método

#### Coleta de depoimentos:

##### 1º - Elaboração da pergunta

- Elabore as primeiras perguntas de modo a possibilitar confiança, fluir a conversa e que sejam mais facilmente respondidas.
- Elabore questões que permitam aprofundar o tema escolhido para a entrevista (ou tradição oral ou sobre a vida da pessoa)
- As perguntas sempre serão flexíveis, e no momento da entrevista, você poder refazê-las, se necessário for. Sendo assim, as perguntas elaboradas anteriormente pelo entrevistador são apenas um guia.

##### 2º - Escolha dos depoentes

- Idade, lucidez, representatividade de diferentes segmentos sociais.
- História de vida: entrevista principal que ocorre paralela a outros depoimentos;

#### Exemplo

**MIGRAÇÃO:** a migração, bem como a imigração, é um dos campos mais vastos que serve tanto para história oral de vida como para temática e tradição oral.

Em se tratando de história oral de vida, o registro do trajeto do imigrante deve obedecer também, no possível, ao critério cronológico, devendo considerar a vida pretérita da pessoa e do grupo antes da saída do lugar de origem, a motivação para a viagem, o trânsito e a chegada ao lugar de destino, a adaptação e o desenvolvimento da integração como metas primordiais do registro.

No caso de estudos temáticos, deve-se considerar a busca de especificidades que se perdem na generalização. Se, por exemplo, como um ano de 1958, na situação do nordeste brasileiro, como um ano de fundamental importância, e se quisermos relacionar essa onda imigratória ao contexto nacional do governo JK, à ação dos padres que propunham a reforma agrária, às ligas camponesas e a outros fatores que direta ou indiretamente estavam atuando na época teremos de fazer uma leitura atenta daquele tempo e proceder a um questionário apurado, compatibilizando os fatos contextuais com os específicos de cada grupo.

A questão da imigração e da migração para trabalhos de tradição oral é interessante porque podem se basear em referenciais míticos que sempre têm fundo heróico. Ulisses, por exemplo, é permanente fonte de inspiração para a leitura das aventuras dos migrados. Como se fossem semideuses de um cotidiano desgraçado, as vidas de comunidades podem ser aproximadas pela equiparação do imitativo mínimo. Assim, por exemplo, como Ulisses deixou sua mulher, Penélope, e saiu pelo mundo, os homens, na situação do nordeste brasileiro, também muitas vezes vêm sós para o sul. Como essa, outras situações podem ocorrer, como a evocação de quixotes da modernidade industrial. A lenda da "mulher de branco", presente em algumas aldeias de Portugal, liga-se à prática da saída dos homens, desde os tempos coloniais, tanto para povoar as terras do reino, como mais recentemente, para a pesca, e, nesse caso, o mito da mulher que ataca, à noite, os homens explicaria uma situação social.

Fonte: MEIHY, J.C.S.B. Manual de História Oral. 2ed. São Paulo: Loyola, 1996, p. 56-7.

*"Quando terminei o Normal, já iniciei como professora primária, em 1953, numa escola isolada na zona rural da cidade de Palmital, na fazenda Fartura, na região de Assis. Por que eu fui para tão longe? Porque nós tínhamos conhecidos nessa região e eu tinha escrito uma carta para um amigo de meu pai, que era diretor de escola, contando que eu estava formada. Ele falou: "Pode vir que aqui tem escola para você". Enquanto eu estava lecionando em Palmital, meu pai me escreveu para que eu viesse para Pedemeiras, porque eu iria lecionar Matemática no ginásio. Meu pai tinha conversado com uma pessoa, um tipo de supervisor: "Eu tenho uma filha que gosta muito de Matemática. Como é que eu faço para ela lecionar no ginásio?" "Estamos precisando. Manda ela vir." Assim, comecei minha carreira de professora de Matemática em abril de 1953. Inicialmente, fui admitida como professora interina de Matemática, que era o nome que recebia quem não era efetivo na época, e procurei me preparar, pois não possuía formação específica. Foi, então, quando tive aulas particulares com o professor Linneu e ele me ensinou todo o conteúdo de Geometria, de quinta a oitava série. Depois, também, procurei o professor Dimas e ele me ensinou toda a Álgebra, de quinta a oitava série."*

Transcrição da entrevista de Vera Macário nascida em 1930



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM – PROEXC

Evento: **Semana Envolver** – Cidade Jequitinhonha/MF. Oficina: **Como realizar entrevista/História Oral**. Prof<sup>as</sup>: Dayse Lúcida e Tamar Kalil

- História temática e tradição oral: escolher diferentes pessoas de modo a adquirir diversos depoimentos sobre a temática em questão.
- 3º - Processo de negociação de condições
- Gravar, Fotografar, Filmagem.
  - Horários, datas e locais mais adequados para o depoente.

4º - Realizar as Entrevistas

**Tratamento de informação:**

5º - “Transcrição” (literal)

6º - “Transcrição”

7º - “Legitimação e conferência”

8º - Assinatura de uma carta de cessão dos direitos de uso do depoimento

Segundo Garnica (2004) trata-se de uma metodologia **qualitativa** porque as pesquisas reconhecem:

- a transitoriedade dos seus resultados;
- a impossibilidade de uma hipótese *a priori*;
- a não neutralidade do pesquisador;
- a possibilidade de reconfiguração dos pressupostos da pesquisa,
- impossibilidade de estabelecer procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas

### 3. DESAFIOS

- Tecnologias
- Depoimento usado fora do contexto de produção
- Memórias traumáticas: holocausto, guerras, regimes totalitários, campos de extermínio.

**Sistematizando: Atividade em dupla:**

Escolha um tema.

Elabore perguntas para a pessoa que compõe a dupla com você.

Entreviste.

Quais dificuldades encontrou?

Vamos debater?

CARTA DE CESSÃO	
	(local e data)
Destinatário,	
Eu, (nome, estado civil, documento de identidade, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em (datas das entrevistas) para (nome do entrevistador) usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.	
Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.	
<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> Assinatura do Depoente	



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM – PROEXC

Evento: **Semana Envolver** – Cidade Jequitinhonha/MF. Oficina: **Como realizar entrevista/História Oral**. Profª: Dayse Lúcida e Thamar Kalil

Exemplo de Cabeçalho para transcrição de Depoimentos

**Dados do Entrevistador e do projeto:**  
 Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

**Dados do Depoente**  
 1)- Nome completo: \_\_\_\_\_ 2) Local e data de nascimento: \_\_\_\_\_  
 3)- Endereço atual: \_\_\_\_\_  
 Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
 Estado \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 4)- Doc. de identidade: \_\_\_\_\_  
 5)- Profissão atual: \_\_\_\_\_ Profissões anteriores: \_\_\_\_\_

**Ficha técnica:**  
**Temas:**  
 (Início da entrevista)

**Exemplo de uma transcrição de Depoimentos**  
 FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
 HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

**Ficha Técnica**  
 Tipo de entrevista: história de vida  
 Entrevistador(es): Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito  
 Levantamento de dados: Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito  
 Pesquisa e elaboração do roteiro: Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito  
 Conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias  
 Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes  
 Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
 Data: 24/11/1983 a 13/02/1984

Duração: 20h 30min  
 Fitas cassete: 21  
 Páginas: 351

**FRANCISCO TEIXEIRA  
 (depoimento, 1983/1984)**

**Entrevista** realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.  
**Temas:** Aeronáutica, Anticomunismo, Clube Militar, Conspirações, Eduardo Gomes, Escola Naval, Forças Armadas, Francisco Teixeira, Golpe de 1964, Golpe de Estado, Governo Getúlio Vargas (1951-1954), Governos Militares (1964-1985), Henrique Teixeira Lott, Integralismo, Marinha, Militares, Militares E Estado, Ministério da Aeronáutica, Nacionalismo, Repressão Política, Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

*L.H. - Brigadeiro, o senhor que é um militar de carreira e que ficou a sua vida profissional inteira nas forças armadas é ao mesmo tempo uma pessoa que durante toda a sua carreira fez política nas forças armadas. Como o senhor se vê na condição de militar inserido dentro da política das forças armadas?*  
 F.T. - Eu não fui propriamente um político, não fui, fui um militar preocupado com problemas políticos. Acho até que me tornei mais político depois de 64, depois que larguei a vida militar. Agora, como político hoje, ou como militar ontem, ou como militar político, hoje eu penso que amadureci muito o meu pensamento sobre tudo o que ocorreu durante todo esse trajeto da minha vida. Não sei se estou começando pelo fim, mas acho que isso é importante.  
 Eu acho hoje que o que faltou à nossa luta como militares políticos, o que faltou aos partidos políticos, às forças políticas e sociais que atuaram durante esse período que acompanhei como militar, mais graduado ou menos graduado, foi um projeto realmente democrático. Eu penso que a nossa vida, no fundo, bem examinada, era muito ligada ao golpe militar. Nós, militares, éramos muito vítimas do fato de que num Estado como o brasileiro, com uma tradição autoritária como ele tem, como ele teve, os conflitos sociais, os conflitos naturais existentes dentro da sociedade civil, dentro do Estado, não eram resolvidos por mecanismos próprios da sociedade civil e da democracia, eram resolvidos com o apelo às forças armadas para intervirem.  
*L.H. - Com medidas de emergência, sempre?*  
 F.T. - Sempre de emergência, para intervirem no sentido de uma ou de outra facção em conflito. Daí essa idéia de golpismo que predominava em todos. Aquilo que parece que o marechal Castelo Branco chamava de "as vivandeiras que iam para as portas dos quartéis para ..." Era o que realmente acontecia.  
 Eu penso que o serviço que nós podemos prestar hoje, com a experiência que tivemos de uma luta em geral e quase sempre em defesa da legalidade existente, é alertar a sociedade civil para o problema militar.  
*L.H. - O senhor acha que o militar, em essência é mais legalista ou mais democrata?*  
 F.T. - Eu não sou daqueles que admitem, que aceitam ou que proclamam que as forças armadas são essencialmente democratas. Acho que não. As forças armadas também não são legalistas. A tendência das forças armadas é defender a legalidade até por uma questão de inércia, porque foram feitas para aquilo, para defender. A tendência seria essa. Mas num país como o Brasil, que cresceu muito nos últimos anos, com esses conflitos sociais, mesmo antes de 64, a tendência ao golpe era muito natural, porque havia um conflito dentro desse desenvolvimento. Então eu penso que as forças armadas são extremamente sensíveis ao pensamento predominante na sociedade civil, à opinião pública em geral. Porque o militar tem família, a família tem civis, o militar lê jornais... Por mais que seja um homem enquadrado naquelas normas rígidas de disciplina e hierarquia, ele tem uma tendência a acompanhar o pensamento predominante na sociedade civil. Veja, por exemplo, 64; não há com negarmos que o governo do Jango estava isolado. Quer dizer, a opinião pública, sobretudo a classe média, a burguesia, as classes dominantes, já tinham sido ganhas para a necessidade de acabar com o governo do Jango, tanto que eu, por exemplo, que fui preso... vocês se recordam. Não sei se talvez fossem muito meninas, a Revolução de 64, o golpe de 64 foi comemorado com papel picado em Copacabana, no Centro...

Adaptado de TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 351 p. dat.  
 Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arg/Entrevista102.pdf> acesso em 27/04/2010.

**ANEXOS 02 - EXEMPLO DE TERMO DE CONSENTIMENTO - AULA 03**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM**

Eu, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Av./Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_/Pernambuco. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada no **E-book**, intitulado **"Manual de Orientações para pessoas com doença de Parkinson"** e também nas peças de comunicação que será veiculada nos canais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

**ANEXO 03 - ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL - AULA 05**

## **Roteiro de Análise Documental**

Identificação do Documento

Título:

Autor(es):

Data de produção:

Local/instituição de origem:

Tipo de documento: (oficial, pessoal, iconográfico, midiático etc.)

Fonte de acesso: (arquivo público, privado, mídia digital etc.)

### **Contextualização**

Qual o contexto histórico e social do documento?

Quais as circunstâncias de produção: (por que e para quem foi produzido)?

Quais as informações centrais extraídas do documento?

Qual a relação com o problema/objetivo da pesquisa?

Quais as suposições possíveis sobre a realidade estudada a partir do documento analisado?

## **ANEXO 04: OPÇÕES DE PLATAFORMAS PARA O MEMORIAL DIGITAL - AULA 07**

<b>Categoria</b>	<b>Plataforma</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
<b>Sites e Blogs</b>	<b>WordPress</b>	Alta personalização; plugins para fotos, vídeos e galerias; bastante usado em projetos acadêmicos	Exige curva de aprendizado; versão avançada pode ter custo
	<b>Wix</b>	Interface intuitiva; design moderno; sistema “arrasta e solta”	Versão gratuita limitada; espaço de armazenamento reduzido
	<b>Google Sites</b>	Gratuito; fácil de usar; integrado ao Google Drive; acessível em qualquer dispositivo	Poucas opções de design; menos atrativo para projetos maiores

<b>Redes Sociais</b>	<b>Facebook</b>	Alcance social amplo; interação com comentários e grupos; fácil de atualizar	Design limitado; dependência do algoritmo; menos adequado para memória de longo prazo
	<b>Instagram</b>	Forte apelo visual; ideal para fotos, vídeos curtos e campanhas colaborativas	Organização limitada; pouco espaço para textos extensos
	<b>YouTube</b>	Bom para entrevistas e depoimentos em vídeo; grande alcance público	Requer edição prévia; exige boa conexão de internet

## ANEXO 05 - PESQUISA DISCENTE

# A escola professor gaspar

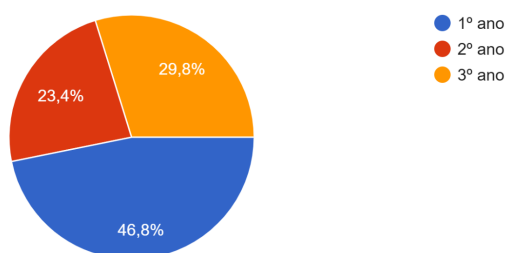
Este formulário integra a pesquisa vinculada à dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Seu objetivo é coletar informações que subsidiarão a análise e a construção do trabalho acadêmico, de acordo com os objetivos e metodologia aprovados pelo programa.

Todos os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. As respostas serão tratadas de forma confidencial, garantindo a privacidade dos participantes e o anonimato das informações, conforme as normas éticas de pesquisa vigentes. Nenhuma informação individual será divulgada publicamente ou associada nominalmente aos respondentes.

A participação é voluntária, e o participante pode interromper seu preenchimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

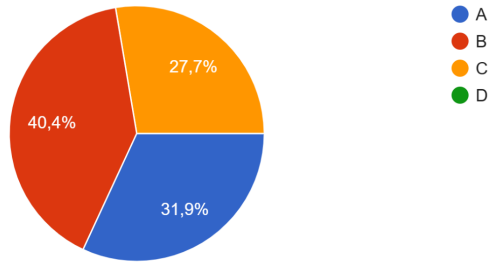
Qual a sua série?

47 respostas



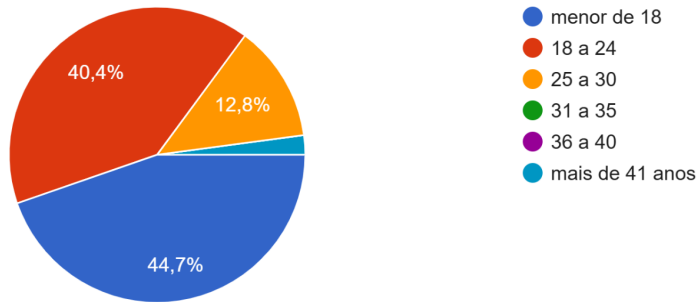
Qual a sua turma

47 respostas



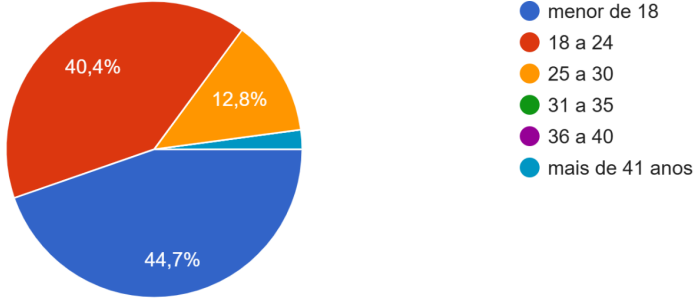
Qual a sua faixa de idade

47 respostas



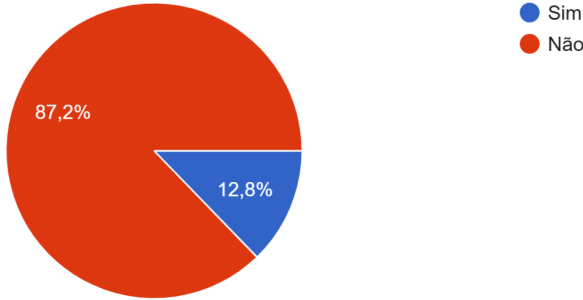
Qual a sua faixa de idade

47 respostas



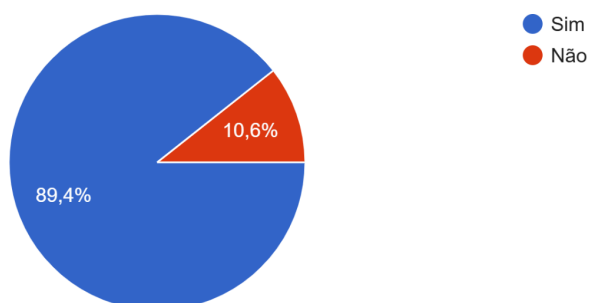
Você sabe quantos anos tem a escola?

47 respostas



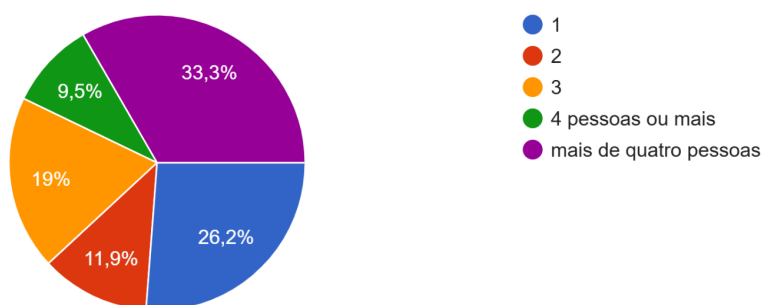
Algum familiar seu já estudou na escola?

47 respostas



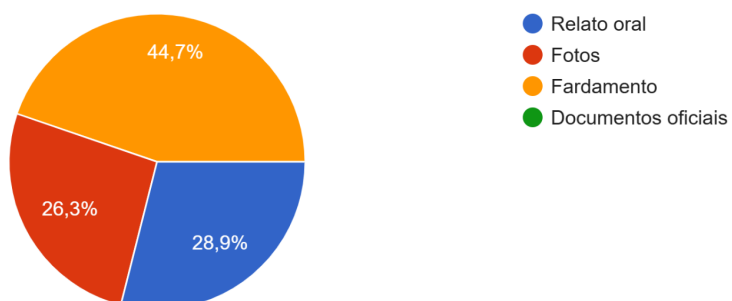
Se sim, quantos ?

42 respostas



Você já teve contato com alguma registro sobre a história do professor gaspar? Se sim, o que?

38 respostas



Você acha que é importante sabermos a história da escola? Por que ?	Como você gostaria que a sua escola fosse conhecida pela comunidade?
Sim	Sim
Sim	Como a escola essencial e cheia de credibilidade
sim, porém, é pouco falada.	uma escola organizada, com uma estrutura adequada, com o mínimo pelo menos, que nós, alunos merecemos.
sim	como uma boa escola
sim, para não falar para outras pessoas o que não sabemos.	não sei
Sim, por que faz parte da história da cidade e de nossas famílias	Como uma boa escola um lugar de estudar
Porque temos que saber coisa da escola que estudamos	Sim
Sim, pra ficar ciente e saber a realidade	Uma escola boa
Sim pois faiz parte da caminhada	Boa onde as pessoas pode se sentir segura
Sim, para que fique registrado memórias importantes sobre a escola	Como a única instituição com Ensino médio que acolheu vários alunos de nossa região
sim, pq acho que é importante para valorizar o lugar que frequentamos	como uma escola boa, com um ambiente melhorado, lugar mais organizado.
Sim, porque ajuda a gente a valorizar mais a escola	Gostaria que a escola tivesse mais melhorias
Pra conhecer mais sobre a escola aonde nós estudamos	Mais aprendizado
Pra valorização da constituição de ensino	A melhor pois ela que nos leva pra uma faculdade, pós..
Sim por que devemos falar sobre a escola para outras pessoas!	Que outras pessoas possam conhecer a história e como foi fundada a escola, e muito importante saber disso!
Não	A melhor da cidade
Sim , pra descobrir mais	Fotos
Não, acho importante ter uma boa escola com mais tecnologia de aprendizado, não uma um ambiente caindo aos pedaços que quando chove alaga e fica sem condições de escutar, onde se vê que em algumas salas, mesas quebrados, escola defasada.	Com um bom aspecto de estrutura e ambiente adequado para o aprendizado do aluno.
Porque ela nos ajuda a entender o desenvolvimento da educação e da comunidade em São José de Mipibu além de valorizar o legado deixado por essa instituição e seus profissionais	Onde o aprendizado É valorizado e ao desenvolvimento integral dos alunos e prioridade

Sim, acho importante saber a história da escola, porque isso ajuda a entender como ela foi criada, quem fez parte dessa construção e quais valores e tradições ela carrega. Conhecer essa história também faz a gente valorizar mais o lugar onde estuda e perceber como ele evoluiu ao longo do tempo. Além disso, isso fortalece o sentimento de pertencimento e respeito pela comunidade escolar.	Eu gostaria que fosse conhecida como um lugar acolhedor, onde todos se sentem respeitados e valorizados. Também quero que seja vista como uma escola que incentiva o conhecimento, a criatividade, a inclusão e que prepara os alunos para o futuro, não só com conteúdo, mas com valores como respeito, solidariedade e responsabilidade.
Sim, acho importante saber a história da escola, porque isso ajuda a entender como ela foi criada, quem fez parte dessa construção e quais valores e tradições ela carrega. Conhecer essa história também faz a gente valorizar mais o lugar onde estuda e perceber como ele evoluiu ao longo do tempo. Além disso, isso fortalece o sentimento de pertencimento e respeito pela comunidade escolar.	Eu gostaria que fosse conhecida pela sociedade como um lugar acolhedor, onde todos se sentem respeitados e valorizados. Também quero que seja vista como uma escola que incentiva o conhecimento, a criatividade, a inclusão e que prepara os alunos para o futuro, não só com conteúdo, mas com valores como respeito, solidariedade e responsabilidade.
Não	Que estivesse em boas condições para o ensino .
Sim, porque as vezes nós alunos precisamos pra fazer algum trabalho ou atividades	Falando q a escola é boa
Sim, pois temos que conhecer a nossa escola!	Como uma escola nova e não uma escola em destruição
Sim	Um escola boa
Sua importância estaria talvez no sucesso dos alunos que já estudaram nela, que provoca aos pais quererem matricular seus filhos nela	Conhecida pela comunidade? Eu diria que por mais que o turno noturno seja considerado um ensino inferior comparado ao vespertino, eu diria que o noturno acaba que não tendo muito mérito comparado ao vespertino, o que torna mais atraente pra pessoas mais velhas que querem apenas encerrarem os estudos, atrasando o ensino dos jovens, com conteúdos atrasadíssimo, com professores preocupados em ensinar a eles
Sim	Sim
E sim muito importante para nos entender	Melhor escola do mundo
Sim e muito importante	Melhor escola do mundo
Sim porque tudo que é história antiga e bom saber	Bom estudo bons gestores bons profissionais da educação
Sim para fazer vídeos ou documentos sobre a escola	Como a melhor escola em educação no RN
Sim, e muito bom sabe a história da escola	Não tenho palavra pra dizer essa questão

Sim, é importante conhecer a história da escola, pois ela ajuda a entender a evolução da instituição, seus valores, tradições e o contexto social em que está inserida.	um centro de excelência acadêmica, um ambiente acolhedor e inclusivo, e um parceiro ativo na comunidade.
E importante nos alunos(a) saber da história da nossa querida escolar, portanto primeiro devemos se informar sobre o fundador(a) da escolar, baseado nisso agente como alunos(a) vamos descobrir aos pouco da história do lugar aonde nós alunos(a) estudamos.	Excelente professores, bela estrutura e funcionários Excelente, portanto o povo Monte Alegrense vai conhecer a escola EEPG como a única com reputação exemplar que os filhos(a) vão estudar.
Para sabermos mas sobre o lugar que frequentamos	Como uma das melhores escolas fundadas
Não	Sei não
Sim, por quê o que vamos falar se um dia formos pegos de surpresa?	Melhor escola da cidade de Monte Alegre
Sim, por que a escola é um local que visitamos frequentemente então é bom saber a história de lá	Como uma escola boa e estrutura
Sim, pq como sou novo na escola, tenho curiosidade de saber a histórias da escola.	?
Sim, pra que possamos defender o ambiente escolar em palavras de pessoas que se desfazem do Gaspar.	.
Sim, sempre importante saber. Da historia cultural, dos relatos, os fardamentos e etc...	Não sei dizer.
Sim, pra saber mais sobre a história na escola que nós estamos	Pela sua experiência de fazer estudo
Sim , por que ela é uma escola de geração em geração	Muito conhecido pois tem muitos profissionais de qualidade
A importância da história da educação em geral, a importância de se estudar a história da educação e compreender diferentes formatos de aprendizagem ao logo da historia.	Eu acho que seria incrível se a minha escola fosse conhecida pela comunidade como um lugar acolhedor, onde todos se sentem valorizados e inspirados a aprender e crescer.
Sim porque eu sou curiosa e eu queria saber	Conhecida como bem arrumada
Não acho necessário não	Pela educação
Não sei	Melhor né

**ANEXO 05 - ENTREVISTA DOCENTE****ENTREVISTA 01:**

Entrevistador: Em que ano você ingressou na Escola Estadual Professor Gaspar como aluno e quando concluiu seus estudos?

PROFESSOR: Ingressei 1994 e sai em 2000

Entrevistador: Você também atuou como professor? Se sim, em que ano ingressou e quais disciplinas leciona?

PROFESSOR: Sim, matemática. Lecionei pela primeira vez no EEPG em 2003 e retornei a lecionar em 2024

Entrevistador: Quais são suas principais lembranças como aluno da escola?

PROFESSOR: “Turma muito boa, colegas e amigos que fiz e tenho até hoje.”

Entrevistador: Havia atividades extracurriculares marcantes?

PROFESSOR: “Nenhuma.”

Entrevistador: Quais mudanças mais percebeu na estrutura física e pedagógica da escola?

PROFESSOR : “Não muito, por que falta projeto que envolva a temática.”

Entrevistador: Como você avalia o sentimento de pertencimento dos alunos atuais?

PROFESSOR: “Eles são bem distantes da escola, não há pertencimento.”

Entrevistador: Você acredita que a escola valoriza sua própria história? Por quê?

PROFESSOR: “Não muito, por que falta projeto que envolva a temática.”

Entrevistador: Como avalia a importância da Escola Estadual Professor Gaspar para a cidade de Monte Alegre?

PROFESSOR: “Muito importante para a formação de bons cidadãos, assim como já foi um dia.”

Entrevistador: De que forma a escola contribuiu ou contribui para a formação cidadã dos estudantes?

PROFESSORA: “Contribui na construção do ser social e crítico. Acho que se a escola trabalhasse com projetos, resgataria o sentimento de formação nos alunos e efetivaria seu papel na sociedade.”

#### ENTREVISTA 02:

Entrevistador: Em que ano você ingressou na Escola Estadual Professor Gaspar como aluno e quando concluiu seus estudos?

PROFESSORA: De 2007 à 2010

Entrevistador: Você também atuou como professor? Se sim, em que ano ingressou e quais disciplinas leciona?

PROFESSORA: Ingressei como professora em 2024 para lecionar na área de Educação Especial

Entrevistador: Quais são suas principais lembranças como aluno da escola?

PROFESSORA: “Os trabalhos que eram feitos nas mostras culturais.”

Entrevistador: Havia atividades extracurriculares marcantes?

PROFESSORA: “Sim, a mostra cultural.”

Entrevistador: Quais mudanças mais percebeu na estrutura física e pedagógica da escola?

PROFESSORA: “Na parte física não mudou nada. Na pedagógica, foi a equipe que mudou.”

Entrevistador: Como você avalia o sentimento de pertencimento dos alunos atuais?

PROFESSORA: “A geração atual não dá valor a muitas coisas. Inclusive à escola em si. Pertencer a uma escola com tantos anos de história deveria ser motivo de orgulho, mas a geração de hoje ainda precisa descobrir o que é dar valor a algo que futuramente ficará como uma lembrança boa.”

Entrevistador: Você acredita que a escola valoriza sua própria história? Por quê?

PROFESSORA: “Acredito que os funcionários lutam para que a história continue. Mas o governo não ajuda.”

Entrevistador: Como avalia a importância da Escola Estadual Professor Gaspar para a cidade de Monte Alegre

PROFESSORA: “É importante, por estar há tantos anos fazendo história na cidade. Por aqui passaram gerações de pessoas e ainda passam. Além disso, é a única escola de ensino

médio do município.”

Entrevistador: De que forma a escola contribuiu ou contribui para a formação cidadã dos estudantes?

PROFESSORA: “Com uma equipe boa que, mesmo sem condições estruturais, busca passar seus conhecimentos para cada aluno, educando para um futuro melhor.”

### **ENTREVISTA 03**

Entrevistador: Em que ano você ingressou na Escola Estadual Professor Gaspar como aluno e quando concluiu seus estudos?

PROFESSOR: Entre 2009 e 2015

Entrevistador: Você também atuou como professor? Se sim, em que ano ingressou e quais disciplinas leciona?

PROFESSOR: Em 2024, lecionando matemática.

Entrevistador: Quais são suas principais lembranças como aluno da escola?

PROFESSOR: “Tenho muitas lembranças afetivas da escola, principalmente no que diz respeito aos eventos realizados no âmbito da instituição, como a feira de ciências, a gincana estudantil, os passeios, o desfile cívico e as aulas. Destaco as aulas do professor de espanhol Arinaldo, que falava sobre os países que têm o espanhol como língua oficial e fazia a culminância das aulas com comidas da cultura. Além disso, lembro-me das aulas de ciências da professora Roseane, que criava mapas mentais; do professor Almir, que divertia a turma com seu jeito engraçado; e do professor Magnaldo, que tornava a matemática mais atraente com seu ensino dinâmico.”

Entrevistador: Havia atividades extracurriculares marcantes?

PROFESSOR: “As atividades extracurriculares que participei, além das citadas anteriormente, incluem minha participação no grêmio estudantil em 2010 e 2011. Uma das iniciativas mais memoráveis foi a elaboração de uma horta na escola, em parceria com o professor de Biologia Igor Fernandes. O objetivo era que a escola usufrísse da horta e, ao mesmo tempo, envolver os alunos no projeto. Foi uma experiência muito interessante e enriquecedora.”

Entrevistador: Quais mudanças mais percebeu na estrutura física e pedagógica da escola?

PROFESSOR: “Em termos de estrutura física, infelizmente não houve mudanças significativas, exceto por algumas reformas nos forros e banheiros. No âmbito pedagógico, houve avanços consideráveis em relação ao período anterior. A equipe atual conta com mais profissionais qualificados, incluindo mestres, doutores e especialistas, o que reflete melhoria na qualidade do ensino. Além disso, houve uma redução na carência de professores e um aumento no número de aulas oferecidas.”

Entrevistador: Como você avalia o sentimento de pertencimento dos alunos atuais?

PROFESSOR: “Os alunos atuais, em sua maioria, parecem ter uma relação positiva com a escola e com os professores, o que é um ponto forte. No entanto, falta um senso de

pertencimento mais profundo e explícito em suas falas e ações. É como se eles não se sentissem tão conectados à instituição como os alunos de antigamente. Talvez isso seja reflexo de mudanças nos valores e prioridades da juventude moderna.”

Entrevistador: Você acredita que a escola valoriza sua própria história? Por quê?

PROFESSOR: “Não. Acredito que a escola poderia valorizar mais sua própria história. Embora haja reconhecimento da importância da instituição, sua história não é suficientemente resgatada no cotidiano escolar. Iniciativas que resgatem e celebrem a história da escola poderiam fortalecer a identidade institucional e criar um senso de continuidade entre o passado e o presente.”

Entrevistador: Como avalia a importância da Escola Estadual Professor Gaspar para a cidade de Monte Alegre?

PROFESSOR: “A EEPG é fundamental para Monte Alegre, pois forma cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da cidade e que ocupam posições de liderança em diversas áreas. Muitos ex-alunos ocuparam cargos importantes, como prefeitos, vereadores, médicos e professores. A escola também teve o privilégio de contar com uma ex-aluna que se tornou Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, que também foi professora da instituição.”

Entrevistador: De que forma a escola contribuiu ou contribui para a formação cidadã dos estudantes?

PROFESSOR: “A Escola Estadual Professor Gaspar tem um legado notável desde 1971, formando cidadãos que contribuem significativamente para o desenvolvimento de Monte Alegre. Seu impacto positivo se reflete na formação de líderes e profissionais que ajudam a moldar o futuro da cidade.”

